

OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As diversas verdades sobre a Amazônia



Projeto **Diálogos**

Financiador: Parceiros:



**OLHARES SOBRE O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
As diversas verdades sobre a Amazônia**

Livro de Entrevistas



Financiador:



Parceiros:



União Europeia

*Esta Coleção foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta é de exclusiva responsabilidade das instituições executoras do Projeto Diálogos e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.



FICHA TÉCNICA

Projeto Diálogos

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DAS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

WWF-Brasil: Secretária-geral *Denise Hamú Marcos de La Penha*

Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS): Diretor *Elimar Pinheiro do Nascimento*

Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad):
Diretor regional do Cirad no Brasil *Philippe Petithuguenin*

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam): Diretor-executivo *Marcos Ximenes Ponte*

Instituto Centro de Vida (ICV): Coordenador-executivo *Laurent Micol*

COORDENAÇÃO DO PROJETO DIÁLOGOS

WWF-Brasil: Superintendente de conservação de programas regionais *Cláudio Carrera Maretti*

CDS: Professor *Fabiano Toni*

Cirad: Diretor regional do Cirad no Brasil *Philippe Petithuguenin*

ICV: Presidente do Conselho Diretor *Sérgio Henrique Guimarães*

Ipam: Diretor-executivo *Marcos Ximenes Ponte*

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO DIÁLOGOS

WWF-Brasil: *Luiz Augusto Mesquita de Azevedo* (de janeiro de 2008 a abril de 2009); *Ricardo Russo* (interino desde abril de 2009)

CDS: *Fabiano Toni*

Cirad: *Richard Pasquis* (até setembro de 2008) e *Eric Sabourin* (a partir de outubro de 2008)

ICV: *João Andrade*

Ipam: *Rosana Gisele Cruz Pinto da Costa*

APOIO

União Europeia

Organização do Livro

ENTREVISTADORES

André Alves

Bruno Rezende

Michelle Portela

Radígia Oliveira

Lígia Paes de Barros

EDIÇÃO

Christiane Telles

Lígia Paes de Barros

REVISÃO

Andréa Aymar

Tauana Brandão

ORGANIZAÇÃO, REVISÃO E EDIÇÃO FINAL

Coordenação de Comunicação do WWF-Brasil

Coordenadora: *Denise Oliveira*

Analista de Comunicação: *Lígia Paes de Barros*

MAPA DA APRESENTAÇÃO

Laboratório de Ecologia da Paisagem do WWF-Brasil

Coordenador: *Sidney Tadeu Rodrigues*

Analista de Geoprocessamento: *William Goulart*

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Radiola Design & Publicidade

O conteúdo das entrevistas deste livro é de exclusiva responsabilidade dos entrevistados e não necessariamente reflete o posicionamento das instituições parceiras do Projeto Diálogos.



APRESENTAÇÃO

Da intenção de divulgar os diferentes olhares sobre o desenvolvimento territorial na Amazônia e da certeza de que ninguém poderia falar melhor sobre o tema do que pessoas envolvidas com a realidade e os dilemas existentes na região, surgiu a ideia deste livro de entrevistas. Assim, *Olhares sobre o Desenvolvimento Territorial: as diversas verdades sobre a Amazônia* traz pontos de vistas de representantes de órgãos do governo, moradores da região, movimentos sociais, organizações não governamentais, acadêmicos e produtores.

Iniciativa do Projeto Diálogos*, que busca promover o desenvolvimento territorial sustentável da Amazônia brasileira, particularmente na região de influência da rodovia BR-163, o livro tem como direcionamento temático os eixos de atuação do projeto: 1) o ordenamento espacial ou territorial por meio da criação de unidades de conservação, da promoção da regularização fundiária e de políticas públicas de definições de uso do solo que levem em consideração o fortalecimento da pequena produção e a realidade do agronegócio com suas limitações; 2) apoio à gestão florestal por meio do manejo florestal e dos serviços dos ecossistemas (ou serviços ambientais), e 3) criação e mobilização nos espaços de negociação entre comunidades locais, setor privado e governos. De forma simplificada, é da sua interação que se espera o desenvolvimento territorial.

Para melhor organização desse direcionamento, o material que compõe o livro foi separado em três capítulos: Ordenamento Territorial, Agronegócio e Gestão Florestal.

O ordenamento territorial é a base para definição dos usos de determinada área, e a partir disso, é possível pensar políticas públicas, definir áreas importantes para proteção dos ecossistemas, inclusive por meio da criação e implementação de unidades de conservação e ainda promover a reflexão estratégica sobre a regularização fundiária. Assim, o capítulo sobre o ordenamento territorial foi subdividido em três partes: Políticas Públicas, Regularização Fundiária e Áreas Protegidas.

No capítulo dedicado ao agronegócio, as entrevistas focaram na pecuária sustentável, sob o ponto de vista de um representante de organização não governamental e um produtor. A visão de um estudioso sobre a produção de soja e criação de gado na Amazônia também foi contemplada.

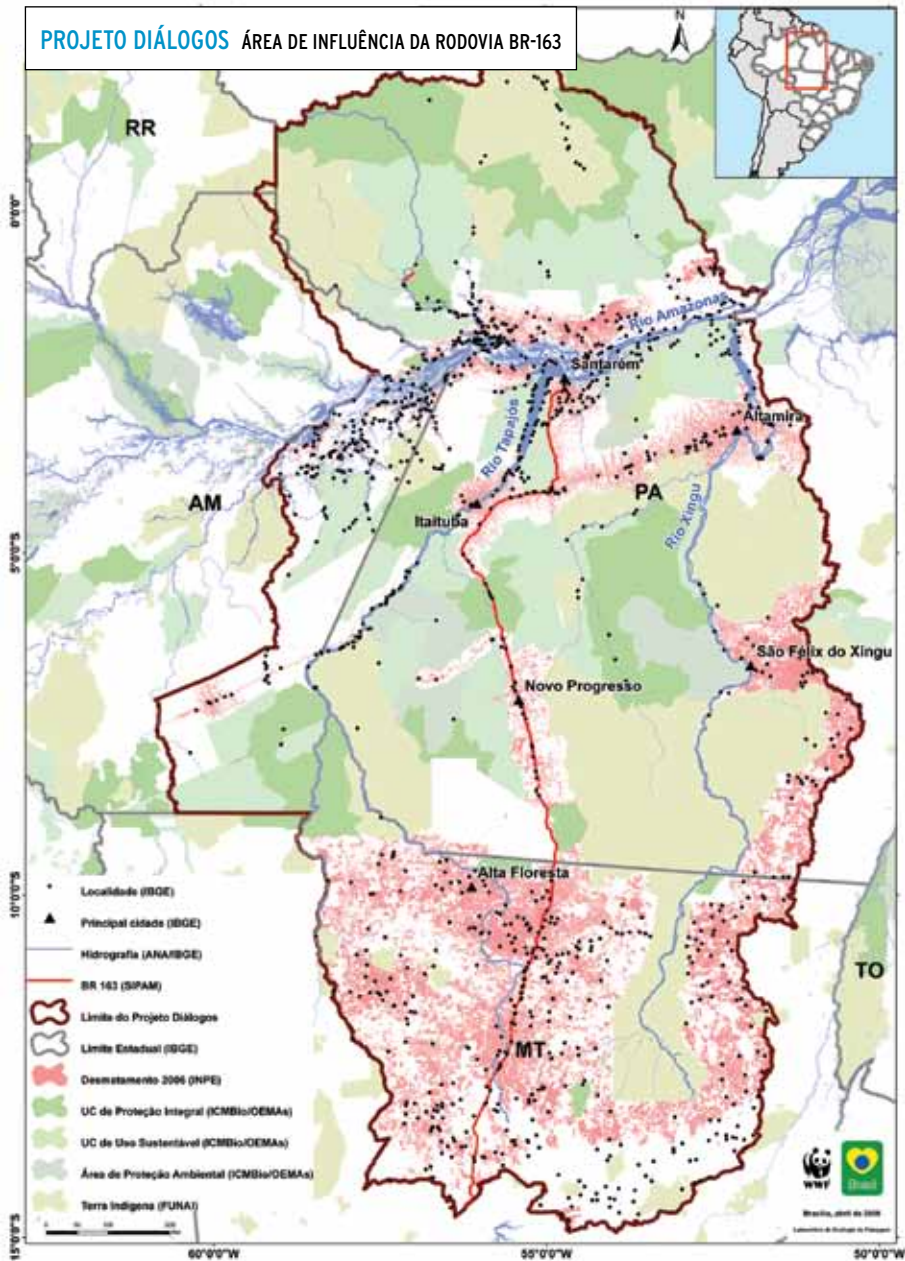
Já no capítulo sobre a gestão florestal, as entrevistas são divididas em duas temáticas: Manejo Florestal – essencial para um melhor aproveitamento dos recursos que a Amazônia oferece –, e Serviços dos Ecossistemas – assunto relativamente novo e amplamente debatido pela riqueza de oportunidades que pode oferecer ao país e àqueles que vivem na região.

Esperamos que a leitura das entrevistas permita maior compreensão sobre os diversos pontos de vista que convivem nessa região e que formam as múltiplas realidades da Amazônia. Acreditamos que apenas tendo conhecimento da visão dos diversos atores sociais envolvidos nesse contexto será possível caminhar para entendimentos sobre o acesso aos recursos naturais da Amazônia de modo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável, objetivo do Projeto Diálogos.

Denise Hamú Marcos de La Penha
Secretária-geral do WWF-Brasil

*Criado em 2005, o Projeto Diálogos – Construindo Consenso no Acesso aos Recursos Naturais da Amazônia Brasileira–, é financiado pela Comissão Europeia e executado pelo WWF-Brasil, Instituto Centro de Vida (ICV), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad) da França, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS-UnB). Localmente o projeto atua na área de influência da rodovia BR-163, mais especificamente no Portal da Amazônia, Região de Itaituba e Baixo Amazonas, localizados nos estados do Mato Grosso e Pará, além de agir nos âmbitos estadual e federal, compreendendo também as interações internacionais.

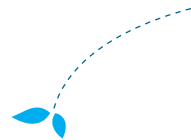
PROJETO DIÁLOGOS ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA BR-163





SIGLAS E ACRÔNIMOS UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS

Abiove	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos
Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
Anec	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
Alap	Área de Limitação Administrativa Provisória
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
Arpa	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional de Meio Ambiente
Conaflor	Comissão Nacional de Floresta
Condessa	Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental
Deter	Sistema de Detecção em Tempo Real
DOF	Documento de Origem Florestal
Esalq	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Femam	Fundo Estadual do Meio Ambiente
Fetagri	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Pará
Flona	Florestas Nacionais
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Formad	Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FSC	Conselho de Manejo Florestal
Fvpp	Fundação Viver, Produzir e Preservar
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GTS	Grupo de Trabalho da Soja
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Iclei	Internacional Council for Local Environment Initiative
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Instituto Centro de Vida
IFT	Instituto Floresta Tropical
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia



Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
Iterpa	Instituto de Terras do Pará
KfW	Banco de Cooperação Alemã
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MT Floresta	Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PT	Partido dos Trabalhadores
Resex	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
Sagri	Secretaria de Agricultura
Sema	Secretaria de Meio Ambiente
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
Sisflora	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TFT	Tropical Forest Trust
TNC	The Nature Conservancy
UC	Unidade de Conservação
Ufms	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Ufpa	Universidade Federal do Estado do Pará
Uicn	União Mundial pela Conservação
UnB	Universidade de Brasília
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL	15
Regularização Fundiária	17
MP 458 deixa clara preferência do governo ao agronegócio	17
Regularização fundiária é instrumento para combater a grilagem	23
Posse de terras ainda gera violência na BR-163	28
Pará aposta em regularização fundiária por municípios	32
Áreas Protegidas	39
Comunidades ajudam na conservação dos ecossistemas	39
A necessária gestão integrada de áreas protegidas	43
Os desafios na gestão das áreas protegidas	52
A visão de quem mora na unidade de conservação	58
Benefícios e desafios das unidades de conservação: o exemplo do Pará	61
Políticas Públicas	69
BR-163 não deve repetir erros históricos	69
BR-163: o plano da mobilização social	75
Políticas públicas devem ser estruturantes	80
Mato Grosso caminha para gestão florestal condizente	85
Foco na regularização ambiental	90
CAPÍTULO 2 – AGRONEGÓCIO	95
Agronegócio: é preciso ensinar qual o caminho certo	97
Sustentabilidade deve ser buscada em todos os biomas	104
A saída está no pagamento por serviços ecológicos	109
CAPÍTULO 3 – GESTÃO FLORESTAL	115
Serviços Ecológicos	117
É preciso remunerar para reduzir o desmatamento	117
Governo precisa avançar na discussão sobre serviços ecológicos	124
Iniciativas estaduais apostam em pagamentos por serviços ecológicos	131
Manejo Florestal	137
Setor madeireiro aposta em manejo florestal	137
Manejo florestal deve ser prioridade de investimento	141
A visão das comunidades sobre o manejo florestal	147
Governo tem papel decisivo no fomento ao manejo florestal	152

CAPÍTULO I

ORDENAMENTO TERRITORIAL

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

MP 458 deixa clara preferência do governo ao agronegócio

Ariovaldo Umbelino

Regularização fundiária é instrumento para combater a grilagem

Daniel Barcelos Vargas

Posse de terras ainda gera violência na BR-163

Arno Miguel

Pará aposta em regularização fundiária por municípios

José Heder Benatti

ÁREAS PROTEGIDAS

Comunidades ajudam na conservação dos ecossistemas

Atanagildo Matos

A necessária gestão integrada de áreas protegidas

Cláudio Maretti

Os desafios na gestão das áreas protegidas

Maurício Santamaria

A visão de quem mora na unidade de conservação

Nelci Rodrigues

Benefícios e desafios das unidades de conservação: o exemplo do Pará

Valmir Gabriel Ortega

POLÍTICAS PÚBLICAS

BR-163 não deve repetir erros históricos

Johaness Eck

BR-163: o plano da mobilização social

Rosana Cruz

Políticas públicas devem ser estruturantes

Cássio Pereira

Mato Grosso caminha para gestão florestal condizente

Luis Henrique Daldegan

Foco na regularização ambiental

Luciane Copetti

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CAPÍTULO 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL

MP 458 DEIXA CLARA PREFERÊNCIA DO GOVERNO AO AGRONEGÓCIO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Há mais de 40 anos estuda a questão fundiária no Brasil.

Diálogos – Em um artigo recente, o senhor afirma que a reforma agrária, em especial no Pará, está transferindo terras públicas para grileiros e, conseqüentemente, para o agronegócio. Como isso ocorre?

Ariovaldo Umbelino – O problema aparece de forma clara quando avaliamos parte da história da reforma agrária no governo atual. Em 2003, ao mesmo tempo em que se iniciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) começou uma forte fiscalização para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia. As duas ações se encontraram quando o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o MMA lançaram a portaria interministerial nº10, na qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deixa de emitir documentos para ocupações ilegais de terra. Com essa iniciativa, o setor madeireiro, sobretudo nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, iniciou uma forte pressão sobre o governo. Em reuniões internas, representantes do MMA, MDA e representantes do Incra acordaram que a reforma agrária poderia ser uma solução para a legalização da extração da madeira.

“A reforma agrária passa a ser usada de forma criminosa para resolver o problema dos madeireiros”

A rigor, não haveria problema algum se a legalidade fosse alcançada por meio de um projeto de reforma agrária. Mas isso não acontece, pois as terras, mesmo sendo públicas, estavam ocupadas por madeireiros. Na realidade, a reforma agrária passa a ser usada de forma criminosa para resolver o problema dos madeireiros.

Diálogos – O senhor classifica de criminosa a reforma agrária feita pelo Inbra. Como isso acontece?

Ariovaldo Umbelino – A questão é delicada, mas já temos provas suficientes para afirmar, de forma cabal, que uma parte dos funcionários do Inbra, baseados em ações corruptas, atua como agente da grilagem de terra. Em Mato Grosso, por exemplo, a maior parte das terras de propriedade do Inbra está ocupada por sojeiros. Isso acontece em parte dos municípios de Primavera do Leste, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campos Novos do Parici e Sapesal e absolutamente nada foi feito para retomar essas terras. Pelo contrário, para criar assentamentos de reforma agrária no estado, o Inbra desapropriou e comprou novas terras.

Então, há conivência de uma “banda podre”, a mesma que exerce pressão política para auferir os ganhos da sua ação corrupta. A MP do Bem já foi fruto disso e, agora, eles estão por trás da MP 458 (medida provisória que prevê a regularização de terras de até 15 módulos fiscais na Amazônia Legal). A prova disso está em diversas ações que esse Instituto vem sofrendo da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça Federal. A primeira delas, a Operação Faroeste, desencadeada em dezembro de 2004, prendeu o superintendente do Inbra em Belém. A última delas, em dezembro de 2008, envolveu a superintendência de Mato Grosso. Assim, é publicamente sabido que esse problema de corrupção alimenta a grilagem de terras públicas e devolutas. Caso eles não consigam essa legalização, o que prometeram aos grileiros não se cumprirá.

Diálogos – Qual a sua opinião sobre a Medida Provisória 458/09?

Ariovaldo Umbelino – A MP 458/09 é um mero aprofundamento da MP 422/08, conhecida como a MP do Bem. Fruto de forte pressão de madeireiros e grileiros no Congresso Nacional, com essa medida o governo atual altera a sua política referente ao campo brasileiro e deixa clara sua opção preferencial pelo agronegócio. Com a diminuição da pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, o Inbra troca essa reforma pela regularização fundiária. Ao regularizar, de forma criminosa, a propriedade privada da terra, há um abandono da questão da reforma agrária e dos movimentos sociais que lutam por ela e ocorre um favorecimento da grilagem e do agronegócio ilegal. Afirmando que a medida é criminosa por que fere a Constituição brasileira.

Diálogos – O senhor citou que houve uma queda da pressão exercida pelos movimentos sociais nos últimos anos. Qual a razão e as consequências disso?

Ariovaldo Umbelino – Há um conjunto de contradições no plano político do atual governo. Em 2005, houve pressão das elites para cassar o mandato do presidente e uma série de escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos da base governista.

Por outro lado, para os movimentos sociais, ainda que a reforma agrária não esteja sendo



feita, esse governo apoiou e realizou diversas ações de melhoria das suas condições, tais como: assistência técnica nos assentamentos, programas de educação e a possibilidade de acesso às universidades. Ele também não colocou a polícia para bater, não criminalizou os movimentos sociais, o que vem sendo feito pelos governos estaduais que estão nas mãos da oposição. Isso parece que acalmou o movimento. Assim, embora o País ainda tenha 150 mil famílias acampadas, os movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Via Campesina, apontaram, principalmente nos três últimos anos, o agronegócio como o grande inimigo. Evidentemente, essa mudança de foco tirou do governo a pressão para fazer a reforma agrária.

Diálogos – Quais as evidências, na sua visão, do favorecimento do agronegócio pelo governo?

Ariovaldo Umbelino – Desde o início, o governo fez uma opção preferencial pelo agronegócio. Apesar do Incra divulgar o assentamento de mais de 500 mil famílias, qualquer auditoria pode mostrar que isso não é verdade. Na realidade, esse número gira em torno de 185 mil famílias.

Na MP 422, essa preferência pelo agronegócio não apareceu de forma tão explícita, mesmo porque ela limitava a regularização até 15 módulos fiscais. A MP 422 não mudava a legislação de modo que fosse feito o levantamento georreferenciado dos limites dessas áreas para que elas pudessem ser legitimadas, além de uma série de outras mudanças que a MP 458 incorpora. Foi o governo atual que introduziu a retirada da necessidade dos levanta-

mentos prévios e da fiscalização desse procedimento. O governo acrescentou o inciso segundo do parágrafo 1º do artigo 13 dando a possibilidade de que se a área da qual o grileiro se apropriou fosse maior que os 15 módulos fiscais, ele poderia comprá-la, de forma onerosa, por um processo licitatório com direito de preferência. Essa medida quebra o princípio da igualdade do processo licitatório que é a pedra basilar da Constituição brasileira e da lei de licitação pública. Isso revela o caráter preferencial que o governo dá à regularização fundiária e ao agronegócio em relação à reforma agrária.

“Há mecanismos que funcionam bem para conter a grilagem e o principal deles é cortar a torneira do crédito”

Diálogos – Uma das críticas à MP 458/09 é que ela vai nivelar posseiros e grileiros. O senhor concorda com essa visão?

Ariovaldo Umbelino – Sim e essa inversão no plano legal talvez seja o mais grave erro introduzido pela MP 458. Igualar posseiros a grileiros é tentar transformar crime em direito. É uma medida desavergonhada, que não faz essa distinção básica ao chamar de posseiro o que ocupa a terra até 15 módulos fiscais (1,5 mil hectares). Além disso, ela admite também a

posse indireta por meio de pressuposto, ou seja, qualquer um desses grileiros pode ser considerado posseiro. Eu não entendo como é que meus colegas juristas ainda não fizeram um alarde contra isso. Estamos em um momento complicado, parece que vivemos um silêncio dos intelectuais.

Diálogos – Quais serão as consequências da aprovação da MP 458/09?

Ariovaldo Umbelino – Tanto um aumento do conflito de terras no campo, quanto do desmatamento. Se o governo não tiver uma ação efetiva, a maioria dos posseiros nem vai saber que tem o direito à terra garantido pela medida provisória. Com isso, os que sabem que aquelas áreas não são tituladas irão apresentar documentos, como aconteceu no governo militar quando se implantou a política do incentivo fiscal e de implantação dos projetos de agropecuária na Amazônia. Em outras palavras, vai chegar um cidadão lá com um documento legal dizendo ao posseiro que ele tem que sair das terras.

Diálogos – O Ministério do Meio Ambiente (MMA) diz que a medida traz ganhos ambientais, mas o senhor afirma que uma consequência da aprovação é o aumento do desmatamento na Amazônia. Qual é a sua opinião sobre essa afirmação do MMA?

Ariovaldo Umbelino – Existe um consenso no MMA de que a legalização da propriedade privada da terra seria elemento fundamental na redução do desmatamento. Há mais de 40 anos faço pesquisa na Amazônia e considero isso discutível. Não existe estrutura de fiscalização para garantir que não vai haver desmatamento. Desde 2007, parte das áreas passou a ser desmatada no período das chuvas, exatamente para fugir do mecanismo de controle por satélites feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os processos econômicos são avassaladores. Nossa elite, historicamente, não tem consciência para respeitar as leis e para conservar o meio ambiente. Na realidade, o que é cruel é que não há a possibilidade efetiva de frear o desmatamento, mas há mecanismos que funcionam bem e o principal deles é cortar a torneira do crédito.

Diálogos – Como cortar o crédito pode ser efetivo?

Ariovaldo Umbelino – Permanece a minha visão de que com propriedade legalizada haverá desmate e os índices de desmatamento certamente irão subir. Mesmo se a legislação for respeitada, o proprietário poderá desmatar 20%. Caso exista uma lei que impeça o acesso ao crédito, essas áreas públicas podem ser destinadas para outros fins. Para os espaços já devastados por esses grileiros, uma indenização deve ser cobrada por meio de processo criminal. Com esse dinheiro, a área pode ser transformada em um assentamento sustentável de agricultores familiares, mantendo a floresta restante preservada. Com isso, o processo de desmatamento é freado. É essa a lógica que eu penso que deveria ter sido seguida pelo governo.



A agricultura brasileira não necessita ter a sua área ampliada. É um equívoco achar que tem que continuar abrindo mata para ampliar a fronteira agrícola. A área de lavouras no Brasil é de 70 milhões de hectares, a da pecuária é de 170 milhões, um total de 240 milhões de hectares. Porém, basta melhorar as condições de produtividade para aumentar a área agrícola ou da pecuária. Essa visão existe porque querem grilar a terra pública. Essa é a lógica histórica no Brasil.

Diálogos – Nesse cenário, como o senhor analisa o anseio da população brasileira pela reforma agrária nos dias de hoje?

Ariovaldo Umbelino – O governo federal possui uma política compensatória, com programas como o Bolsa Família, entre outros, que diminuem um pouco a busca dos pobres por alternativas como a reforma agrária. Vale dizer que, na verdade, a reforma não é solução para todos os problemas e nem para todos os brasileiros; certamente, uma parte não quer voltar para a terra, nem quer a reforma agrária. Contudo, há uma parcela expressiva dos brasileiros que espera por isso. Existem 150 mil acampados, 850 mil que se cadastraram naquele programa do Fernando Henrique da reforma agrária pelos correios, e até hoje o Estado brasileiro não deu a mínima. Eles deveriam entrar em juízo e obrigar o governo a cumprir o prometido. Essa reforma agrária só foi virtual, mas apontou que há um milhão de famílias que declaradamente querem ser assentadas. Acredito que mais dois ou três milhões de famílias também enxergariam a reforma como alternativa.

Porém, junto com a reforma agrária, é preciso também uma política de regularização fundiária. Essa questão constava no Plano Nacional de Reforma Agrária que tinha como meta assentar, em cinco anos, 540 mil famílias e regularizar 500 mil posses, o que resolveria o problema desses que têm o direito de ter suas terras legitimadas.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre diferentes atores na região: governo, iniciativa privada e movimentos sociais. O senhor considera esse objetivo relevante para a região? Por quê?

Ariovaldo Umbelino – Todo projeto que busca encontrar um caminho razoável que permita à sociedade brasileira não só conservar, mas preservar os recursos naturais tem que ser apoiado. Mas, no que se refere à Amazônia, e principalmente à questão fundiária, esse consenso é praticamente impossível, por conta de inúmeras contradições contidas na estrutura fundiária brasileira.

A Medida Provisória (MP) 458, que estabelece regras para regularização fundiária de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da Amazônia, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 25 de junho de 2009. Cercada de muitas polêmicas e manifestações de diversos setores da sociedade, no processo de sanção o governo vetou, na totalidade, o artigo 7º da medida e o inciso II do artigo 8º que tratam da transferência de terras da União para as pessoas jurídicas e para quem não vive na região amazônica.

Contudo, permaneceu o texto que define que as áreas de até 1,5 mil hectares já ocupadas serão transferidas sem licitação a particulares que ocuparam as terras antes de 1º de dezembro de 2004. De acordo com a mensagem do governo, *“os vetos foram feitos por contrariedade ao interesse público”*.

O governo justificou ainda que o novo marco legal para regularização fundiária na Amazônia Legal foi elaborado com base em dados que apontavam que a maior parte das ocupações de terras na região era exercida por pequenos e médios agricultores. E que, diante deste fato, foram instituídos mecanismos para viabilizar a regularização de ocupações exercidas por pessoas físicas ocupantes de pequenas e médias porções de terras da União, exploradas diretamente pelo ocupante que, por sua vez, tem nessa exploração sua principal atividade econômica. *“Não é possível prever os impactos para o desenvolvimento do processo de regularização fundiária, uma vez que não há dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nessa situação”*, diz a mensagem presidencial.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É INSTRUMENTO PARA COMBATER A GRILAGEM

Daniel Barcelos Vargas é secretário-executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e foi assessor especial e chefe de gabinete na mesma secretaria. Vargas é advogado e mestre em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre e doutorando pela Universidade de Harvard (EUA).

Diálogos – Qual a situação da regularização fundiária na área de influência da rodovia BR-163?

Daniel Barcelos Vargas – A falta de regularização fundiária não deveria ser vista como problema específico de uma ou de outra área da Amazônia. É um desafio de toda a região. Hoje, menos de 4% das terras que estão em mãos de particulares possuem situação jurídica esclarecida. Existe um verdadeiro caos fundiário, ninguém sabe quem é dono do quê. Diversos problemas estão ligados a essa questão.

O primeiro problema está relacionado à complexidade da legislação fundiária brasileira, que não permite avanço rápido e decisivo da situação. Para solucionar esse problema, a primeira medida que deveria ser feita, e que já foi iniciada pelo governo para garantir um processo ágil na Amazônia, é a simplificação das regras e dos procedimentos que organizam a regularização fundiária. Foram apresentadas algumas propostas ao governo e, após debates, foi editada a MP 458.

O segundo problema que historicamente dificultou a regularização fundiária na Amazônia é a ausência de um processo colaborativo entre União, estados e municípios, afinal é uma questão comum aos três níveis da federação. Nesse sentido, a MP 458 determina que o processo de regularização fundiária deverá ser encaminhado dessa maneira. Ela também tem o potencial de facilitar uma solução mais célere e efetiva de regularização das posses ilegais na Amazônia.

Por fim, o terceiro entrave é o nível de importância política que esse tema teve no debate político nacional. Há muito tempo se discute regularização fundiária na Amazônia, mas esse assunto apenas recentemente galgou o degrau de prioridade na esfera política nacional. Hoje, a regularização fundiária é um tema absolutamente prioritário para o Brasil.

Diálogos – Como o senhor avalia as consequências desses entraves para os moradores da Amazônia e para o meio ambiente?

Daniel Barcelos Vargas – Ao longo de 2007 e 2008 foram feitas diversas reuniões com governadores, prefeitos, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos em mais de

50 cidades. Em todos os lugares, a demanda prioritária apresentada foi sempre a mesma: regularização fundiária.

Para as famílias que vivem na Amazônia, a ausência do título da terra é um obstáculo ao acesso ao crédito e impede a produção de boa-fé. Por isso, a priorização do tema.

Diálogos – Qual sua opinião sobre a reforma agrária que estaria sendo realizada na área de influência da BR-163?

Daniel Barcelos Vargas – A reforma agrária tem um papel importante no Brasil. Historicamente, uma boa parte da população brasileira foi excluída do acesso à terra e, por isso, há grande concentração. Sendo assim, a reforma agrária é uma medida de importância econômica e social para o Brasil, uma questão de justiça. Ao longo dos últimos anos, o Governo Lula conseguiu assentar um número significativo de pessoas, promovendo uma reforma agrária que, em termos quantitativos, é reconhecida como valorosa.

Muito se discute, dentro e fora do governo, sobre qual seria o modelo ideal de reforma agrária a ser implementado na Amazônia. Pouco adianta conceder terras e assentar pessoas se, simultaneamente, não forem oferecidas as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades produtivas e para o bem-estar social. Ao longo dos últimos tempos, houve críticas relacionadas com o modelo de reforma agrária implantado na Amazônia, vinculando, em alguns casos, altos índices de desmatamento a um modelo de subsistência insustentável que predomina em várias regiões. Esses casos têm chamado a atenção do governo, que estuda uma maneira de identificar os problemas e propor as medidas efetivas para evitar que imperativos de justiça não sejam desvirtuados ou mal compreendidos em razão de desvios que uma ou outra política pública possa ocasionar.

Diálogos – Como o senhor avalia esse novo “pacote” de regularização fundiária na Amazônia, previsto na MP 458?

Daniel Barcelos Vargas – Hoje, o Brasil e a Amazônia estão vivendo um momento único, em que, pela primeira vez na nossa história, a Amazônia passou a ser reconhecida, por todo o País, como uma prioridade absoluta. A regularização fundiária, além de ser a medida prioritária que abrirá portas para a implementação de políticas públicas que permitirão conter o desmatamento e avançar no desenvolvimento da região, também teve o importante papel de trazer para o centro do debate político a discussão sobre o futuro da Amazônia como um todo.

“Essa crítica da ‘equivalência’ entre posseiro e grileiro é um exagero e um desrespeito com a Amazônia”

A MP 458 é fruto de um movimento que se iniciou no ano passado com discussões e com visitas realizadas pelo ministro Mangabeira Unger, da Secretaria

de Assuntos Estratégicos. Foram feitas discussões intensas com diversos atores políticos que pensam e que refletem sobre o desenvolvimento sustentável. A partir dessas visitas, foram identificados os gargalos que impediam a regularização fundiária, e algumas das propostas obtidas que, a nosso ver, permitiam uma solução efetiva para essa demanda na Amazônia foram submetidas ao governo federal.

“A principal medida de combate à grilagem na Amazônia é um processo radical de regularização fundiária em toda a região”

Diálogos – Uma das principais críticas à MP 458 é que ela dá ao grileiro a possibilidade de regularizar terras públicas. Qual a sua posição em relação a essa crítica?

Daniel Barcelos Vargas – O governo é radicalmente contra a grilagem e qualquer iniciativa que estimule ou promova esse ato ilegal. A principal medida de combate à grilagem na Amazônia é um processo radical de regularização fundiária em toda a região. É isso que vai “dar luz” àquelas áreas em que hoje estão os grileiros, que certamente serão punidos pelo Estado brasileiro. É a regularização que vai substituir a situação atual de caos, de desordem, de falta de clareza jurídica, por um modelo seguinte em que impere a clareza sobre o que é terra pública e o que é privada. Com isso, será possível exercer um controle mais efetivo das terras públicas e impedir o avanço da grilagem na região. Na minha opinião, essa crítica da “equivalência” entre posseiro e grileiro é um exagero e um desrespeito com a Amazônia. São 400 mil famílias que deverão ser beneficiadas e a maioria certamente é de pessoas de bem, que foram para a Amazônia a convite do Estado e nunca tiveram sua situação jurídica reconhecida legalmente.

Não pode haver dúvida de que o processo de regularização fundiária está voltado exatamente para essas 400 mil famílias de boa-fé. Se for identificado desrespeito às normas, abuso por parte de pessoas que, por meio das suas máfias, tentam usufruir de um benefício indevido às custas dos bens públicos, o Estado deve atuar e combater esses casos da maneira mais severa possível.

Diálogos – Qual a participação da sociedade neste processo de regularização fundiária?

Daniel Barcelos Vargas – A sociedade civil tem um papel decisivo. O tema é uma prioridade para diversas organizações não governamentais, assim como é para os governos e para a população da Amazônia. A atuação dessas entidades no processo de esclarecimento e de convencimento do País sobre a importância desse assunto contribuiu para que a questão chegasse ao patamar de importância que hoje possui.

Durante o processo de regularização das terras da Amazônia, a sociedade civil deverá atuar de maneira muito próxima, fiscalizando as ações do governo e contribuindo, no que lhe for cabível, com medidas que permitam o avanço mais rápido e com mais segurança desse processo na região.

Diálogos – Um dos eixos de atuação do Plano BR-163 Sustentável trata da questão do ordenamento territorial da área de influência da rodovia. Qual a importância desse plano para a resolução da questão fundiária na região?

Daniel Barcelos Vargas – Primeiro, é importante compreender a importância do Plano da BR-163 para a Amazônia. Ele encarna uma ideia de vanguarda que supera um conflito entre preservação ou desenvolvimento. O Plano tenta combinar, em uma região, todos aqueles que defendem a preservação e também o desenvolvimento para, juntos, construir um conjunto de ações para promover o desenvolvimento sustentável naquela região. Além disso, há uma segunda ideia que consideramos muito cara: de que a Amazônia não é e não será salva pela polícia. Ela será salva por alternativas econômicas que ofereçam à população da região melhores condições de vida e oportunidades para trabalhar que sejam compatíveis com a preservação do meio ambiente. Outro ponto é que o plano consegue reunir, no seu processo de formulação e de identificação de prioridades, todos os interlocutores da sociedade civil, as lideranças políticas locais, estaduais e do governo federal para atuarem juntos.

Essas três perspectivas são, a meu ver, razões pelas quais o plano é paradigmático para a região e para o País. Isso não significa, contudo, que tenha sido um sucesso absoluto. Uma das dificuldades é que existem na Amazônia diversos interesses difusos e legítimos.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e espaços de negociação entre diferentes atores na região, envolvendo as esferas de governo, da iniciativa privada e os movimentos sociais. O senhor considera esse objetivo importante para a região?

Daniel Barcelos Vargas – É fundamental. Todas as iniciativas que tenham por objetivo estimular o diálogo entre governos estaduais, locais, lideranças da sociedade civil e setor produtivo têm o importante papel de promover a conscientização da classe política em relação às prioridades da população local, de estimular a capacidade, os interesses e os valores defendidos pela população local, de alcançar as lideranças políticas, favorecendo, com isso, uma via de mão-dupla, em que ambos só têm a ganhar.

Iniciativas ancoradas num processo de diálogo sempre são mais interessantes do que qualquer medida que venha de cima para baixo, que seja imposta à população como se fosse uma norma advinda de uma vontade superior. É por meio do diálogo, da interação do governo com a sociedade e das lideranças políticas com a sociedade civil e com as pessoas comuns que será possível definir prioridades e avançar na implementação dos projetos fundamentais para a Amazônia e para o País.



A BR-163 liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) e atravessa o leste da região Amazônica. A rodovia, que é a principal via de acesso entre as regiões, foi criada pelo governo militar na década de 1970 como mais uma obra de infraestrutura para integrar o País. No entanto, apesar de sua importância estratégica no escoamento da produção brasileira até o porto de Santarém, ela nunca foi pavimentada por inteiro.

Dos 1.780 km de extensão, apenas 713 km, no trecho que vai de Cuiabá até o município de Guarantã do Norte (MT), e 112 km, em Santarém (PA), são asfaltados (embora em péssimo estado de conservação). Os restantes 953 km são de terra e quase impossíveis de serem transitados, fator que representa um entrave a qualquer possibilidade de desenvolvimento para a região.

O asfaltamento sem um projeto de desenvolvimento sustentável representa uma ameaça à população local. A ocupação desordenada do território, a exploração não sustentável dos recursos florestais, processos de grilagem e especulação imobiliária são algumas das consequências do crescimento do fluxo na rodovia.

POSSE DE TERRAS AINDA GERA VIOLÊNCIA NA BR-163

Arno Miguel é padre católico e coordenador do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163. Atualmente mora próximo ao município de Itaituba e trabalha com associações e entidades de agricultores familiares na área do quilômetro 30 da BR-163

Diálogos – Como o senhor avalia a situação fundiária na área de influência da BR-163?

Arno Miguel Longo – É uma questão clara. Hoje, a partir de 30 ou 50 quilômetros da margem da rodovia, as pessoas não medem mais as propriedades em hectares e sim em quilômetros. Isso dá a impressão de que é um jeito de garantir a ocupação da terra em três fases: primeiro a extração da madeira; segundo garantir a ocupação da floresta nacional e, por último, ocupar toda a área, pois não há presença do Estado. As terras estão sendo repartidas em nome de “laranjas” e tudo está do mesmo jeito.

Diálogos – Um dos eixos de atuação do Plano BR-163 Sustentável trata da questão do ordenamento territorial na área de influência da rodovia, aspecto que engloba a regularização fundiária. Você notou alguma diferença após o lançamento do Plano?

Arno Miguel Longo – O Plano em si é uma consequência de ações dos movimentos sociais que elaboraram uma série de documentos com propostas para ação na BR-163. O governo, então, juntou todas as ideias para lançar, em 2006, o Plano BR-163 Sustentável. Porém, o que se viu depois disso foi a criação de áreas protegidas, mas ainda sem demarcação dos territórios. O plano sequer teve lançamento oficial na região e não foi informado quando seria implementado. A regularização fundiária, a presença do Estado, a estrutura das estradas vicinais, a luz para todos e benfeitorias ainda não foram trabalhadas.

Diálogos – Quais são as consequências disso para os moradores da região?

Arno Miguel Longo – Há muito medo por não ter segurança. Em conflitos com grileiros, quem sabe demais acaba aparecendo morto na estrada. Outra questão é a destruição de lavouras e de propriedades. O fazendeiro vizinho diz que é dono da terra do agricultor e começa a soltar o gado para espantá-lo. Outro ponto é o acesso dessas famílias à saúde e à educação. Muitas vezes, eles moram há 50 quilômetros da estrada principal e não têm como chegar a escolas ou postos de saúde. A comunidade até se junta, constrói uma palhoça de babaçu e consegue um professor que ministre aulas ali, mas é difícil. Essa é a problemática na região.



Diálogos – Então ainda existem muitos conflitos relacionados à questão fundiária na região?

Arno Miguel Longo – Sim. Há pouco tempo houve três assassinatos em um mês na estrada Vicinal do Brabo, região do quilômetro 30 da BR-163. Isso acontece por causa da ausência do Estado. É muito comum também ouvir madeireiros contarem que vão retirar madeira e encontram caveiras de gente que foi assassinada e ninguém conhece; o que a gente chama de “peão rodado”.

“Não estou vendo reforma agrária alguma. Na prática, há muita conversa sobre o tema e pouca ação”

Diálogos – Desde que o senhor chegou na região, já sentiu alguma melhora?

Arno Miguel Longo – Um pouco. Mas nessa região da Vicinal do Brabo, por ser a última fronteira agrícola e de extração de madeira, há muita cobiça pelas terras, principalmente depois que as unidades de conservação foram criadas. Com as unidades de conservação, parte do território em que as pessoas estavam foi perdido e muitas pessoas migraram para essa região. Isso se tornou mais um motivo de brigas e de mortes.

Diálogos – Como o senhor vê essa reforma agrária que estaria sendo realizada na área de influência da BR-163?

Arno Miguel Longo – Não estou vendo reforma agrária alguma. Na prática, há muita conversa sobre o tema e pouca ação. Foram criados 99 assentamentos na região, mas estão “trancados” entre o Ministério Público e o Incra, porque não se sabe quem fala a verdade – um joga a culpa para o outro. Na estrada do Pimental, por exemplo, há o assentamento Ipiranga, onde deveriam ter sido feitas casas de alvenaria, mas elas ficaram pela metade. Se isso for reforma agrária...

Diálogos – Na sua opinião, então, qual seria a definição de reforma agrária e quais alternativas o senhor enxerga para a questão fundiária na região?

Arno Miguel Longo – A reforma agrária deveria acontecer da seguinte maneira: antes de cinco anos não há concessão de título para ninguém. Deve ser dada a casa e o nome da pessoa deve ficar na lista de clientes da reforma agrária. Se a pessoa sair da região, a não ser que seja por uma boa justificativa, fica fora da lista. Além disso, como muitos terrenos na região já estão impróprios para a agricultura, é preciso subsidiar pelo menos um alqueire de terra, com um pouco de calcário, sementes, etc., para cada um ter condições de plantar. Para mim, a reforma agrária acontece depois de cinco anos. Quem estiver plantando ainda depois desse período é mesmo agricultor e, então, deve receber o título da propriedade.

Diálogos – Por que o senhor acha que a reforma atual não está sendo feita dessa forma ou, pelo menos, de maneira parecida com o que descreveu?

Arno Miguel Longo – Há cerca de 10 anos não há concessão de título de terra nessa região. O Incra justifica que isso ocorre para impedir que a propriedade seja vendida. Mas, com isso, o agricultor fica impossibilitado de fazer um financiamento ou de se aposentar com o seu lote.

Acredito ainda que seja desse jeito por interesses de extração da madeira: enquanto não tirarem toda a madeira da terra, a situação fica assim. Quando tiverem retirado toda ou quase toda a madeira, aí vão criar o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e legalizar a situação.

Diálogos – O senhor disse que o Incra não dá títulos para que a terra não seja vendida. Como se dá ação dos grileiros na região, então?

Arno Miguel Longo – Grandes grileiros colocam “laranjas” dentro de uma área de reforma agrária e formam uma fazenda. Isso existe nos assentamentos Nova Fronteira e Santa Júlia, no município de Novo Progresso. Os laranjas pegam o lote, ficam ali por um tempo e passam para o grileiro. Para evitar isso, o Incra tem que ter unidades locais acompanhando o dia-a-dia. Não pode ser apenas um escritório em Itaituba para fiscalizar um território equivalente ao Estado de Santa Catarina. Assim não vai funcionar.

Diálogos – Há quem acuse o Incra, inclusive, de negociar terras, o que é grave. O senhor acredita nisso?

Arno Miguel Longo – Sim. Aqui as terras foram dadas duas ou três vezes pelo Incra. Há até duas pessoas com dois protocolos para o mesmo terreno. Isso se vê em pequena escala, imagine em grande escala. Essas terras estão distantes 50 km, 60 km da rodovia e ninguém vê o que está acontecendo.

Diálogos – O que o senhor pensa sobre o novo “pacote” do governo federal de regularização fundiária na Amazônia, previsto na MP 458?

“A questão é: quem vai fiscalizar essa regularização? Se for só dar documento, estará se legalizando a grilagem sim”

Arno Miguel Longo – É um modo de legalizar a grilagem.

A questão é: quem vai fiscalizar essa regularização? Se for só dar documento, estará legalizando a grilagem sim. Mas, se o contemplado da regularização for a pessoa que mora no local e que está querendo entrar no processo de reforma agrária na região, pode funcionar. Mas é importante ter a presença do Estado, que tem que garantir que vai haver a fiscalização e a permanência na terra.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e espaços de negociação entre diferentes atores na região, envolvendo as esferas de governo, da iniciativa privada e os movimentos sociais. O senhor considera esse objetivo importante para a região?

Arno Miguel Longo – Sim, é importante. Não sei se é viável todo mundo sentar junto e, em consenso, fazer com que a Amazônia seja para todos viverem semeando a harmonia e a paz, independente de ser extrativista, produtor, madeireiro, ou outra coisa. O grande desafio é que a vontade de um não é, e talvez nunca seja, igual a do outro.

A regularização fundiária é uma das principais demandas da população no entorno da região da BR-163. O conflito fundiário na região ganhou proporções internacionais em fevereiro de 2005, quando a missionária Dorothy Stang foi assassinada por causa de uma disputa de terras em Anapú, no sul do Pará. O Plano de Desenvolvimento Sustentável da rodovia foi lançado pelo governo federal pouco depois, com o objetivo de regularizar a questão fundiária no local e deter a violência no campo.

PARÁ APOSTA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA POR MUNICÍPIOS

José Heder Benatti é advogado, mestre em instituições jurídicas e sociais da Amazônia e doutor em ciência e desenvolvimento socioambiental. Atualmente, é professor da Universidade Federal do Estado do Pará (Ufpa) e presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

Diálogos – Quais são os planos para regularização fundiária no Estado do Pará?

José Benatti – A ideia é implementar uma nova metodologia para a regularização fundiária que priorize o papel do município na execução do processo. Isso deve ser feito em parceria com instituições públicas em nível federal, estadual e municipal, assim como junto à sociedade civil. Essa regularização municipal é uma das iniciativas do Iterpa dentro da política de ordenamento territorial desenvolvida pelo governo estadual em direção a uma gestão territorial contínua, transparente e democrática. Essas ações devem contribuir para a redução da violência rural, do desmatamento, com garantia da sustentabilidade ambiental e do direito de propriedade aos diferentes segmentos sociais.

Além disso, de forma geral, a regularização fundiária é a expedição de um documento ou título que garante ao seu detentor o exercício do direito de uso ou de propriedade. No entendimento do Instituto, esse processo deve estar sempre amparado na consolidação de dois elementos centrais: uso tradicional da atividade agrária e proteção ambiental. O governo do Pará trabalha na possibilidade de regularizar em quatro anos todo o estado, ou seja, pretende atingir a meta aproximada de 20 milhões de hectares da área de jurisdição do Iterpa.

Diálogos – Qual a estratégia dessa metodologia desenvolvida?

José Benatti – Essa metodologia de atuação no município, chamada de varredura fundiária, é uma ação conjugada dos órgãos estaduais que oferece um efeito progressivo na concretização da regularização fundiária. A somatória de interesse entre os diversos organismos possibilita uma atuação abrangente.

Os resultados são diversos benefícios às famílias, tais como a titulação, licenciamento das atividades agrárias e a regularização da produção agrícola do imóvel rural. Além do Iterpa, as secretarias de Projetos Especiais, Meio Ambiente, Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará são outras instituições do estado que também estão envolvidas.

Com equipe de técnicos capacitados e a infraestrutura tecnológica necessária, é possível mapear por meio do sistema GPS de georreferenciamento todas as características físicas



dos imóveis. Isso consiste na descrição do imóvel rural, limites, características e confrontações, por meio de memorial descritivo e ainda no levantamento das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais.

Diálogos – Há um levantamento atualizado das áreas do estado?

José Benatti – Atualmente, 60 milhões e 756 mil hectares são áreas destinadas: federal, estadual e unidades de conservação. As áreas onde o Estado vai trabalhar a regularização fundiária estão sob jurisdição do Incra, o que corresponde a 24% do estado, cerca de 30 milhões de hectares. Já a área do Iterpa representa 16%, sendo que 16 milhões de hectares – do total de 20 milhões – são terras devolutas que o estado tem que arrecadar para destinar. Acredito que, aproximadamente oito milhões de hectares possuem títulos privados.

Não vai dar para fazer tudo nesse governo, mas acreditamos que em quatro anos faremos a varredura completa. Com o georreferenciamento e a entrada no cadastro ambiental rural, o estado passa a ter o controle sobre a terra e em três anos, será possível ter um diagnóstico completo do Estado do Pará. Conseguiremos saber o que é público, federal ou estadual, quem está ocupando o quê, quantas famílias estão na área, além de já ter regularizado boa parte dos pequenos agricultores. Também não será possível titular tudo, porque a ideia é trabalhar com até 15 módulos fiscais (1,500 hectares).

Diálogos – Sempre se soube que a regularização fundiária deveria ser feita. Qual é a diferença desse novo processo? Porque agora será mais rápida?

José Benatti – Existem fatores tecnológicos e políticos. Hoje há muito mais possibilidades de atuação rápida com o georreferenciamento. A varredura pode ser feita muito mais rápida e os aparelhos estão mais baratos.

Sobre o fator político, a governadora do estado Ana Julia Carepa colocou a regularização fundiária como uma prioridade. Todos diziam que era importante, mas não era prioridade política a ponto de disponibilizar orçamento para fazê-la. Agora, a regularização passou a ser uma pauta prioritária politicamente, em que foram envolvidos tanto o Incra como o Iterpa e os outros órgãos estaduais.

Diálogos – Nesse processo é levado em consideração o desenvolvimento territorial?

José Benatti – O Instituto introduziu a regularização fundiária como um elemento do desenvolvimento territorial. Como o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do oeste do estado já foi aprovado, qualquer regularização tem que levá-lo em consideração. No fim das contas, é uma

“É preciso discutir quem é que tem direito a ter terra, quem tem prioridade, etc.”

discussão sobre o controle da terra e dos recursos naturais, principalmente de florestas, sob a ótica de que regularizar não é só dar título. É preciso discutir quem é que tem direito a ter terra, quem tem prioridade, etc.

O governo colocou claramente que a preferência é o agricultor familiar, no entanto, a discussão não é só priorizá-lo e dar a ele título, mas debater a questão ambiental. Afinal, a média e grande ocupação (até 2.500 hectares) também serão regularizadas. Desta forma, deve-se fazer o georreferenciamento, discutir o passivo ambiental e a possibilidade de ter o cadastro ambiental rural para o licenciamento.

Outro aspecto a ser considerado é o econômico: como criar condições de acesso ao financiamento? Com isso, temos uma política com uma lógica de funcionamento que busca discutir com a sociedade. Essas são as regras. Ordenamento é um espaço permanente de discussão e definição do direito de propriedade de forma transparente. É preciso debater com a sociedade. Pretendemos discutir com vereadores, deputados, prefeitos e movimentos sociais nos municípios sobre o que o estado está fazendo e planejando e qual é a rapidez na execução dessas ações.

Diálogos – Quantos técnicos estão atuando no processo?

José Benatti – O Iterpa possui 10 equipes de três a quatro pessoas e pretende contratar mais 30 técnicos para ampliar o trabalho. Boa parte do georreferenciamento vai ser terceirizada. Com o governo federal vamos definir qual é a capacidade que temos de trabalhar em determinado período, quantas equipes podemos colocar em campo, quais serão os municípios prioritários, etc. A partir disso, vamos formar um calendário de atuação.

Diálogos – Qual órgão será responsável por coordenar o processo?

José Benatti – No âmbito federal será a Diretoria Executiva de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Com relação à parte operacional, no Estado do Pará o Iterpa elaborou uma proposta de regularização fundiária que foi apresentada ao governo em 2008 e foi acatada. Nós qualificamos as experiências que já existiam, colocando algumas diretrizes e prioridades. A metodologia está elaborada, obviamente tem muita coisa que vai ser acertada, mas já há uma experiência inédita.

Diálogos – Quem será regularizado?

José Benatti – Até 15 módulos fiscais, que são 1.500 hectares. É preciso entender que até 100 hectares, no caso do Estado do Pará, configura-se doação da terra. No caso do Incra, o teto é 75 hectares, que é o módulo fiscal. Acima de 100 hectares é alienação e há uma tabela que mostra como calcular o valor. Entre 100 e 400 hectares serão regularizados mediante pagamento de um valor mais baixo do que o de mercado e acima de 400 hectares o pagamento



será no valor de mercado. Dentro dessa faixa, 70% dos imóveis rurais serão regularizados e entrarão no mercado com título para poder acessar financiamento e ser fiscalizado. Acima de 15 módulos fiscais faz-se a licitação.

Diálogos – Mas isso não consolida a grilagem?

José Benatti – Antes de entrar no governo, em 2007, eu participei como consultor de um estudo que pretendia separar o que é do que não é grilagem. Se grilagem é toda ocupação de terra pública sem a autorização do Poder Público, todo mundo é grileiro: o pequeno, o médio e o grande produtor. No estudo, concluímos que há ocupações regulares e ocupações ilegais. As regulares são aquelas que preenchem os requisitos legais e, portanto, podem ser tituladas. As que não preenchem, não serão tituladas. E essa verificação se faz em campo. Entendemos também que o grande problema não é tanto a questão da regularização fundiária em si, pois há um problema anterior maior. O Brasil tem a legislação ambiental mais avançada do mundo, em nenhum país existe a categoria de reserva legal, por exemplo. Por outro lado, é o país mais liberal no direito de propriedade, onde não há nenhuma restrição ao direito de propriedade. A única exigência é que o imóvel rural cumpra a função social.

Hoje, com a limitação de terras no mundo, poucos países têm tanta terra disponível para agricultura. A América Latina, em particular o Brasil, tem boa parte das áreas disponíveis que, em sua maioria, são terras com floresta.

É preciso destacar também que, atualmente, a terra não é aproveitada somente para produzir alimentos, mas também para produzir energia (biodiesel) e garantir a biodiversidade. Só que o resultado da terra valorizada em um país sem limite ao direito de propriedade é a concentração da terra. A legislação permite que um único brasileiro compre todas as terras tituladas no Brasil, porque não existe limitação da concentração da terra. Essa é a realidade brasileira, enquanto outros países criaram mecanismos que limitam o direito de propriedade, via tributação ou limitação de área.

Diálogos – Quais seriam as possíveis soluções para o problema da concentração de terra?

José Benatti – Podem-se empregar vários mecanismos. Um deles é criar dois espaços: um para a pequena propriedade e outro para a média e grande. No primeiro caso, em que se enquadram assentamento e doação, não se deve conceder o título definitivo, mas a concessão de direito real de uso. Já para propriedades média e grande seria título definitivo. Isso não significa que o pequeno não pode vender. Pode sim, pois a terra continua sendo pública, mas o trabalho é dele. Ele pode vender para outro pequeno, desde que a associação ou o órgão fundiário permita. O vizinho pode comprar também, desde que ele não acumule mais de quatro módulos fiscais, que é o tamanho da propriedade pequena. Em 10 anos, quando houver um mercado mais controlado, com regras estabelecidas, nada impede que essa concessão se transforme em título.

Diálogos – Existe um levantamento de apropriação de terra ilegal no Pará?

José Benatti – A Comissão Permanente de Monitoramento, Estudos e Assessoramento à Grilagem, ligada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, divulgou um lista de possíveis títulos suspeitos de irregularidade, o que dá uma ideia do problema. Essas informações estão disponíveis na página do Iterpa. Também atuamos para combater os títulos falsos modernizando os cartórios. Com esse fim, estamos discutindo com a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) e com os cartórios dos municípios onde iremos realizar a regularização fundiária, a criação de um banco de dados de informações. A ideia é digitalizar os livros nos quais estão registradas as posses e propriedade. Com isso, desenvolveremos um programa que possibilite acessar os dados existentes e manter uma troca de informações entre o estado e os cartórios.

Outra iniciativa trabalha na unificação da base cartográfica e documental do Iterpa e do Incra. O processo de licitação está sendo finalizado para esse fim. Vamos contratar serviços e produtos para levantar, digitalizar, lançar os perímetros, armazenar em banco de dados e disponibilizar o acervo fundiário do Estado do Pará. O valor da licitação é de cinco milhões de reais. Após essa fase, em nove meses o processo deve estar concluído. Assim, uma informação que antes demorava quatro ou cinco meses para ser levantada, será obtida em uma semana.

Diálogos – Qual, em sua opinião, é o principal entrave para a regularização fundiária no Pará?

José Benatti – Um entrave óbvio é a reação de alguns grupos que não querem deixar de ser “donos” de muita terra. Outro entrave é a questão dos órgãos terem essa concepção do “isso é meu”, de que tal área “sou eu” que cuido e não o outro órgão. Essa negociação também é tensa porque os órgãos podem sentir que estão perdendo poder. Resumindo, os problemas são: a efetivação da ação e a questão política da negociação.

“Um entrave óbvio é a reação de alguns grupos que não querem deixar de ser ‘donos’ de muita terra”

Diálogos – Quais os mecanismos de participação social nesse processo de regularização fundiária?

José Benatti – Além da discussão nas áreas de regularização fundiária com os diferentes setores, o estado fará o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é o primeiro passo para regularizar a terra, pois será declaratório. Nesse cadastro, a pessoa que está solicitando a regularização deve apresentar a área pretendida. Se ela não incidir em terra indígena e nem em unidade de conservação, o cadastro é aceito e o processo de regularização fundiária será iniciado. Ao mesmo tempo, essa informação é pública e a área pretendida pode ser questionada por terceiros. Essa medida possibilitará a transparência no processo de regularização fundiária.

Diálogos – Quanto ao objetivo do Projeto Diálogos, qual a relevância na sua área de atuação?

José Benatti – Considero muito importante porque o processo de desenvolvimento territorial não é estanque, ele é contínuo, no qual devemos sempre buscar o diálogo, a negociação, a discussão. Afinal, quando uma política é implementada, não necessariamente se tem consenso. Se comparado a alguns anos atrás, acho que hoje tem muito mais discussão, muito mais acesso à informação. Ainda é preciso melhorar em nível mais macro. Precisa haver estruturas atuando mais fortemente para facilitar e receber as reivindicações, e também implementá-las. No nível local, essa estrutura é mais frágil ainda, pois os interesses são mais imediatos.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é considerado pelo governo do Pará a porta de entrada da regularização fundiária. O instrumento vai possibilitar ao proprietário rural, que explorou a sua área de reserva legal além do limite permitido em lei, fazer a regularização por meio da recomposição florestal.

A partir do CAR, o proprietário apresenta seu plano de recomposição florestal da reserva legal e Área de Proteção Permanente (APP) e assegura o cumprimento do Código Florestal. A lei estadual de regularização fundiária possibilita a recomposição das áreas alteradas em até 30 anos, mediante plano apresentado pela Secretaria de Meio Ambiente.

ÁREAS PROTEGIDAS

CAPÍTULO 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL

COMUNIDADES AJUDAM NA CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS

Atanagildo Matos foi criado em uma unidade de conservação de uso sustentável, participa desde o início dos processos de criação das reservas extrativistas e atualmente integra a diretoria-executiva do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS).

Diálogos – Quais os benefícios da criação de unidades de conservação de uso sustentável para a população local?

Atanagildo Matos – Quando uma reserva extrativista (resex) é criada, que é o caso de uma unidade de conservação de uso sustentável, tem como objetivo beneficiar aquelas pessoas que vivem no local. Um ponto fundamental é que o direito à terra é assegurado às famílias que vivam nas unidades de conservação. Isso dá a elas a segurança de que não serão expulsas por um pretense dono do lugar, alguém com força política local, por exemplo. Além disso, é garantido o direito ao uso dos recursos naturais, como o rio, a água e a floresta. Outro ponto fundamental é que quando uma unidade de conservação é criada, o governo torna-se responsável por ela. Isso quer dizer que é preciso prover infraestrutura, crédito, assistência técnica e condições de produção às comunidades que vivem ali. Acontece um processo importantíssimo de inclusão social.

“As unidades de conservação de uso sustentável proporcionam melhoria na geração de renda e as famílias são reconhecidas como cidadãs”

Tenho dedicado boa parte da minha vida a trabalhar com unidades de uso sustentável. Nasci, me criei e me casei trabalhando em áreas deste tipo e, por isso, sempre entendi que a melhor forma de conservar algo é conscientizar as pessoas da importância disso. Porém, entendo que o Brasil não pode basear sua economia só no uso sustentável das florestas. É necessário que haja áreas para outro tipo de produção que não seja florestal.

Diálogos – O Conselho Nacional de Seringueiros contribuiu para a criação de diversas resex e unidades de conservação no geral. Como se iniciou esse processo?

Atanagildo Matos – Para que uma resex seja criada, é preciso que a comunidade apresente a demanda. Em 1987, com base em propostas das comunidades, foram criados os projetos de assentamento extrativista. Entretanto, apenas na década de 1990 surgiu a primeira reserva extrativista. Vale lembrar que esse tipo de unidade de conservação é genuinamente brasileiro e começou a existir por iniciativa das comunidades. No Pará, existem 19 reservas extrativistas e há demanda para que sejam criadas mais 11.

Diálogos – Qual a principal dificuldade para fazer a gestão de uma resex?

Atanagildo Matos – Isso é um problema e hoje estamos metidos numa encrenca. A principal virtude das resex é a gestão comunitária e desde a criação da primeira área, antes de existir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a gestão em todas as reservas era feita pela comunidade. Ela estava na base da organização, da defesa, da fiscalização, do trabalho e da produção da reserva. Com a criação do SNUC, foi instituída a figura de um gestor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas reservas, o que atrapalhou muito a comunidade. Esse gestor se imbuíu de um papel de chefe, mas, na nossa opinião, não é chefe de nada. Isso cerceia os direitos da comunidade, que fica subordinada a essa pessoa. Não é possível chefiar uma resex. Vamos lutar para acabar com esse papel. Os extrativistas são pessoas muito passivas, costumam a entrar numa briga e acreditam muito no governo. Quando chega uma pessoa dizendo que é chefe da unidade e que foi o governo que mandou, todo mundo fica assustado e não luta contra.

Outro erro aconteceu na região da BR-163, na Terra do Meio. As três resex que existem lá: riozinho do Anfrísio, rio Xingu e rio Piriri não foram criadas por demanda da comunidade. Então, estamos agora num processo de consolidação das unidades que está sendo muito difícil. Os moradores não vêem a necessidade daquelas reservas existirem. Quando a demanda é apresentada pela comunidade, é mais fácil cuidar da área.

Diálogos – O senhor já vivenciou conflitos nas unidades de conservação durante o processo de criação?

Atanagildo Matos – Não tem nenhuma criação de unidades sem conflito. Talvez as unidades marinhas, mas mesmo assim ainda há encrenca com as colônias de pescadores. Na área da BR-163, como as áreas foram criadas em forma de distrito florestal, há uma espécie de camisa de força para o conjunto. Acho que foi o lugar que houve menos encrenca e reclamação. Mas, em geral, nas áreas florestais, sempre há.



Diálogos – Por que existem esses conflitos?

Atanagildo Matos – O conflito acontece porque existe grilagem e sempre aparecem pessoas dizendo que são donas daquelas terras. Normalmente gente que não tem escritura, mas tem força política local: apoio do prefeito, do vereador, do deputado, é parente do dono do cartório ou conhece o delegado. Existe uma pressão local muito forte para que a comunidade fique submissa e assim eles possam explorar a terra como quiserem. Já quando a resex é criada, a comunidade é quem ganha força, reconhecimento e o direito ao uso da terra.

Em alguns locais, os conflitos se resolvem com a criação das áreas, em outros não. A situação só não é resolvida mais efetivamente porque o governo trata o tema com pouca prioridade. Enquanto não tirar os invasores das unidades, haverá problemas. Afinal, em todas as resex que o governo criou e não fez a regularização fundiária ainda existe madeireiro, fazendeiro e gente que era contra a criação e depois ainda ficou por lá. Muitas vezes nem é por mal. Algumas dessas pessoas precisam que a situação fundiária seja resolvida para poder ir para outro lugar e tocar a vida.

Diálogos – O senhor acha que é possível vencer esses conflitos e conciliar esses interesses?

Atanagildo Matos – Só estou nessa luta porque tenho certeza que é possível vencer. Até hoje todas as áreas que reivindicamos foram criadas. Pode até demorar, ser difícil, mas vamos continuar conseguindo.

Diálogos – Considerando todos os atores econômicos na região, quais são as oportunidades econômicas sustentáveis com a criação das áreas?

Atanagildo Matos – A realidade é que alguns produtos importantes existem apenas nas reservas extrativistas, tais como produtos madeireiros, e sementes e plantas que são matéria-prima para cosméticos e produtos farmacêuticos. Dessa forma, certamente, mais cedo ou mais tarde, vai haver uma demanda comercial por esses produtos e vai começar a haver uma relação entre as reservas e outros setores da economia brasileira. Por exemplo, o Pará tem um programa chamado Um bilhão de árvores, que tem como objetivo plantar essa quantidade de árvores de semente nativa no estado. Onde é que está essa semente? A maioria está na reserva extrativista. São as áreas de uso sustentável que vão fornecer o material.

“Mais cedo ou mais tarde vai haver uma demanda comercial dos produtos das reservas e relações com outros setores da economia brasileira”

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e promover espaço de negociação entre os diferentes atores. Na sua área, o senhor considera esse objetivo relevante?

Atanagildo Matos – É importante porque não há consenso, mas existem possibilidades de negociação. A produção de madeira é um bom exemplo. Tenho clareza da necessidade dos produtos madeireiros e, por isso, é preciso discutir condições de produção na floresta nativa. Tem que haver investimento na reprodução da cobertura florestal para exploração de madeira. Esse ponto é perfeitamente factível de negociação e acredito ser possível fazer um pacto.

Outro ponto que considero extremamente importante é a produção de carne. A necessidade da criação de gado é indiscutível. No entanto, a área para pastagem não pode ser tão liberada como sempre foi. É preciso reduzir o tamanho da área e aumentar a quantidade do rebanho.

O mesmo digo em relação à mineração. A Amazônia tem muitos minerais como bauxita e ferro. Esse negócio certamente terá de ser explorado. Acredito que um processo de diálogo é importante para definir quais áreas serão destinadas para qual produção. Afinal, desenvolvimento não pode desalojar as pessoas e destruir tudo.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) foi instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. É a primeira lei que visa à aplicação efetiva dos conceitos de desenvolvimento sustentável e conservação biológica. Ela estabelece normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação do território brasileiro. O Snuc divide as unidades de conservação em dois tipos: de proteção integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Proteção Ambiental Estadual, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).



A NECESSÁRIA GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS PROTEGIDAS

Cláudio Maretti é superintendente de Conservação de Programas Regionais do WWF-Brasil. Geólogo, com mestrado em engenharia geotécnica e doutorado em geografia humana, trabalha com áreas protegidas, manejo do meio ambiente e conservação há 25 anos. Atualmente, também é membro do Conselho Mundial da União Mundial pela Conservação (Uicn).

Diálogos – O que o senhor entende por desenvolvimento territorial?

Cláudio Maretti – De forma simplificada, é um modelo que compreende o desenvolvimento em que as relações econômicas e sociais são organizadas espacialmente por uma produção que gera não apenas crescimento econômico, mas também diversos benefícios para a população local.

Para tanto, o desenvolvimento territorial engloba dois componentes básicos: o ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico e social. O primeiro é ligado à definição do uso dos espaços e à clareza fundiária, que é mais ampla que a regularização fundiária entendida de forma simplificada. Se essa questão for trabalhada de forma mais estreita, há apenas uma regularização do que é irregular: aceita-se aquele que está na terra de forma irregular e consolida-se o uso daquele espaço. Já o desenvolvimento econômico social tem que ser sustentável e socialmente justo.

Diálogos – Como o senhor analisa o desenvolvimento territorial na Amazônia?

Cláudio Maretti – Na Amazônia, a criação e formas de uso dos espaços territoriais ainda estão sendo definidas legalmente. Nesse sentido, existe uma divisão entre teoria e prática. Um exemplo é o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que pode ser um ótimo diagnóstico, mas, muitas vezes, não é implementado. Já a prática é ditada por dois extremos. Um deles é o da criação de áreas protegidas, que são as unidades de conservação e as terras indígenas. E o outro é o desmatamento que define os usos na prática. Assim, é preciso definir os espaços na região por meio das áreas de conservação, uso agrícola, florestal, pesca, etc. a fim de estimular o desenvolvimento econômico sustentável. Uma forma de fazer isso é organizar todos os elos da cadeia produtiva de determinada região de forma a viabilizar a produção.

Diálogos – Dentro do ordenamento, quais são, ou seriam, os melhores critérios para definir áreas importantes para a conservação?

Cláudio Maretti – Existem duas lógicas principais. Uma delas é definir as áreas prioritárias para conservação da natureza. Nesse ponto, é importante ir além de uma concepção da

biologia científica moderna ocidental e entender o valor diferente atribuído à natureza por cada grupo social. Um dos equívocos que os esforços conservacionistas cometem, sobretudo os baseados na biologia da conservação, é achar que os outros grupos sociais têm que validar as conclusões dessa ciência biológica. Esse enfoque pode ser muito importante, mas não é único. Valores estéticos, históricos, místicos e até visões utilitaristas de outros grupos sociais devem ser considerados.

A outra lógica é a da sustentabilidade econômica dos processos. Na lógica anterior, não é considerada a questão econômica. Já nesse enfoque essa preocupação está obrigatoriamente explícita porque se refere ao desenvolvimento econômico-social com arranjo espacial adequado, que é o desenvolvimento territorial.

Diálogos – Qual a melhor maneira para conciliar essas duas lógicas, aliando desenvolvimento à conservação?

Cláudio Maretti – As duas alternativas têm lugar. Porém, vale a pena destacar que não se deve ter uma área de proteção integral em detrimento dos direitos das comunidades locais. No caso da Amazônia, por sorte, ainda existem espaços relativamente pouco ocupados que permitem uma proteção mais rígida. A visão de não permitir pessoas no local, tradicional dentro do conservacionismo, é defensável porque visa o bem da humanidade e realização de estudos para entender como a natureza funciona. Porém, é uma visão cada vez minoritária.

Em reação a esse conservacionismo, há outra visão que fala em uma coincidência entre áreas de populações tradicionais e as de importância de biodiversidade. Ambas têm uma ideologia comum e não considero que seja uma a causa da outra: não é porque existe biodiversidade que há pobreza, e não é porque há comunidades locais que a natureza está conservada. As comunidades e a natureza foram deixadas de lado pelos processos econômicos, não de forma intencional, mas porque o interesse econômico para exploração naquele momento era pouco. Isso não quer dizer que os indígenas não tenham nenhum papel no desenvolvimento de técnica sustentável de exploração, mas há um exagero ao afirmar uma causa e efeito.

Diálogos – E do ponto de vista do ordenamento da ocupação do território?

Cláudio Maretti – Partindo do ponto de vista teórico, teriam que ser eleitas as áreas mais sensíveis e mais importantes e, a partir disso, definir amostras representativas para conservação. Esse ordenamento simplificado seria o processo ideal e deve ser buscado. Em particular, para o caso da Amazônia. Como o nosso objetivo é um novo modelo de desenvolvimento, queremos ter uma área protegida maior do que normalmente se faz no mundo e ela só pode ser feita se associarmos conservação ao uso econômico.



Diálogos – O senhor falou em uma área protegida maior. É possível aplicar isso na Amazônia?

Cláudio Maretti – Dentro da lógica das unidades de conservação, ainda estamos na infância do desenvolvimento. Entretanto, houve uma evolução da capacidade científica no modo de olhar para essas unidades. Primeiro, elas eram vistas de forma isolada. Até que em um momento, há uns anos, cresceu a percepção de que as unidades de conservação não poderiam ser ilhas. Por isso, começou a se pensar em biorregião, corredores ecológicos e mosaicos.

Cada categoria de unidade de conservação tem objetivos específicos. Mas, em mosaicos, é possível flexibilizar um pouco a divisão de áreas de uso e de conservação na mesma unidade porque a sustentabilidade pode ser garantida na composição total. Como na Amazônia brasileira, hoje, está se conseguindo uma interconexão das áreas protegidas maior do que existe na maioria do planeta, essas lógicas têm que ser adaptadas para essa região.

O desafio de futuro é imaginar essas unidades como sistemas e subsistemas. Temos que prestar atenção na integração entre elas e desenvolver a lógica de sistema de gestão e não apenas o sistema como interpretação da natureza.

Diálogos – O que são os mosaicos?

Cláudio Maretti – No caso do Brasil, os mosaicos de unidades de conservação têm uma definição legal que consta no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Eles incorporam grandes áreas de unidades de conservação contíguas ou próximas, com uma gestão integrada.

Há ainda uma diferença entre a definição legal e o que se chama de mosaico simplesmente por associação com o mosaico de cerâmica de azulejos. Essa última ideia é muito utilizada porque trabalha com usos do solo. É uma composição de situações, na qual há diversidade de tipos de uso, por exemplo: plantação de cana, de laranja, pecuária, cidade, área protegida, etc.

Entre a definição legal e esse uso mais comum, ainda existem zonas mal definidas de locais que poderiam ser áreas protegidas. O que existe atualmente são unidades como ilhas no meio de atividades urbanas e agropecuárias. Depois de criadas é que começa a preocupação com o entorno e surge uma zona envoltória onde há promoção da conservação.

Outro enfoque existente é o do planejamento regional mais integrado por meio da biorregião, que é uma tentativa de priorizar a conservação e a utilização de elementos na natureza na definição dos usos.

A biologia da conservação também ressalta a importância da conectividade. A ideia é, a partir da lógica das ilhas, criar corredores ecológicos que fazem a conexão entre elas. No



caso brasileiro, também existe a noção dos megacorredores de conservação, chamados de corredores ecológicos, mas que, na verdade, são grandes faixas com áreas que têm unidades de conservação e grandes áreas intersticiais no meio. Mas tudo isso é diferente do mosaico.

Diálogos – O que diferencia o mosaico dessas outras áreas?

Cláudio Maretti – O que o diferencia é justamente o motivo pelo qual essas áreas sozinhas não bastam: a noção da gestão integrada, conceito-chave da legislação do Snuc. Por exemplo, em uma área de parque nacional localizado ao lado de uma reserva extrativista é preciso que haja a gestão integrada para benefício mútuo. Cabe destacar nesse ponto um componente que é a economia de recursos. No caso da Amazônia, isso faz bastante sentido porque são áreas enormes e a capacidade de gestão é muito pequena, com volume de recursos humanos muito limitado. É melhor gerenciar isso com união de forças e não com dispersão.

“Parece muito claro que os mosaicos são o modelo de gestão mais adaptado para a Amazônia brasileira”

Outro ponto diferencial é o objetivo do mosaico. Nas discussões que o WWF-Brasil e parceiros têm promovido, chegamos à conclusão que o objetivo principal do mosaico é alcançar metas de conservação mais elevadas do que o de cada unidade de forma isolada. Existe uma conjugação de realidades nas unidades e se essa série de interesses forem conciliados com um objetivo maior de conservação, o mosaico é o tipo ideal. O WWF-Brasil e a GTZ, agência de cooperação alemã, estão liderando o processo atual de desenvolvimento conceitual do mosaico no país. Pretendemos justamente acertar essas pontas e fazer algo, mas o que parece muito claro é que esse é o modelo de gestão mais adaptado para a Amazônia brasileira. Acredito que é a melhor opção no caso da área de influência do Projeto Diálogos também.

Diálogos – Porque seria o melhor modelo para a Amazônia brasileira?

Cláudio Maretti – Porque a região é muito remota na maior parte dos casos – menos o Mato Grosso e a região do meio do Pará – com áreas imensas, recursos limitados e com o interesse em um modelo de desenvolvimento diferenciado já estabelecido. Ainda que a sociedade esteja em conflito e haja divisões dentro do seio do governo, a quantidade de áreas protegidas que existe na Amazônia já é um destino diferente e temos que seguir esse caminho. Porém, é preciso ter união de grandes ações como a fiscalização integrada, conselhos de gestão, elaboração de plano de manejo, mas também pode ter planos operacionais diferenciados. Uma resex não pode ser gerida da mesma forma que uma estação ecológica, por exemplo.

Enfim, ainda existem algumas dúvidas com relação ao conceito e não se pode aplicar um modelo rígido de mosaico. É preciso ver tudo na prática que, na verdade, é a melhor definidora.

Criação de Mosaico na BR-163

Existem na área de influência da BR-163 pelo menos três processos de geração de mosaicos com algumas variações. Na região de Juruena-Apuí, o mosaico de Apuí é o único já criado legalmente e conserva uma forma diferente da propriedade da terra. Dentro do mosaico, as diferentes características e interesses das áreas foram respeitadas e a região foi protegida como um todo, visando a conservação.

No caso da Terra do Meio, foi feita uma proposta de zoneamento integrado a partir da constatação de que haviam terras indígenas ao norte e ao sul de uma área vazia com interesse de conservação que estava sendo ameaçada. Essa proposta integrada não se viabilizou de uma vez, mas ainda assim, a estação ecológica e o parque nacional foram criados, depois uma reserva extrativista e depois outras unidades, formando um grande bloco. Outro exemplo é a criação de forma conjunta do distrito florestal. Todas as outras áreas que compõem o distrito, inclusive as de proteção integral, foram criadas de uma vez com a chamada Área de Limitação Administrativa Provisória (Alap) da BR-163. A ideia do distrito florestal é definir uma prioridade de atividade econômica, mais do que uma delimitação de uso.

Diálogos – Há um histórico de conflitos por terra na Amazônia. No caso das criações de unidades de conservação na área da BR-163, houve muita disputa?

Cláudio Maretti – Um caso típico na área do Projeto Diálogos é a Terra do Meio, na rodovia BR-163. No local, a atividade econômica, basicamente representada pela pecuária, estava sendo levada pelas estradas e pela oferta de terra barata, adquirida por meios ilegais e para fins ilegais como a grilagem e o desmatamento. Atividades que, muitas vezes, levam prejuízo às comunidades locais.

Os processos de ocupação foram induzidos pelos governos para gerar outro modelo geoeconômico de ocupação e as unidades de conservação da Terra do Meio serviram imediatamente para definir legalmente a clareza fundiária. Portanto, com uma área destinada a um parque nacional, estação ecológica, ou reserva extrativista, a expectativa de legalização de uma ocupação ilegal diminui e, portanto, o valor dessa terra no mercado ilegal cai. Logo, o ciclo econômico desvia a entrada do grileiro para outra área e as atividades, todas de desmatamento e implantação da pecuária, deixam de afetar tanto essa região.

Porém, imediatamente antes e após a criação das unidades de conservação, há momentos de resistência. Isso ocorre porque as forças locais, que vieram de fora, tentam minar essa proposta descaracterizando a área. O grande desmatamento em formato de revólver na estação ecológica Terra do Meio mostra exatamente isso. Assim, pouco tempo depois da criação de unidades de conservação, há uma expectativa de que é possível deter esse processo,

“As unidades de conservação não são simplesmente definições no terreno, elas têm que ser um corpo vivo de ação”

até que as pessoas se dão conta que a coisa veio para ficar. Em alguns casos, essa aceitação pode ser reforçada por uma fiscalização de campo.

É preciso entendimento de que as unidades de conservação não são simplesmente definições no terreno, elas têm que ser um corpo vivo de ação. A partir delas, começamos a olhar para o entorno e promover a regularização das atividades dessa área, até para conter o conflito.

Diálogos – Quais seriam as oportunidades econômicas sustentáveis com a criação de áreas protegidas, não só para as populações tradicionais, mas para o outro espectro de atores econômicos?

Cláudio Maretti – Do ponto de vista da grande economia, daquela mais competitiva, não existe um grande espectro de atores econômicos na região. São poucas as ações, mas com grande intensidade. Hoje, em primeiro lugar, está a pecuária de forma muito forte, em segundo, a exploração madeireira ilegal, e em terceiro, a soja na região de Santarém e na fronteira entre Pará e Mato Grosso, bem localizadas. Por isso, é fundamental ter a definição dos espaços de forma mais restrita, onde o ordenamento territorial entra.

Dessa forma, um potencial econômico claro, na minha opinião, é o do manejo florestal legal e sustentável, que só é definido a partir da destinação de terras públicas. Há também todas as atividades de manejo, de uso sustentável de recursos naturais e, sobretudo, manejo florestal de comunidades locais, que passam a ser mais estáveis com a definição de reservas extrativistas. O foco é, sobretudo, em produtos florestais não madeireiros como borrachas, sementes, óleos e similares.

Outro exemplo é o do turismo ecológico, que hoje não é uma realidade na região, mas que também não está tão longe. Na região de Santarém já tem turismo e no norte de Mato Grosso também tem turismo de pesca.

Há também uma possibilidade de se inverter algumas situações por meio do convencimento de uma nova microeconomia para as fazendas localizadas no entorno das áreas protegidas, com a adoção de um modelo que combina a atividade agropecuária com o manejo florestal.

Outra alternativa é o uso da Área de Proteção Ambiental (APA) para promover uma pecuária orgânica, em vez de simplesmente recuperar Área de Proteção Permanente (APP). Nesse sentido, são várias possibilidades, como o estímulo ao turismo local associado com o turismo ecológico no parque nacional, trabalhar a valorização de algumas produções locais típicas,



como produção de artesanato de couro, beneficiamento de queijo, etc. Mas, para ser sincero, acredito que isso acontecerá a longuíssimo prazo.

No geral, essas regiões da Amazônia são muito remotas, com pouca presença do Estado. Nesse contexto, as unidades de conservação têm o papel não de suprir os outros serviços, mas, de certa forma, de ser o representante do Estado. Os resultados benéficos estão ligados à recuperação de terras para as comunidades, a questão de regularização de documentação, de capacitação para manejo florestal mais sustentável, além de cidadania e direitos.

Diálogos – Com relação à gestão das unidades de conservação, especificamente das resex, as comunidades questionam a necessidade da figura do gestor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Como o senhor acha que deve ser feita a gestão das unidades nesse caso?

Cláudio Maretti – Partindo de uma visão mais ampla, toda unidade de conservação, na definição do que é uma área protegida, pressupõe uma gestão especial da área. Se esse conceito é admitido, todas as unidades de conservação pressupõem ter a figura de uma instância departamental qualquer. É preciso ter numa estrutura uma equipe que tenha um orçamento, que gerencie esse orçamento, que tenha equipamentos e que responda pela área.

Fazendo um resgate histórico, do ponto de vista técnico da conservação, havia um movimento muito forte que defendia a gestão integrada das áreas protegidas. Portanto, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e a incorporação das reservas extrativistas no sistema, houve uma reação das comunidades que moravam dentro da resex e reivindicaram a criação da unidade. Eles alegavam que perderiam a autonomia ao integrar o Snuc. Na minha visão, eles ganharam uma série de outras coisas, porque fazem parte de um sistema maior.

Enfim, acho que as comunidades e os seus representantes, com a criação das Resex, acabaram focando na busca pela sua sustentabilidade financeira e para se fazer ouvir na sociedade, mas não desenvolveram uma estratégia de gestão como unidades de conservação. Dessa forma, a autonomia das comunidades acabou perdendo espaço político para aqueles que tinham um modelo de gestão construído.

Hoje, entendo que o modelo ideal de gestão da resex é uma gestão compartilhada. A linha do WWF-Brasil tem que ser de buscar resgatar o modelo de unidade de conservação que respeita a origem das resex e a aliança entre seringalistas e ambientalistas – que contribuiu para essa origem –, mas que pressupõe objetivos de gestão para conservação da natureza, e não só de uso sustentável.

Diálogos – Explique um pouco essa aliança entre seringalistas e ambientalistas que originou a resex.

Cláudio Maretti – O modelo de reserva extrativista, na minha concepção, aparece numa grande aliança social entre ambientalistas e o movimento seringalista. Este último lutava pela defesa de comunidades ameaçadas de perder a terra e o “ganha-pão” pelo modelo novo que invadia a Amazônia. Em uma perspectiva mais sindical, os seringalistas percebem, pela esperteza do Chico Mendes, que uma aliança com ambientalistas poderia dar uma projeção além do local. Nesse contexto, surge esse modelo de unidade de conservação que tem uma história diferente dos outros: a comunidade pede o reconhecimento da resex ao órgão público e o Estado atende.

Obviamente, essas comunidades de seringalistas tinham uma dinâmica de organização antes e, a partir do decreto oficial de criação, essa dinâmica evolui com um poder político crescente. Isso causa uma separação entre ambientalistas e comunidades: os seringalistas passam a ver a reserva cada vez mais sob a ótica da comunidade e os ambientalistas muitas vezes não identificam no conceito de reserva extrativista um modelo de conservação da natureza. Daí essa divergência quanto ao modelo de gestão também.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir consenso sobre os acessos aos recursos naturais e promover espaço de negociação entre os diferentes atores na região. Qual é a importância disso para promover o desenvolvimento territorial na Amazônia legal?

Cláudio Maretti – Claramente, o objeto de trabalho do Projeto Diálogos é a área de influência da BR-163, que existe por causa de uma rodovia que gera um conflito entre dois modelos de ocupação. Um deles vem de ocupação mais antiga e tradicional, por meio dos rios, que se estabelece na região por vários fatores, inclusive, marginalidade econômica, e tem uma relação de maior sustentabilidade com os recursos naturais. Em oposição a ele, tem o modelo que vem do Sul, pelas rodovias com a perspectiva da propriedade privada e da atividade agropecuária.

Existe também outra camada de população que foi para a região, pelo menos no caso do Pará, por incentivos do governo, projetos de assentamentos de reforma agrária e assentamentos rurais de pequenos colonos. Atualmente, também essas pessoas são ameaçadas pelos grileiros ou pelos ladrões de madeira. O confronto desses modelos está na essência do que a gente tem que trabalhar com o Diálogos.

Esse cenário, obviamente, abriga diversas visões ideológicas e grupos de interesse associados aos modelos de ocupação. Esse choque de duas grandes visões com todos esses matizes e ramificações e uma estrada que, da forma como é aberta e no momento histórico, favorece esse modelo mais agressivo.



Nesse ponto, o Projeto Diálogos não pretende promover de forma isenta os debates entre quaisquer grupos sociais. É muito mais o fortalecimento de grupos sociais mais vulneráveis e que podem defender o desenvolvimento sustentável. Isso significa tentar conseguir concessões dos mais poderosos e estabelecer políticas públicas que equilibrem essas forças. Acho que isso é essencial.

O Arpa é o Programa Áreas Protegidas da Amazônia do governo federal, que faz parte da política oficial brasileira para a conservação da biodiversidade. Sua meta é consolidar 50 milhões de hectares em unidades de conservação na Amazônia em 10 anos. O custo estimado para isso é de U\$ 390 milhões, incluindo recursos para implantação e manutenção das áreas. O Arpa começou a ser executado em 2003 e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e implementado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com governos estaduais e municipais da Amazônia que aderiram ao programa. Também fazem parte da sua gestão o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Banco Mundial, o KfW (banco de cooperação da Alemanha), a GTZ (agência de cooperação técnica da Alemanha) e o WWF-Brasil.

OS DESAFIOS NA GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Maurício Santamaría é engenheiro florestal e chefe da Floresta Nacional de Trairão. Santamaría foi chefe da Floresta Nacional de Altamira e desde 2007 integra o quadro de funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Diálogos – Com base na sua experiência, você diria que as unidades de conservação tem de fato contribuído para o desenvolvimento territorial da Amazônia?

Maurício Santamaría – Com certeza. Com a criação das unidades de conservação, o governo visa grandes objetivos. Um deles é a consolidação do uso adequado daquela área. Afinal, do ponto de vista do ICMBio, a conservação também é um uso.

O distrito florestal da BR-163 é um bom exemplo de complexo geopolítico que tem como um dos principais objetivos ordenar o uso do território. Ele prevê várias ações e não só a conservação, que é uma das peças do ordenamento de uma área. Existem várias unidades de uso sustentável, que permitem o manejo de recursos florestais, existem eixos de colonização que visam ao agronegócio – em pequena, média ou larga escala – e diversos outros subobjetivos.

Inclusive, a criação de algumas áreas ajudou a fomentar a organização da sociedade civil, que é peça importante neste jogo. Durante a criação dos conselhos consultivos ou deliberativos das áreas protegidas, o governo faz um trabalho de instrução da sociedade civil quanto à organização.

“A destinação de verbas é muito aquém da que se faz necessária. As unidades recebem poucos recursos financeiros por ano”

Diálogos – Para tanto, qual a estrutura que o ICMBio tem, neste momento? Há destinação de recursos e interesse político suficientes?

Maurício Santamaría – A divisão do Ibama teve um impacto muito grande no trabalho de quem está em campo, mas acho que o ICMBio vem se fortalecendo. Realmente, a destinação de verbas é muito aquém da que se faz necessária. As unidades recebem poucos recursos financeiros por ano. Conseguimos desenvolver bons

trabalhos quando há parcerias com entidades. Um exemplo é o termo de cooperação em que o parceiro entra com recursos financeiros para desenvolver atividades e o governo cede um veículo ou permite o uso da sede administrativa de alguma unidade. Os recursos humanos, por exemplo, ainda estão entre as grandes deficiências na Amazônia. Isso sempre foi uma bagunça no Instituto: a pessoa era lotada na Amazônia e em seis meses ia embora. Contudo, acredito que isso vai mudar bruscamente em um curto período. Hoje, o Instituto já tem uma política de recursos humanos diferente para transferências e há novos concursos. São novas pessoas chegando motivadas para trabalhar e desenvolver as ações.

Diálogos – Qual a efetividade da gestão das áreas protegidas e quais são as principais dificuldades enfrentadas nessas áreas?

Maurício Santamaría – Acredito que a criação de uma unidade já é um instrumento efetivo para a conservação, mesmo que ela não tenha nenhuma atividade de gestão, ou seja, de implementação. Existem áreas que foram decretadas na região da Amazônia há cinco, seis anos e não têm chefia até hoje. Porém, se fizermos uma análise cronológica de ocupação, percebe-se que existe uma efetividade, ainda que o governo tenha criado a unidade sem desenvolver nenhuma outra ação. Entretanto, acredito que só criar as áreas e não dar condições de gestão ao ICMBio e ao servidor é até uma injustiça. O que vejo é que existe efetividade de gerenciamento na região da BR-163, mas ainda deixa a desejar. Onde eu trabalho, na Coordenação Regional 3 (CR-3), em Itaituba, que abrange 23 unidades de conservação, há poucos servidores, veículos, contratos de combustível e de manutenção. Então, a capacidade operacional é menor do que a necessária para a gestão da área.

Diálogos – E por que isso acontece?

Maurício Santamaría – Acredito que, neste momento, é preciso ter uma visão mais ampla de tudo o que vem acontecendo com as políticas públicas no Brasil. A questão ambiental tem vindo à tona nos últimos anos, mas, até então, não era um interesse prioritário na agenda de governo. A deficiente capacidade operacional não é por falta de orientação e de solicitação de recursos de quem está em campo. Também não é por falta de comprometimento do governo. Talvez seja porque não há recursos mesmo. Em um país em que há dificuldades de segurança, de educação, de saúde e de transporte, o meio ambiente pode não ser prioridade na destinação de recursos dos cofres públicos.

Hoje, o Brasil usa muito a questão ambiental para angariar recursos estrangeiros e várias entidades de fora do país financiam ações ambientais. No entanto, acho que, com isso, o governo brasileiro acaba não investindo dinheiro dos cofres públicos.

Diálogos – Qual a importância da sociedade civil no processo de criação e de gestão das áreas?

Maurício Santamaría – A sociedade civil é uma ferramenta importantíssima. As lideranças dos movimentos sociais na região da BR-163 sofrem, há muitos anos, a influência direta da estrada e sabem melhor do que os técnicos do governo que chegaram há pouco tempo. Essa experiência é fundamental para que o ordenamento aconteça. A sociedade civil e os movimentos sociais hoje fazem parte da agenda de discussão e nos últimos anos vêm surgindo ideias maravilhosas que partiram deles. No eixo da BR-163, existiam poucos movimentos realmente organizados e que visam trabalhar com um objetivo único. Isso mudou muito de cinco anos para cá.



Diálogos – O que mudou na sociedade civil e por quê?

Maurício Santamaría – Talvez o interesse e a vontade sempre tenham existido, mas faltava informação sobre como poderiam ter essa agenda com o governo. Talvez não sabiam como poderiam se organizar com sindicatos, cooperativas ou associações, por exemplo. Com a globalização, a informação chega mais fácil até as comunidades, por mais isoladas que sejam. E, a partir daí, elas procuram se organizar para garantir seus direitos e alcançar objetivos comuns. Acredito que a atuação de projetos no eixo de influência da BR-163, como o Projeto Diálogos, tenha ajudado na organização dessas comunidades. Um bom exemplo é que hoje há sete florestas nacionais (flonas) na região e todas têm conselhos consultivos atuantes. Ainda que alguns conselhos não tenham sido publicados no Diário Oficial, eles existem e trabalham em prol da unidade e do desenvolvimento regional.

Diálogos – Historicamente, a criação de unidades de conservação gera conflitos. O senhor já presenciou ou já teve que lidar diretamente com embates em áreas protegidas, em especial no eixo da BR-163?

Maurício Santamaría – Realmente, os conflitos de interesses estão presentes até hoje, desde a criação do distrito florestal, em 2006. A região do eixo da BR-163 é o “olho do furacão”, como se diz. Um exemplo é a questão que envolve a Flona de Itaituba e o rio Tocantins: historicamente pesca-se no local e também há garimpo. Há trechos do rio em que têm até oito dragas garimpando. Assim, o garimpeiro quer continuar onde está. Já os pescadores afirmam que essa atividade está assoreando o rio – o que de fato acontece –, e que isso está trazendo malefícios ao setor pesqueiro. Então, existe um conflito direto. Quando o pescador se encontra com o garimpeiro numa rodada de discussão, por exemplo, eles quase nem conversam.

Mas o principal embate hoje é a solicitação de desinstituição de algumas unidades: pessoas dizem que já estavam lá antes da criação da área; agricultores que acham que têm o direito de permanecer. Isso também ocorre nas unidades de proteção integral. É um conflito fundiário mesmo, de uso do solo. E o governo tenta mediar.

Outro exemplo: no fim de 2007, começo de 2008, foi feita uma ação de fiscalização na Floresta Nacional de Itaituba, na comunidade de Santa Luzia, para coibir o roubo de madeira dentro da unidade. Na ocasião, a própria comunidade ficou contra a ação, porque quase todas aquelas pessoas viviam indiretamente dessa madeira. Elas se revoltaram e nos prenderam por certo tempo, até que, com muita negociação, conseguimos que nos liberassem e nos deixassem continuar o trabalho.

“O principal embate nas unidades hoje é a desinstituição de algumas áreas: pessoas dizem que já estavam lá antes da criação da área”

Diálogos – Há um debate que se estende há muito tempo em torno da permanência de populações não tradicionais em áreas protegidas. Qual a opinião do senhor sobre esse tema?

Maurício Santamaría – É uma questão muito delicada. As comunidades tradicionais têm direito garantido pela lei de continuar suas atividades e seu modo de vida sustentável nas unidades de uso sustentado. Já o agricultor familiar, por exemplo, mesmo que tenha sido trazido por incentivo do governo, deve sair. Contudo, na minha opinião, se a pessoa exercer uma atividade que esteja de acordo com o objetivo de criação da unidade, em pequena escala, como a criação de pequenos animais ou roçados, deveria permanecer dentro da unidade, porque não está causando um impacto muito relevante à biodiversidade.

No caso das áreas de proteção integral, avalio que as pessoas têm de ser removidas. Não dá para ter um parque nacional, uma estação ecológica, uma reserva biológica e ter alguém que conduza uma atividade produtiva lá dentro. Existem soluções para esses casos: reassentar ou indenizar, por exemplo. Mas, é importante que o governo aja rapidamente porque, se demorar a desenvolver os trabalhos de ordenamento territorial dentro das unidades, corre o risco de chegarem novas pessoas e, quando essa questão anterior for ser resolvida, uma situação pior já está instalada.

Diálogos – Na sua opinião, qual a imagem que as pessoas que estão nas áreas protegidas têm do Ibama e do ICMBio? Como o senhor vê essa imagem construída e a que atribui?

Maurício Santamaría – No início do trabalho do Instituto éramos vistos como vilões, principalmente nas unidades que não têm conselho consultivo. Imagino que, como o Ibama antigamente tinha um trabalho muito mais de fiscalizar, as pessoas tinham medo. Agora, isso mudou muito. Com as idas a campo para trabalhos de orientação, passamos a ser vistos como agentes do governo, parceiros. Mas, isso não é regra.

As pessoas que vieram para o eixo da BR, na maioria dos casos, receberam incentivo do governo na década de 1970, durante o Governo Médici. Muitos venderam tudo o que tinham em seus estados e vieram com promessas do governo de que teriam acesso, estrada boa e condições de estabelecer sua produção. Como isso não aconteceu, muitos acabaram não prosperando na região e aqueles que conseguiam produzir não tinham como escoar a produção.

Neste cenário, sem estabelecer uma agenda de conversas – porque as consultas públicas para a criação das unidades realmente foram falhas –, o governo decreta, de repente, uma unidade onde as pessoas estão vivendo. O cidadão reclama disso conosco. Então, antes de ter uma agenda positiva de construção, temos que desconstruir algumas ações erradas que o governo implementou na região.

Diálogos – Há um estigma de que a criação de unidades de conservação se opõem a um modelo de desenvolvimento muitas vezes defendido pela classe política e pelo setor produtivo. Quais são as oportunidades econômicas sustentáveis com a criação das unidades de conservação?

Maurício Santamaría – Realmente esse estigma é muito forte. Até gestores municipais muitas vezes acham que a criação de uma unidade de conservação vai “engessar” a economia local, porque não vêem as diversas perspectivas econômicas que podem surgir com isso. Em uma área de uso sustentável, por exemplo, pode haver exploração ordenada dos recursos madeireiros e exploração dos recursos não madeireiros, como biojoias, palmito, trançado de palha, exploração de cipó, entre outros. Há também a pesquisa científica, a captação de carbono, o ICMS ecológico e outros serviços ambientais. Até uma unidade de proteção integral pode gerar perspectivas econômicas, como o ecoturismo.

Diálogos – Quais são os critérios para a definição e a criação de áreas de conservação que deveriam ser modificados?

Maurício Santamaría – No caso da criação das unidades, as consultas públicas deveriam ser mais abrangentes e mais respeitadas. Quando algumas unidades foram criadas no eixo da BR-163, a comissão responsável pelo processo foi aos municípios para as consultas. No caso da Flona Jamanxim, por exemplo, a sociedade civil de Novo Progresso reclama que várias reivindicações foram feitas, principalmente quanto aos limites e quanto à categoria da unidade. Segundo eles, a comissão teria dito que atenderia aos pedidos, porém, quando saiu o decreto, nada havia sido mudado. Então, surgiu um conflito grande. Acho que as consultas públicas hoje não desempenham o papel que deveriam. É preciso investir mais. Esse contato direto com quem está sendo afetado pela unidade, direta ou indiretamente, é importante. Até mesmo para sensibilizar a sociedade local sobre a importância da criação daquela área.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e espaços de negociação entre os diferentes atores da região, envolvendo esferas de governo, do setor produtivo e os movimentos sociais. O senhor considera o objetivo do projeto relevante para a região?

Maurício Santamaría – Esse objetivo é tudo o que almejamos e precisamos hoje, principalmente em uma área de uso sustentável. É possível estabelecer, com essas rodadas de negociação, um cronograma de ações e um norte comum. Atualmente, há diversos atores envolvidos com as unidades de conservação e cada um tem um ideal e briga por um interesse. O objetivo do Projeto Diálogos é muito pertinente para a região. Sempre fui fã do projeto. Sei da sua atuação e acho que, se ele cumprir com o seu objetivo, o problema do assédio aos recursos da região estará quase resolvido.

Do meu ponto de vista, a concessão florestal vem com esse objetivo também: ordenar o uso e o acesso aos recursos naturais. Mas, vem por meio de uma lei; de uma imposição. O Projeto Diálogos faz isso por meio de rodadas de discussão, orientando os diversos atores envolvidos, mediando reuniões, fazendo oficinas, construindo uma agenda comum.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado em abril de 2007, a partir de uma divisão de responsabilidades do Ibama. O órgão é responsável por propor, implantar e gerenciar unidades de conservação federais. Em 1989, quando surgiu o Ibama, havia 113 reservas federais no País, somando 15 milhões de hectares. Hoje, são cerca de 300, cobrindo aproximadamente 60 milhões de hectares – área maior que a do Estado de Minas Gerais.

A VISÃO DE QUEM MORA NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nelci Rodrigues é paraense e há 11 anos mora em área, que desde 2006, é a Floresta Nacional Jamanxim. Ela vivenciou o processo de criação da unidade de conservação e não concorda em ter que se mudar da região. Atualmente, Nelci é presidente da Associação Vale do Garça, no distrito de Castelo dos Sonhos (PA).

Diálogos – A comunidade participou ativamente da criação da Floresta Nacional Jamanxim?

Nelci Rodrigues – A floresta nacional (flona) foi criada oficialmente em 3 de fevereiro de 2006, mas nesse processo a comunidade não foi consultada como deveria. Inicialmente, o governo convocou reuniões e disse que o assunto era para discutir o asfaltamento da BR-163. Porém, um tempo depois veio a notícia de que toda aquela movimentação era para criar a flona. Depois disso, houve consultas e audiências apenas na cidade de Novo Progresso.

Diálogos – Não houve diálogo com a comunidade?

Nelci Rodrigues – Não foi feito o plano de manejo. Simplesmente veio à tona que haviam criado a flona e que a partir de então a área seria destinada para projetos de manejo sustentável. Com essa notícia, pesquisamos para nos inteirar do assunto, correr atrás e saber o que significava uma flona. Foi então que descobrimos que se tratava de uma área de proteção e apenas populações tradicionais poderiam permanecer. Ou seja, não estamos enquadrados nesse grupo, então deveríamos sair.

Porém, nós somos colonizadores. O governo federal, na década de 1970 convidava as pessoas dos estados da região Sul para integrar a Amazônia. Muita gente está aqui por causa desse incentivo. Muitos vivem nessa área há mais de 20 anos e acredito que não saberão viver em outro local. Por isso, continuamos nossa luta de resistência, com proposta de que sejam redefinidos os limites da floresta nacional. A maior parte dessa gente não quer a indenização, mas o direito de permanecer.

“Muitos vivem nessa área há mais de 20 anos e não saberão viver em outro local. Por isso queremos que sejam redefinidos os limites da floresta nacional”

Diálogos – Quantas pessoas estão nessa situação?

Nelci Rodrigues – Apenas em nossa associação são 170 famílias, mas a flona é muito grande. Há uma estimativa de que existem mil famílias por hectare. Isso corresponde a umas três a quatro mil pessoas.

Diálogos – Qual a principal atividade econômica dessas pessoas?

Nelci Rodrigues – É bem variada: desde plantação de frutíferas até criação de gado e carneiro. Há proprietários de terras de todos os tamanhos, até 2.500 hectares. Eles plantam melancia, abacaxi, laranja, milho, feijão, por exemplo. Os produtores têm que plantar o seu milho para alimentar galinhas e porcos.

Diálogos – Há resistência e protesto contra as reivindicações de vocês?

Nelci Rodrigues – Quem não tem conhecimento da história e de todo o processo que aconteceu até chegarmos aqui, protesta. Mas esses esquecem que dedicamos 11, 15 ou até 20 anos das nossas vidas a esse lugar, aonde chegamos com muito sacrifício, sem estrada e infraestrutura para agora simplesmente ser enxotado. Vamos fazer o quê? Onde colocar os animais? Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais, as moitas estão todas ocupadas e na Amazônia há espaço. Esse País é muito grande para que não possamos ter nossos direitos reconhecidos.

“O problema é que o TAC é bonito, mas não saiu do papel”

Diálogos – Existe alguma fiscalização e conflito para a saída do local?

Nelci Rodrigues – Agora, as relações estão mais tranquilas. Em 2008, a população se manifestou, fomos à Brasília, houve audiências públicas e o governo propôs um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). De acordo com o termo, as pessoas que estão na terra poderiam permanecer desde que cumprissem o compromisso de não abrir áreas de desmatamentos ou fazer queimadas. O problema é que o TAC é bonito, mas não saiu do papel.

Diálogos – Então a comunidade está de acordo com o TAC?

Nelci Rodrigues – Com o TAC que respeita o combinado entre os representantes da flona e os vários órgãos do governo, sim. Porém, aquele que voltou para nossa apreciação chegou totalmente diferente e a comunidade não concordou. A nova proposta deixa muito a desejar. Não menciona, por exemplo, a manutenção da infraestrutura já existente.

Sem falar na lentidão do processo: até agora não houve sequer uma segunda exposição do TAC. Vale lembrar que antes do Ministério Público dar o aval, é preciso que todas as partes interessadas cheguem a um consenso. Porém, nada saiu do papel e deve estar em uma das gavetas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Diálogos – Com qual órgão a relação é mais problemática?

Nelci Rodrigues – Com o ICMBio porque eles são responsáveis por tomar conta da flona. Mas estamos trabalhando para melhorar o diálogo. Quando vamos a Brasília, afinamos os laços de amizade para ver se chegamos a um consenso sem gerar violência.

Diálogos – Nesse sentido, você considera o objetivo do Projeto Diálogos importante para a região?

Nelci Rodrigues – Eu acho de suma importância. Tudo o que é diálogo é bem-vindo. A comunidade precisa disso. Em todas as esferas. E, desde que haja diálogo, acho que a Amazônia é grande e cabe todo mundo. Basta sentar e redefinir as coisas.

De acordo com o governo, dos 1,3 milhões de hectares da Floresta Nacional do Jamanxim, cerca de 12% já foram desmatados, algo como 150 mil hectares. Para intensificar o combate ao desmatamento, a flona foi palco de uma das principais ações do Ibama na região: a operação Boi pirata. Até agosto de 2009, foram apreendidas seis mil cabeças de gado, sendo que o número total deve atingir 15 mil que serão doados aos programas sociais do governo federal. Além do gado, foram ainda apreendidas 14 armas, entre fuzis e carabinas; 1.000 litros de óleo diesel, transportados dentro da flona de modo irregular; quatro tratores, sendo dois de esteira; três caminhões e uma serraria móvel. Foram detidas 17 pessoas e lavrados 27 autos de infração, que geraram multas de R\$ 23,86 milhões.



BENEFÍCIOS E DESAFIOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O EXEMPLO DO PARÁ

Valmir Gabriel Ortega foi secretário de Meio Ambiente do Pará entre 2007 e 2009. Formado em geografia, atuou como professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ufms). Foi superintendente de Meio Ambiente e coordenador do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema/MS). No Ministério do Meio Ambiente, ocupou o cargo de assessor especial e coordenador nacional do Programa Pantanal e, no Ibama, foi diretor de Ecossistemas e presidente substituto.

Diálogos – O que o senhor entende por desenvolvimento territorial?

Valmir Gabriel Ortega – É conseguir pactuar, entre os atores sociais de um determinado recorte territorial, um padrão de ocupação e de uso dos recursos naturais. Tudo isso com o desenvolvimento associado àquilo que a terra proporciona de forma diferenciada. Então, a perspectiva de pensar o desenvolvimento territorial sustentável é justamente identificar as maiores potencialidades em determinado recorte, pactuar um rumo comum para o desenvolvimento daquela região e criar as condições para que isso aconteça.

Diálogos – De que forma a criação de unidades de conservação tem sido uma ferramenta de desenvolvimento territorial?

Valmir Gabriel Ortega – No caso da Amazônia, um dos principais motores do desmatamento e, portanto, da ocupação irregular do território e da geração de conflitos sociais, é a questão da grilagem da terra. Isso acontece porque há imensas áreas públicas, estaduais e federais, ainda sem destinação. Até pouco tempo, havia na Amazônia algumas dezenas de milhões de hectares sem uma definição clara de uso. Isso levou a uma corrida para a ocupação irregular de terras da União, com um conjunto de crimes associados como falsificação de documentos e violência.

Desta forma, a criação de unidades de conservação se mostrou um instrumento muito poderoso. No momento em que as áreas protegidas são criadas, o Estado brasileiro define que aquela porção do território da Amazônia vai cumprir determinados papéis e, assim, quebra a expectativa do grileiro, pois bloqueia a possibilidade de que essa ocupação ilegal de terra um dia venha a ser titulada.

O segundo aspecto poderoso é o fato de que, no momento em que o Estado brasileiro criou quase oito milhões de hectares em florestas nacionais em um único ano, como foi com a criação daquele bloco de unidades da BR-163, a sociedade paraense opinou e contribuiu para que determinada área fosse destinada ao uso sustentável da floresta. É preciso lembrar que nos últimos sete anos, entre unidades estaduais e federais, foram criados cerca de

70 milhões de hectares de áreas protegidas. Um volume gigantesco. Mas, há muito a fazer ainda. A implantação dessas unidades vai exigir um imenso esforço. Porém, apenas a criação e a mudança da expectativa de uso já tiveram um impacto brutal no redirecionamento da ocupação e do desenvolvimento desse território.

Diálogos – Há exemplos dessa contribuição no Estado do Pará?

Valmir Gabriel Ortega – No caso do Pará, especificamente, o papel da criação das unidades de conservação nos últimos sete anos foi fundamental para redirecionar o desenvolvimento. Havia, sobretudo na área da BR-163, um processo de ocupação do território completamente desordenado, com o avanço da pecuária extensiva sobre a floresta. A partir de 2005, o governo federal criou grandes unidades de conservação e, depois, em 2006 e em 2007, ao longo da BR-163, um bloco imenso de novas áreas, tanto de proteção integral como de uso sustentado. Isso fez com que o desmatamento caísse 95% em regiões como a da Terra do Meio, de um ano para o outro.

Além disso, foi registrada queda acentuada no padrão de ocupação baseado em pecuária extensiva com a supressão ilegal da floresta. Também houve diminuição no conjunto de conflitos socioeconômicos associados à questão – a exemplo dos embates fundiários e da violência no campo. Outra contribuição foi a possibilidade de redirecionar o desenvolvimento na região da BR para um caminho vinculado ao manejo florestal sustentável, a partir das grandes florestas nacionais que foram criadas.

Acredito que o caso do Pará seja o exemplo mais forte de que a criação de unidades de conservação pode ser e tem sido, efetivamente, um instrumento poderoso para ordenar o território e, com isso, definir um novo rumo para o desenvolvimento econômico da região.

Diálogos – Há um estigma de que a criação das unidades de conservação se opõe a um modelo de “desenvolvimento” muitas vezes defendido pela classe política e pelo setor produtivo. Quais são as oportunidades econômicas sustentáveis com a criação das unidades de conservação, que podem, inclusive, ajudar a acabar com esse estigma?

Valmir Gabriel Ortega – Fazer com que a lei de gestão de florestas públicas de fato aconteça é um aspecto. No momento em que houver alguns milhões de hectares dentro das florestas estaduais concedidos mediante processos licitatórios gerando renda, lucro, benefícios para os municípios e *royalties*, o padrão dessa região começará a mudar e será compreendido o outro papel que essas unidades têm.

Um outro aspecto é a criação das unidades de uso sustentado, que, em muitos casos, é uma providência para que aquela comunidade que vive há cinco, seis gerações em determinada região tenha seu território protegido e, com isso, tenha protegido o padrão de uso de recur-



tos naturais que historicamente se mostrou sustentável e com maior capacidade de trazer benefícios, inclusive em relação ao padrão da agricultura e da pecuária extensiva.

Portanto, no caso do Pará, ou mesmo no da Amazônia, há muitos exemplos de que a criação de unidades conseguiu pacificar conflitos fundiários locais e proteger padrões ou modos de ocupação e de produção relacionados com a floresta. O desafio que está posto, agora tem que fazer com que seja possível demonstrar para essas comunidades que esse modelo de ocupação e de uso dos recursos naturais pode ser competitivo e agregar renda e benefícios.

“Há muitos exemplos de que a criação de unidades conseguiu pacificar conflitos fundiários locais”

É preciso ligar as comunidades ao mercado e às cadeias produtivas mais estruturadas, para que consigamos, de fato, valorizar e diferenciar os produtos sustentáveis. Porém, é preciso lembrar que a visão de desenvolvimento ligada à da expansão da agropecuária e da agroindústria ainda é muito forte.

Diálogos – Como essa questão tem sido trabalhada no estado?

Valmir Gabriel Ortega – Temos a seguinte perspectiva: a única forma de conseguir manter a cobertura florestal ao longo dos próximos séculos é ter a economia florestal no sentido amplo – madeireiro e não madeireiro – como um dos elementos fundamentais para a economia. A curto prazo, a chave para que a economia florestal se consolide na região de forma sustentável está na madeira. Isso seja pelo volume de pessoas envolvidas ou pelos bilhões de reais que essa atividade ainda movimenta no Pará. Na minha leitura, construir uma economia florestal forte e dinâmica, que seja capaz de competir no ideário de empresários, da classe política local e no senso comum da sociedade.

Temos o programa Um Bilhão de Árvores com o objetivo de fazer um trabalho cultural, que discuta rentabilidade e retorno econômico. Hoje, plantar árvores pode render dez vezes mais dinheiro do que cuidar de boi e do que agricultura num solo pobre, que está sendo destruído. Estamos dispostos a demonstrar isso aqui no Pará.

Se conseguirmos vencer esse desafio, vamos proteger a floresta de forma mais efetiva. A capacidade de fiscalização e de controle ainda é muito baixa. Em um território como o do Pará, de bilhões de hectares com áreas de extrema dificuldade de acesso, imaginar que é possível fiscalizar e controlar palmo a palmo é uma guerra perdida. Temos que ser capazes de induzir um determinado padrão de desenvolvimento que seja amigável com a floresta. Portanto, a barreira hoje é cultural.

Diálogos – Historicamente, a criação de unidades de conservação gera conflitos. O senhor

já presenciou ou teve que lidar diretamente com embates em áreas protegidas, em especial na área de influência da BR-163, como no bloco da Terra do Meio e no Parque do Juruena?

Valmir Gabriel Ortega – Recentemente, não houve nenhum conflito muito significativo ou pontual que gerasse tensão muito forte. No entanto, existem várias situações latentes que, caso não sejam resolvidas logo, poderão se transformar em algo perigoso. Na Flona Jamanxim, ao longo da BR-163, há um embate com comunidades do município de Novo Progresso.

Há pressões de grilagem de terras, ocupação indevida, pressão de comunitários – que talvez seja legítima, porque vivem ali e querem ter a manutenção das suas formas de vida assegurada. Nesse caso, ainda há um impulso do processo de grilagem que ocupou aquela área e avançou sobre a floresta nacional. O Estado brasileiro vai ter que decidir rapidamente como resolver isso, seja retirando esses grupos de dentro da floresta, seja regularizando quando for possível. O problema é que a falta de tomada de decisão e de enfrentamento da situação acaba gerando um fato consolidado.

Há também uma situação de grandes extensões de garimpo dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós. É um desafio fazer a gestão dessa unidade porque é gigantesca. Temos outro conflito que se estende por décadas no Parque Nacional da Amazônia onde há uma ocupação ilegal.

O maior problema nesses últimos anos é a incapacidade de implementar as unidades de conservação criadas. O ICMBio e as instituições federais têm que ser capazes de enfrentar essas situações. Eu diria que, em muitos casos, as soluções não são difíceis e as alternativas não são inviáveis, basta ter capacidade de se posicionar e de redirecionar o processo.

Diálogos – O que poderia ser feito no Pará para driblar esses conflitos?

Valmir Gabriel Ortega – Nas unidades de conservação, o maior conflito ainda é a ocupação ilegal. Portanto, em primeiro lugar, é preciso enfrentar o problema da incapacidade institucional. No Pará, quando chegamos à secretaria eram apenas três funcionários para gerir uma área de unidades estaduais de conservação de 19 milhões de hectares. Uma situação absolutamente insustentável. Foram realizados cursos, contratados funcionários terceirizados, a parceria com a polícia foi ampliada e hoje são mais de 30 funcionários.

Outro passo importante foi conseguir construir uma estrutura de financiamentos. Com o que consolidamos, temos recursos para, nos próximos três anos, implantar 100% das unidades de conservação estaduais, todas com plano de manejo, estrutura mínima de proteção e equipe básica. No estado, o instrumento da compensação ambiental foi fundamental para esse processo.

Diálogos – E qual é a efetividade da gestão dessas áreas hoje?



Valmir Gabriel Ortega – O primeiro desafio é pensar em um padrão de gestão de áreas protegidas adequado para a Amazônia. Eu sempre brincava, quando exerci a função de diretor de Ecossistemas no Ibama, que o nosso padrão de gestão de unidades de conservação ainda é um “padrão Zé Colméia”. Ou seja, é aquela ideia do guardinha que todo dia cumprimenta o urso, pega o seu jipe, dá uma volta no parque para ver se está tudo certo e se estão todos sendo bem-recebidos. Esse padrão de gestão de áreas pode ser funcional para uma unidade de pequeno porte, ou seja, de 20 até 100 mil hectares, que é a média de 90% das unidades de conservação no planeta. Na Amazônia, você tem unidades de um milhão de hectares; blocos contínuos de dois, três milhões de hectares. Portanto, esse modelo de gestão territorial é impossível de ser implementado.

Diálogos – Como lidar com esse desafio?

Valmir Gabriel Ortega – Apesar de termos cada vez mais tecnologia de monitoramento remoto e sensores modernos, falta capacidade de operar esse aparato e de aplicar essa tecnologia à gestão das áreas. É preciso ter gestores capacitados. Além disso, falta fazer com que as comunidades do entorno sejam, de fato, aliadas e parceiras no controle dos limites das unidades. Essa tecnologia social de “pactuação” entre governo e sociedade ainda é muito frágil. A mera constituição de conselhos consultivos em unidades de conservação não basta para a parceria efetiva com a sociedade na gestão.

“O primeiro desafio de gestão das unidades é pensar em um padrão adequado para a Amazônia”

Outro aspecto é a criação da capacidade institucional e de governança, com fortalecimento das instituições: secretarias fortes e um Instituto Chico Mendes fortalecido. Foram dados passos importantes na esfera federal e estadual da Amazônia, com concursos públicos, contratação de funcionários e aumento do quadro das unidades de conservação. A própria criação do ICMBio mostra que há vontade de dar um tratamento diferenciado às unidades de conservação, pois é um órgão voltado para elas. Mas ainda há muito a ser feito.

Diálogos – Para tanto, a destinação de recursos é suficiente? E o interesse político?

Valmir Gabriel Ortega – Não. É absurdamente insuficiente. A compensação ambiental, por exemplo, que deveria ser um dos instrumentos mais poderosos para financiamento e apoio do sistema, está emperrada na esfera federal nos últimos cinco anos. Em 2004, foi iniciado um processo de redirecionamento e definição desse processo, mas está paralisado na esfera federal, até onde eu tenho acompanhado.

No Pará, houve mudanças significativas, mas ainda há barreiras como indefinições jurídicas e dificuldade para definir uma metodologia de aplicação do instrumento de forma segura.

O setor empresarial, principalmente as grandes companhias, tem criado barreiras para a implementação da compensação ambiental. No momento em que o governo federal não enfrenta a situação e, às vezes, até internamente, cria obstáculos para isso, essas empresas se sentem com poder para não cumprir.

Diálogos – Qual a participação real da sociedade civil na gestão das unidades de conservação?

Valmir Gabriel Ortega – As unidades de conservação, como as reservas extrativistas, que nasceram da mobilização e da organização da comunidade local, talvez sejam os melhores exemplos de engajamento envolvendo participação social, gestão e uma estratégia de conservação do território. Contudo, existem poucos exemplos para demonstrar a participação efetiva da sociedade numa estratégia associada de proteção integral na Amazônia.

Nas unidades de conservação, esse envolvimento não tem ultrapassado a instância fria e um pouco hermética dos conselhos consultivos. Apesar de estarem previstos em lei e terem espaço importante, estes conselhos não são suficientes. A percepção em relação aos benefícios que as áreas de proteção integral, como parques nacionais e estações ecológicas, trazem para a região ainda é muito pequena. Porém, registramos avanços em algumas regiões, com a criação de associações, com a formação de jovens para a monitoria ambiental e com a formação de guias de turismo. Ou seja, a sociedade local começa a perceber que aquela unidade pode gerar empregos, atividades econômicas e dar à sociedade alternativas que não eram vistas até então.

No caso das florestas nacionais, as comunidades que vivem lá dentro conseguiram se organizar algumas vezes. Na Floresta Nacional do Tapajós, existem belos exemplos de organização comunitária e de gestão territorial. Contudo, não há um programa de uso público efetivo a médio e longo prazo e falta a implementação das unidades. Isso faz com que a percepção da sociedade ainda seja muito pobre. Às vezes, isso fragiliza e até neutraliza a capacidade da comunidade de participar de forma mais ativa e mais efetiva.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e espaços de negociação entre os diferentes atores da região, envolvendo as esferas de governo, da iniciativa privada e os movimentos sociais. Você considera o objetivo do projeto relevante para a região?

Valmir Gabriel Ortega – É fundamental. No Pará e na Amazônia em geral existem boas instituições governamentais e não governamentais. A grande dificuldade é que, de forma geral, historicamente há poucas condições para que essa capacidade acumulada em algumas instituições migre. Se essa capacidade fosse permeável, seríamos capazes de gerar pactos e ações coordenadas que permitissem o redirecionamento do desenvolvimento.



Projetos como o Diálogos, que objetivam conectar instituições e abordagens diferenciadas sobre a percepção e as estratégias de uso do território, são necessários. É nessa conexão que vamos encontrar um caminho com alternativas viáveis. De forma geral, está cada vez mais claro para todos os segmentos que será apenas por meio da negociação, “pactuação” e construção de caminhos conjuntos que seremos capazes de achar a melhor fórmula e fazer com que o desenvolvimento sustentável aconteça.

O Distrito Florestal da BR-163 foi criado em fevereiro de 2006. Com 19 milhões de hectares de floresta localizados em 10 municípios paraenses, o distrito surgiu como uma das grandes ideias para conter o desmatamento, o conflito fundiário e a violência no campo na Amazônia. A previsão do governo na época era de que, com renda anual de R\$ 1 bilhão, o distrito gerasse 100 mil empregos diretos e produzisse 4,5 milhões de metros cúbicos de madeira por ano sem destruir a floresta.

POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL

BR-163 NÃO DEVE REPETIR ERROS HISTÓRICOS

Johaness Eck é coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) BR-163 Sustentável da Casa Civil da Presidência da República.

Diálogos – Qual o diferencial do Plano BR-163 Sustentável?

“Grandes empreendimentos podem ser implantados na Amazônia sem que se repitam erros históricos”

Johaness Eck – Historicamente, o Brasil tem sido bastante criticado em relação aos investimentos públicos, principalmente federais, de grandes obras de infraestrutura na Amazônia. Seguindo uma nova direção, o Plano BR-163 Sustentável tem uma estratégia que alia a construção de uma grande obra e o desenvolvimento de uma região. Ele se configura como uma aposta para resgatar o planejamento regional federal e demonstrar que grandes empreendimentos podem ser implantados na Amazônia sem que se repitam erros históricos.

Diálogos – Como foi o processo de integração dos ministérios e a formação do Grupo de Trabalho Interministerial da BR-163?

Johaness Eck – Em 2003, os ministros da Integração Nacional, do Planejamento, do Meio Ambiente, dos Transportes e do Desenvolvimento Agrário realizaram as primeiras avaliações para elaboração do plano. Eles disseram ao presidente que era importante pensar na pavimentação da BR-163 por motivos econômicos, mas principalmente, que seria possível fazer essa empreitada com cuidados suficientes para adotar outro paradigma de obras de infraestrutura na Amazônia.

A partir de então, o governo começou a fazer o Plano e cuidar da sua implementação. O trabalho esteve associado ao Plano Amazônia Sustentável (PAS), com a participação de praticamente os mesmos ministros. Foi um processo concomitante. Tendo em vista que a construção de um planejamento estratégico para a Amazônia estava sendo tratada no PAS,

os ministros também acreditaram ser possível aplicar essas diretrizes na pavimentação da BR-163. Em 2004, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração de um plano de desenvolvimento para que um conjunto de políticas públicas antecesse e acompanhasse a pavimentação da BR-163.

Diálogos – Qual a sua avaliação da implementação do Plano?

Johannes Eck – O Plano é umbilicalmente ligado à pavimentação. O governo trabalha com inúmeras demandas e em função delas vai estabelecendo suas prioridades. Havia uma avaliação inicial de que a estrada sairia em um prazo compatível, não com o período do primeiro mandato do Governo Lula, mas em um período de seis anos. Mas, para surpresa geral, o governo demorou muito em decidir com qual modelo ele construiria a estrada. Quando se resolveu fazer a pavimentação no modelo tradicional, a obra foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, verificou-se que seguindo essa direção não havia capacidade de agilizar os procedimentos relativos ao licenciamento, nem mesmo para a contratação dos serviços. Até hoje, não há licenciamento de todos os trechos.

Também avalio que a direção dos órgãos envolvidos na implementação do Plano considerou que havia uma capacidade operacional maior do que realmente eles possuem. Existia um sentimento de que era possível mobilizar mais recursos, e não só financeiros, para esse empreendimento e para as políticas públicas, porém isso não se concretizou. Há dificuldades naturais que todos os órgãos sentem por não ter estrutura do Estado na região. Então a realidade frustrou a vontade inicial do Plano.

Diálogos – Trata-se mais da falta de capacidade do que de vontade política?

Johannes Eck – Acredito que sim porque o governo tem uma grande vontade de realização. Quando o PAC foi elaborado, a estrada foi contemplada. Ela está lá no rol das prioridades, mas, mesmo assim, nem o licenciamento da obra foi concluído.

Diálogos – Por que a não implementação do Plano é tão intrinsecamente ligada à pavimentação?

Johannes Eck – O que funcionou até agora foi aquilo que não dependia da operação de campo e que já tinha recursos dentro dos ministérios. Foi suficiente, por exemplo, avançar muitas etapas para criar as unidades de conservação. O mesmo não aconteceu com a regularização fundiária, por exemplo, por causa de toda a dificuldade do marco legal que impõe um ritmo lento ao processo.

Alguns ministérios foram muito atuantes e colaboraram bastante no período inicial, mas ao perceberem que a BR-163 não estava sendo pavimentada enquanto outras estradas estavam, acabaram atraídos para outras áreas. Posso dar o exemplo do Ministério da Saúde.



Com tantos problemas de saúde na Amazônia e no País, o adiamento da execução da obra acabou atrasando a presença desse ministério na região.

Diálogos – O que vai mudar com a pavimentação da rodovia?

Johannes Eck – Quando a BR-163 estiver pavimentada, a região vai ganhar uma dinâmica maior. Como estamos fazendo obras aos poucos, trechos de 20 ou 50 quilômetros para um total de mil quilômetros, não se percebe tanto o avanço. Porém, volto a destacar que nas situações em que tínhamos os recursos e que não envolvia tanto a implementação de campo, como no caso das unidades de conservação, nós já executamos. O Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) da região está feito. As grandes medidas de planejamento territorial foram tomadas no atacado.

No entanto, a questão dos serviços públicos, educação, saúde, estão se implantando quase em ritmo vegetativo, a não ser a implantação dos Territórios da Cidadania, que é uma medida que o governo está investindo como política nacional. Hoje, temos quatro Territórios da Cidadania na região, entre os quais: “Portal da Amazônia”, “BR-163” e “Transamazônica”.

Diálogos – Fazendo um balanço por eixo temático, qual ficou menos favorecido e qual avançou mais?

Johannes Eck – Sem dúvida, o ordenamento foi o que mais avançou, inclusive por conta da gestão ambiental. O fomento não se tornou realidade, mas conseguimos o marco legal que vai transformar a realidade a médio prazo: a Lei da Gestão de Florestas. Existe um grande potencial nessa lei. Também foi feito um investimento grande nas tecnologias de comando e controle para se acompanhar a evolução do território. Contudo, em geral, o Estado é desestruturado. Nas últimas décadas, diminuiu o número de servidores públicos na região e os estados não têm capacidade grande de se estruturarem.

Houve realmente muita vontade que não correspondia à capacidade de mobilização de recursos de qualquer órgão, tanto é que os que menos exigiam foram os mais rápidos. A criação das unidades de conservação e o Zoneamento Ecológico-Econômico, por exemplo: quantas décadas foram necessárias para finalizar o ZEE de Rondônia ou do Acre? Em pouco tempo, finalizou-se o processo do ZEE na BR-163. Por isso, em resumo, a avaliação é que demos conta do ordenamento, mas estamos devendo muito nos outros eixos.

Diálogos – Como deveria ser a implementação do Plano nos âmbitos municipal e estadual? O que falta?

Johannes Eck – O que falta é colaboração entre os três níveis de governo porque temos um problema político e institucional muito grande no País. No começo era mais difícil, com sorte conseguíamos dialogar. Quando conversamos com as prefeituras, vemos que eles

estão repletos de problemas e querem saber quanto recurso vai chegar e o que será feito. Se falarmos em parceria eles não querem. Com os estados também é complicado. Mato Grosso ainda tinha interesse por conta do escoamento da safra, mas o Pará não tinha nenhum. É difícil eles aceitarem o papel da União, que de repente faz um plano para organizar todo o território do estado.

“O que falta é colaboração entre os três níveis de governo porque temos um problema político e institucional muito grande no País”

Mas acredito que melhorou a interlocução federativa. Hoje em dia, somos surpreendidos pela nossa incompetência, mas têm muitos prefeitos preocupados com o desenvolvimento sustentável e a questão político-partidária não pesa tanto. Acho que o diálogo está melhorando com a maioria dos estados. Hoje, chegamos a mais processos inovadores em relação ao fomento por meio dos estados e municípios.

Diálogos – Por quê? Houve uma mudança na sensibilização?

Johannes Eck – Avalio que sim, pois se quebraram resistências. Alguns governadores vão a qualquer fórum internacional discutir o desenvolvimento da Amazônia. Eles se capacitaram, têm ligação direta com o que está acontecendo no mundo e não precisam passar pelo funil do governo federal.

Sem diálogo federativo não avançaremos no Plano. Fomos sozinhos no começo, até porque era o nosso dever, mas naquelas políticas que são comuns ou concorrentes não adianta a União ir sozinha.

Diálogos – Entre o GTI, como o senhor avalia a ação integrada?

Johannes Eck – Continuo vendo muito mais convergência do que divergência. As pessoas criticam as falhas da coordenação, mas muitas não estão diretamente relacionadas com a coordenação do governo. É claro que tem uma série de problemas, mas essas deficiências estão vinculadas à execução dos órgãos. Acredito que as dificuldades internas e a ação conjunta têm peso grande na falta de andamento. Eu coloco 2/3 da responsabilidade na ação dos órgãos e 1/3 na ação conjunta.

Diálogos – O senhor acha que havia uma prioridade maior por parte do governo em tocar o Plano do que há hoje?

Johannes Eck – Para o Presidente da República ele tem a mesma prioridade, mas, isoladamente, para alguns órgãos e ministérios, não. Acredito que o governo, no final das contas, foi pragmático. É claro que houve também troca de ministros e isso traz descontinuidade; talvez as novas lideranças não tenham trazido a mesma energia dos antecessores para esse



projeto. Apesar do presidente sempre fazer questão de falar e cobrar dos ministros, houve um arrefecimento.

Diálogos – Espera-se que volte a ser prioridade para todos?

Johannes Eck – Acho que estamos em um momento de aumentar essa priorização. O que se pretende ao fazer o PAS é essa interlocução entre governos estaduais para olhar o futuro da Amazônia. Hoje existe um fórum de governadores da Amazônia que ganhou ânimo e intensidade importantes para esse processo. Por exemplo, o zoneamento da BR-163. O Estado do Pará já estava fazendo e não se contrapôs ao Plano, mas o governo estadual assumiu o ZEE.

Diálogos – Como o senhor vê a atuação dos movimentos sociais nesse processo da BR-163?

Johannes Eck – Eu nunca presenciei a aglutinação de um número tão grande de movimentos em torno do desenvolvimento de uma região. Essa foi uma demonstração de que é possível contar com a participação popular nos processos de definição de políticas públicas, o que é marcante para a administração federal. Essa mobilização mostrou para os futuros governos que, independentemente dos partidos, é possível envolver a população numa região remota e dar a ela espaço para participação e voz no processo de elaboração.

Diálogos – O governo federal está apostando na atuação por meio dos Territórios da Cidadania. De que forma essa nova estratégia leva em consideração o Plano da BR-163?

Johannes Eck – Há um trabalho de conformação dos Territórios de Cidadania para que levem em consideração características semelhantes para unir os municípios. Temos que submeter o Plano para avaliação no âmbito dos colegiados dos Territórios da Cidadania porque eles têm a incumbência de fazer um plano de desenvolvimento. A implementação do Plano BR-163 Sustentável estava prevista por meio de subregiões, e, nesse aspecto, se enquadra perfeitamente com os Territórios.

Os Territórios da Cidadania precisam, ao desenvolver suas ações, fazer essa confrontação crítica com o Plano BR-163. Aspectos convergentes terão mais força para ocorrer. Pontos divergentes sofrerão ajustes e serão negociados.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e promover espaço de negociação entre os diferentes atores. Quais são os desafios nesse sentido?

Johannes Eck – O diálogo é uma meta a ser alcançada e, para isso, temos alguns desafios que são importantes. Por exemplo: por que os prefeitos não se sentem atraídos a participar de ações federais? Isso acontece por uma questão da legitimidade e de eleição. O gestor que

é eleito tem uma legitimidade para zelar e não quer submeter sua política a outro espaço. Afinal de contas, os prefeitos ganham o pleito na percepção que a população tem do programa de governo deles, que tem que ser executado. Se todos trabalhassem com a visão de longo prazo, teríamos menos problemas. Mas, não é assim. Agora, o principal é disseminar a cultura da gestão participativa.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) foi apresentado pelo Presidente Lula no Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho de 2006. O objetivo, segundo o presidente, era conter o desmatamento e avançar rumo a um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável na Amazônia. O Plano foi elaborado a partir de uma série de reuniões, encontros, diagnósticos, audiências e consultas públicas que duraram mais de dois anos e contaram com a participação de 21 ministérios e dezenas de organizações da sociedade civil. A versão final do Plano lista 54 prioridades entre ações para ordenamento territorial, regularização fundiária, implantação de obras de infraestrutura, pesquisas, fiscalização, criação de unidades de conservação e apoio a práticas sustentáveis.



BR-163: O PLANO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Rosana Cruz é representante do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 e integrante do Comitê Técnico do Projeto Diálogos pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). No Ipam, Rosana coordena projetos executados no corredor da BR-163.

Diálogos – Em que contexto surgiu o Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (Condessa) e qual seu papel na elaboração do Plano BR-163?

Rosana Cruz – O Condessa surgiu de uma ação do governo federal para região amazônica, que definiu, por meio do programa Avança Brasil, áreas estratégicas para investir em políticas de obras de infraestrutura na Amazônia. Uma delas foi a rodovia BR-163. A partir disso, o movimento socioambiental se reuniu para apresentar propostas de políticas públicas para que o asfaltamento da BR-163 não fosse uma mera obra de infraestrutura, mas que pudesse deslançar um processo de desenvolvimento regional sustentável ao longo da área de influência da rodovia. Após vários debates e proposições, sentiu-se a necessidade de constituir uma instância representativa do movimento socioambiental que pudesse ser o canal interlocutor com o governo federal, tanto para apresentação de propostas, como para negociação.

Diálogos – Houve participação efetiva do Condessa e dos movimentos sociais na elaboração do Plano BR-163 Sustentável?

Rosana Cruz – Na verdade, a mobilização da sociedade antecedeu a ação do governo federal na construção do Plano BR-163. Primeiro, houve uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento que os movimentos socioambientais queriam para aquela região. Isso despertou o interesse federal em assumir para si o papel de fazer algo inovador e diferenciado, consultando a população e validando contribuições.

“A mobilização da sociedade antecedeu a ação do governo na construção do Plano BR-163”

Nesse sentido, não conheço uma experiência parecida na Amazônia em que houve uma contribuição tão efetiva da sociedade a ponto dela entregar ao governo um modelo de desenvolvimento para a região. Foi algo muito positivo que criou uma rede de relações e aproximou organizações do Pará e de Mato Grosso. Esse fortalecimento resultou na construção de redes sociais concretas que são o Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e o Condessa.

Diálogos – Qual a sua avaliação sobre o Plano?

Rosana Cruz – Tecnicamente, é um plano estratégico. Tem intenções muito boas e estrategicamente definidas. Porém, não é um plano de desenvolvimento operacional, pois não tem

um cronograma de execução com metas estabelecidas. Também não possui um orçamento claro ou, pelo menos, projetado. Se o governo tivesse noção de valores já seria um bom começo para fazer uma busca e compor esse orçamento.

Diálogos – Existem muitas críticas de que o Plano não está sendo implementado. A senhora concorda?

Rosana Cruz – Eu diria que o Plano não está sendo implementado a contento das expectativas criadas durante a elaboração, principalmente no que se refere às prioridades definidas em acordo entre governo e sociedade civil. O governo começou a desenvolver atividades totalmente deslocadas do planejamento e algumas ações estão sendo feitas em ritmo muito lento. Dessa forma, as pessoas não conseguem visualizar as políticas como parte do Plano BR-163 Sustentável e acaba parecendo que nada está sendo feito.

Outro aspecto decisivo para a lentidão na execução do Plano está relacionada a pouca, ou quase inexistente, articulação entre governo federal e governos na escala estadual e municipal. Esse ritmo influenciou negativamente a disposição do movimento social para continuar ativo na cobrança da implementação.

Diálogos – A senhora poderia fazer um balanço dos eixos temáticos do Plano. Por exemplo, o ordenamento territorial avançou ou não?

Rosana Cruz – O processo de ordenamento territorial na região foi um dos principais resultados. Em pouco tempo, diversas terras tiveram destinação definidas. Mesmo que tenha havido alguma resistência quanto à criação de unidades de conservação, pelo menos o governo definiu o que tem que ser feito naquela área. Isso impactou positivamente o controle do desmatamento e da grilagem de terras. Claro que ainda são necessárias ações complementares para consolidação dessas unidades, principalmente no sentido de proporcionar a sustentabilidade socioeconômica. Caso contrário, a situação de ocupação e exploração desordenadas dos recursos naturais será retomada.

Diálogos – Há fomento às atividades sustentáveis?

Rosana Cruz – Muito pouco foi feito nesse sentido. É uma região que, por ter sido abandonada por muito tempo, exige um investimento muito alto para melhorar o capital social e qualificação técnica, para dar viabilidade ao uso diferenciado do recurso natural. Isso não está sendo feito na intensidade necessária.

Diálogos – E com relação à infraestrutura?

Rosana Cruz – A principal ação de infraestrutura é o asfaltamento da própria rodovia, mas está muito lento dentro do que tinha sido previsto pelo governo. Nem a pavimentação con-



segue sair dentro do prazo estabelecido. Além disso, outras obras também são necessárias porque, como foi colocado no Plano da BR-163 Sustentável, somente a rodovia não gera um efeito de desenvolvimento sustentável. Precisaria de um investimento em estradas vicinais, porque senão a grande rodovia vai servir somente como corredor de grãos entre a produção de Mato Grosso e o porto de Santarém. Além disso, tem a questão dos portos e aeroportos. Nada disso foi feito.

Diálogos – O outro eixo temático é a cidadania. Saúde, educação e outros aspectos sociais foram executados?

Rosana Cruz – A cidadania tem avançado pelos programas sociais, mas não por ser área de influência da BR-163. É por isso que existe esse discurso de que, independentemente do Plano, essas políticas do governo Lula iriam existir. Fora isso, há uma sobrecarga muito grande de cobrança sobre o governo federal, até por uma falha no envolvimento dos outros governos. É o caso do Estado do Pará, que, na época, talvez por resistência política, não se aproximou e acabou não assumindo responsabilidades. Hoje, há um cenário político diferente no estado e o governo do Pará é favorável e começou a investir em algumas dessas políticas.

Diálogos – A senhora falou um pouco sobre a confusão do que era papel do governo federal. Como avalia o trabalho dos governos municipais, estaduais e federal na implementação do Plano?

Rosana Cruz – Agora começa a ter um alinhamento melhor com a possibilidade de atuar por meio de colegiados das regiões dos Territórios da Cidadania. Essa é uma oportunidade porque os municípios estão todos representados dentro dessa instância. Os gestores municipais começam a despertar para a importância de fazer um plano de desenvolvimento municipal rural. O governo do estado também. Portanto, agora há apropriação. Então é uma forma de fazer com que a União, representada pelos ministérios, comece a participar desse momento e a repassar responsabilidades para outras escalas de governo. Do contrário, a carga fica sempre em nível federal que não tem capacidade e estrutura para executar tudo.

Diálogos – Recentemente aconteceu a primeira reunião para instalação do Fórum do Plano BR-163 Sustentável. Qual a função desse fórum?

Rosana Cruz – O Fórum é, na verdade, uma instância consultiva de gestão e monitoramento do Plano. Ele não tem poder de decisão e é composto por representantes da sociedade civil e da iniciativa privada, além de representantes do governo nas diferentes escalas. A ideia é que seja um espaço para discussão, uma interlocução entre as organizações locais dessas áreas com a instância decisória: o comitê da BR-163.

Para o Fórum, levamos demandas e oportunidades de políticas. Ou seja, tem uma mão-dupla. Outro papel, a partir da sua instalação, é criar um sistema de monitoramento, que seja

de fácil aplicação no qual possamos ver claramente o que está sendo feito com relação ao que foi proposto. Como o Condessa trabalhou no monitoramento dos primeiros dois anos, apresentamos a metodologia usada para que possa ser aperfeiçoada. Ela está sendo a base da discussão para definir um instrumento que possa ser aplicado pelo próprio governo com a participação da sociedade civil. Mas, de qualquer modo, para o Fórum do Plano BR-163 ser um instrumento efetivo, é preciso ter metas bem estabelecidas e o governo precisa voltar às regiões, porque ele se distanciou.

Diálogos – Qual é a principal agenda do Condessa?

“A questão financeira contribuiu para fragilizar a participação do movimento socioambiental no processo”

Rosana Cruz – Agora, é preciso retomar as articulações. Acho que a questão financeira contribuiu para fragilizar a participação do movimento socioambiental no processo.

Enquanto existia financiamento, por meio de um projeto, as organizações estavam se reunindo, fazendo eventos, oficinas, qualificando a população local. Por meio do Projeto Diálogos, conseguimos sustentar um pouco essa mobilização, facilitar a participação de representantes locais em reuniões com os governos e organizar diversas atividades. O Projeto deu uma boa contribuição num momento importante, agora temos que continuar.

Diálogos – Qual a relevância do objetivo do Projeto Diálogos para a região?

Rosana Cruz – A metodologia e o objetivo do Projeto Diálogos são muito relevantes. A área de influência da BR-163 é uma região muito carente de informação e as pessoas têm pouca qualificação para participar dos debates. Muitas vezes, até estão presentes nas discussões, mas, qualitativamente, não participam, não conseguem contribuir por falta de acesso à informação e por falta de saber como se expressar. Então, a estratégia adotada no Projeto de levar a informação a quem precisa, capacitar, fomentar a participação e com isso melhorar os espaços de diálogos, é muito importante. Não se trata de criar espaços de diálogo, mas apoiar os espaços de diálogo existentes, porque já existem vários espaços, mas muitas vezes pouco ou quase nada utilizados. Então, o trabalho do Projeto foi importante porque procurou fortalecer os espaços de diálogos, elevar o nível de participação no debate e, com isso, atender melhor às demandas da região.

O Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (Condessa) tem como objetivo ser um interlocutor da sociedade com o governo federal para viabilizar a implementação de ações prioritárias levantadas pelos movimentos sociais, ambientais e produtores familiares em relação ao asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém. O consórcio é constituído por 55 organizações não governamentais e é coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam), Fundação Viver, Produzir e Preservar (Fvpp), Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Pará (Fetagri/PA) e Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad).

POLÍTICAS PÚBLICAS DEVEM SER ESTRUTURANTES

Cássio Pereira é secretário de Agricultura do Estado do Pará

Diálogos – Qual a situação da produção de soja, cana e biodiesel no Pará? Você interpreta essas produções como ameaças ou oportunidades para o estado?

Cássio Pereira – Se não houver ordenamento, a produção desses alimentos pode degradar o ambiente e não trazer benefícios sociais. No Pará, a situação é a seguinte: temos uma usina de cana-de-açúcar grande que é a Pagrisa, na região de Paragominas. Há um movimento muito intenso de implantação de plantios de cana-de-açúcar no extremo sul do Pará, na região de Santana do Araguaia. O Ministério da Agricultura está fazendo um zoneamento agroecológico e existe um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) sobre o assunto. Ela poderia certamente ser cultivada nas áreas que já foram desmatadas, assim como a soja.

Atualmente, temos três polos de produção de soja no Pará. Um no entorno de Santarém, outro em Paragominas e um polo menor no extremo sul, no limite com Mato Grosso. Temos uma experiência bastante interessante na produção de soja em Santarém, em que a Cargil (fornecedora internacional de produtos e serviços para os setores agrícola, alimentício e de gerenciamento de risco), em parceria com a The Nature Conservancy (TNC), fez um trabalho muito importante em termos de ordenamento do território. Então o problema não é a atividade, mas em qual contexto essa atividade está sendo realizada.

Diálogos – Quais as atividades incentivadas pelo governo estadual?

Cássio Pereira – Atualmente, estamos incentivando o agroextrativismo e a agricultura familiar, mas não temos problema nenhum em desenvolver o potencial de biocombustíveis, como é o caso do dendê. O Pará é o maior produtor de dendê do País. Para isso, nós temos que ordenar o território e já começamos a trabalhar, mas é um processo que não vai ser resolvido tão facilmente. Na ausência dessa ordem, algumas culturas que são muito intensivas podem criar problemas. Vemos muitas posições radicais contra a plantação de cana-de-açúcar no Pará, mas quando se conhece a realidade de Santa Maria das Barreiras, de Santana do Araguaia, de Cumaru do Norte, por exemplo, nota-se o grau de empobrecimento é altíssimo. Se tivéssemos uma indústria de cana-de-açúcar para produzir álcool, para produzir energia, será que a condição dessas famílias seria tão degradante como está hoje? Então, acho que “botar o pé na porta” e dizer que é contra só por ser contra, não é uma atitude muito inteligente.



Diálogos – No Pará, há uma presença significativa do agronegócio e, por outro lado, da agricultura familiar. Como a Secretaria de Agricultura (Sagri) lida com essa dicotomia ao desenvolver políticas para os setores?

Cássio Pereira – Para o setor empresarial – prefiro chamar de setor empresarial rural, porque tem muito pequeno agricultor que também faz o agronegócio –, as políticas são mais voltadas para as questões estruturantes. Existe uma política de regularização fundiária, a política do Zoneamento Ecológico-Econômico, que traz um benefício importante também para começar a regulamentar a reserva legal. A discussão sobre a reserva legal é dura, mas é necessária. Acho que é um grande equívoco insistir com a reserva legal de 80%. Isso não vai beneficiar ninguém, nem o meio ambiente nem a economia.

Diálogos – E quais são as políticas para os pequenos produtores?

Cássio Pereira – Temos programas específicos, como o Campo Cidadão, que trabalha com outro tipo de ação, como a organização, assistência técnica e extensão rural; a estruturação para acessar e implementar crédito; o apoio direto ao fomento, como distribuição de sementes básicas e estruturação de sistemas de produção de sementes, por exemplo. Também apoiamos a construção, modernização e reforma de agroindústrias, o que viabiliza estratégias de comercialização.

Apesar de a nossa atuação ser mais pró-ativa com os pequenos produtores, há também uma política estruturante para o setor agropecuário que vale para todo mundo. Entre os principais pontos dessa política, temos a definição do espaço da agropecuária. Definimos, à luz do macrozoneamento, cerca de 500 mil quilômetros quadrados para a consolidação da agropecuária no Pará. Na lógica dos recortes territoriais, por exemplo, dividimos o Pará em 12 regiões de integração, que são nossas unidades de implementação e planejamento das políticas públicas. Assim, o macro-ordenamento, o projeto de segurança alimentar e a eleição dos arranjos produtivos locais prioritários para cada uma das regiões são o grande eixo.

Diálogos – É desenvolvido algum trabalho que promova a responsabilidade socioambiental na agropecuária?

Cássio Pereira – São duas vertentes nesse sentido. A primeira é a que estamos trabalhando no programa Campo Cidadão, que prevê um sistema de pagamento por serviço ambiental, que prefiro chamar de bônus ambiental. A outra é com os grandes produtores, na qual contamos com o apoio da TNC e do Ministério da Agricultura para a organização da origem da produção. Vamos fazer um pacto que, posteriormente, pode se tornar uma certificação da pecuária. Essa é uma pressão do mercado; alguns frigoríficos começaram a sentir o peso da restrição de mercado e começamos a fazer isso.

“A situação fundiária é estruturante, mas não temos como parar a socioeconomia do estado por não ter a regularização estabelecida”

Diálogos – Com relação à agricultura familiar, muitas vezes os programas não chegam aos agricultores por que eles não têm o documento da terra. Como é a relação da Sagri com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa)?

Cássio Pereira – A situação fundiária é estruturante, mas não temos como parar a socioeconomia do estado por não ter a regularização estabelecida.

Para se ter uma ideia, 50% das terras do Pará são protegidas ou são terras indígenas, reservas, estações ecológicas ou florestas nacionais, enfim, tem algum tipo de proteção. Do que resta, 25% são de jurisdição federal, ou seja, pertencem ao Incra, e 25% é do Iterpa.

Estive há algum tempo em Brasília numa reunião com o Presidente Lula e conversamos sobre o novo programa do governo federal sobre regularização fundiária. Não adianta nos enganarmos, as mudanças na legislação para simplificar a regularização fundiária são fundamentais e temos que começar a fazer isso. Não é fácil, mas temos que começar, porque não tratar disso implica inviabilizar uma economia sólida, duradoura e que tenha os componentes de sustentabilidade estabelecidos.

Diálogos – Qual é principal dificuldade com a agricultura familiar? Como se faz para não haver subdesenvolvimento?

Cássio Pereira – A meta final é ter uma agricultura familiar moderna, produtiva e competitiva que se insira na lógica de mercado. Aquele romantismo de adotar uma lógica camponesa filosófica não vai resolver. Ao olharmos para nossas reservas extrativistas, o grau de empobrecimento dessas pessoas é muito grande. Temos indicadores sociais, de saúde, de educação e de desenvolvimento humano muito complicados. Então, precisamos trabalhar essa modernização. Por outro lado, temos bons exemplos em uma parte significativa de pequenos produtores, agroextrativistas que vivem do açaí, em que se percebe claramente a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. Eles têm renda e acesso à educação.

“A meta é ter uma agricultura familiar moderna, produtiva e competitiva que se insira na lógica de mercado”

Diálogos – O que a agricultura familiar representa para a economia do Pará hoje?

Cássio Pereira – É o principal segmento na produção de alimentos básicos, como feijão, arroz, milho, mandioca e hortaliças. A fruticultura também é muito forte. O fato de 200 mil famílias viverem dessa atividade não é desprezível. Agora, o desafio é tornar a agricultura familiar mais competitiva, fazer com que esse segmento tenha uma qualidade de vida melhor.

Diálogo – Como fazer isso?

Cássio Pereira – É preciso inverter a lógica de baixa produtividade. Por isso, é importante ter formação, acesso à tecnologia, a mercados, enfim, se profissionalizar. A tradição cultural da agricultura familiar é a diversificação de atividades, o que entendemos como algo interessante, mas, por outro lado, às vezes não é possível ter escala de produção. O programa Campo Cidadão é uma grande aposta que estamos fazendo nesse sentido, temos a meta de atender a 120 mil famílias no estado nos próximos quatro anos.

Diálogos – Como é o relacionamento entre os diferentes níveis de governo?

Cássio Pereira – É difícil essa relação, mas estamos avançando. A lógica de trabalhar com temas e com regionalização por meio de territórios força essa integração entre as esferas de governo e os diversos setores. É uma inversão muito grande, porque antes trabalhávamos separadamente. Um com agricultura, o outro com pecuária, o outro apenas com pesca, e essa visão setorial complica as coisas. A visão territorial é tentar olhar para uma determinada região, ver como os diversos atores estão se relacionando e agir a partir daí. Mas esse método não é tradição, não é trivial você fazer política pública com essa visão. Percebe que a integração é importante, mas também reconhecemos o quanto isso é difícil e não conseguimos avançar o tanto quanto gostaríamos.

Diálogos – No âmbito da Sagri, como é a relação com o Plano BR-163 Sustentável? O que foi feito?

Cássio Pereira – A atuação da Sagri no Plano não se diferenciou dos outros órgãos públicos estaduais. Houve problemas de apropriação pelos governos estadual e municipal, na minha opinião, por falta de uma articulação federativa que garantisse a presença do Estado nas diferentes esferas. Na Sagri, temos uma atuação na região da BR-163 pautada por outra esfera de negociação. A atuação é voltada para a área de produção agropecuária e extensão rural da região, principalmente nas áreas de Itaituba, de Santarém e de Altamira, onde atuamos. Obviamente sempre acompanhamos o Plano BR-163 Sustentável e, nesse sentido, o Zoneamento Ecológico-Econômico foi uma das ações mais concretas, além da criação das unidades de conservação.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e promover espaço de negociação entre os diferentes atores. Quais são os desafios nesse sentido?

Cássio Pereira – Tive a oportunidade de conhecer a situação da BR-163 a partir de várias posições. Ora como movimento social, ora no governo federal e agora no estadual. Como um projeto da sociedade civil, considero que ele contribuiu para uma agregação das instituições e avançou. Agora, ele tem limitações também, porque essa integração entre as esferas

do governo e a sociedade civil é altamente desejável, mas um processo difícil de ser feito rapidamente. Leva um tempo para alcançar o amadurecimento dessas ações. Precisaria continuar investindo em diálogo.

O Código Florestal Brasileiro foi criado em 1965. Desde então já passou por várias modificações feitas por meio de leis e medidas provisórias. O debate sobre o tema sempre foi caloroso entre ambientalistas e ruralistas. Em 2009, porém, promete aquecer ainda mais. Em maio deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) enviou ao Congresso Nacional uma proposta de alteração do Código Florestal que reduz a quantidade de floresta que deve permanecer intacta em propriedades privadas. Hoje, na Amazônia, 80% da propriedade devem ser compostas por floresta. Nos demais biomas, este percentual cai para 50%. Além disso, os donos das terras devem estabelecer Áreas de Proteção Permanente (APP) para proteger encostas ou topos de morros, margens de rio, lagoas, entre outros sistemas mais frágeis.



MATO GROSSO CAMINHA PARA GESTÃO FLORESTAL CONDIZENTE

Luis Henrique Daldegan é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (Ufmg) e secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso desde 2007.

Diálogos – Quais são as principais políticas públicas de gestão florestal em andamento em Mato Grosso?

Luis Daldegan – O estado tem trabalhado a questão florestal com o fortalecimento do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (Slapr) e com o desenvolvimento do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora). Por meio de uma cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), também ajudamos a finalizar o Documento de Origem Florestal (DOF) no governo federal. Dentro do Sisflora, temos implementado uma política de segurança. Contamos com equipamentos e *softwares* de segurança da informação no tocante a crédito. Também estamos implementando como política a transparência total. Outro trabalho é o aumento no quadro de funcionários com contratação por meio de concursos.

Atualmente, a gestão florestal no estado tem uma estrutura muito mais condizente. Temos fluxo de procedimentos já definidos, ações junto com o Ministério Público Estadual e com o Ibama na definição de regras de aferição. Regras tanto na vistoria de manejo como também de pátios de madeireiras para facilitar a fiscalização. Nas vistorias de manejo, nossas regras estão de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Registramos um grande número de planos de manejo aprovados, analisados e vistoriados, devido ao aumento na estrutura física e de pessoal do governo para isso. Temos ainda o forte apoio da subprocuradoria de Meio Ambiente para a execução dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC). Enfim, estamos com a parte estrutural, legal e de transparência de fiscalização muito mais condizente com a realidade. É evidente que não podemos parar por aí. Agora, temos o programa MT Legal que necessita de maior suporte de estrutura e de pessoal.

Diálogos – O programa MT Legal prevê algum tipo de descentralização do estado para os municípios, assim como ocorreu do governo federal para os estados?

Luis Daldegan – Estamos implementando uma política de descentralização do licenciamento, mas não incluímos ainda a questão da gestão florestal. Fizemos isso, primeiro, porque assumimos essa gestão há pouco tempo e ainda estamos finalizando e aprimorando esses procedimentos. Isso é necessário para não transferir apenas a competência, mas também a técnica e o suporte econômico. Segundo, em relação aos empreendimentos, a agenda marrom (prevenção e controle da degradação ambiental decorrente de atividades polui-

doras) dos serviços e da indústria já foi iniciada com alguns municípios e vamos continuar implementando essa descentralização.

Diálogos – Na relação entre Ibama e Secretaria de Meio Ambiente (Sema), quais seriam as atribuições de cada um?

Luis Daldegan – Toda a parte do licenciamento da gestão florestal foi repassada para o estado. Hoje, temos muito mais transparência com relação a isso do que anteriormente, quando não estava com o estado. O que o Ibama faz concomitantemente ao estado é a parte da fiscalização. Inclusive criamos uma sala de situação para o gerenciamento das ações conjuntas. Assim, tentamos não nos sobrepor.

Diálogos – Como isso funciona na prática?

Luis Daldegan – Existem alguns funcionários do Ibama, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Sema que realizam ações principalmente no combate ao desmatamento. Então, quando chegam os dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), do Sistema de Detecção em Tempo Real (Deter) ou do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), verificamos quais são os municípios prioritários para fazer a verificação no local e dividimos as tarefas.

Quando ocorre uma investigação mais complexa, se faz a ação ora com o governo estadual, ora com o governo federal, dependendo da competência. Por exemplo, se for algo em terra indígena, é com a Polícia Federal. Caso contrário, quem vai é a Polícia Militar ou Civil do estado. Então, há uma sala de discussão, onde essas informações são trocadas e é feito o planejamento de determinadas ações contra os infratores ambientais.

Diálogos – O senhor citou o Deter. Qual foi o motivo do desentendimento da Sema em relação aos dados do Deter e do SAD?

Luis Daldegan – O governo do estado questionou os dados do Deter porque todos os polígonos do desmatamento apontados foram vistoriados. A Sema embargou mais de 30 mil hectares de desmate, autuamos pessoas em mais de um milhão de reais em ações ilegais relativas ao desmatamento e transporte ilegal de madeira. Todavia, verificamos que, em algumas situações, os polígonos não condiziam com o que havia sido informado pelo Deter.

O pior dessa situação é que são gastos recursos públicos para fazer uma aferição e quando a fiscalização chega ao local e não encontra desmatamento, há um desperdício de recursos. Apesar disso, o governador mandou e fomos a todos os polígonos apontados pelo Deter. Por outro lado, os dados do SAD são mais precisos, condizem muito mais com a realidade.



Agora, o desmatamento está sendo melhor monitorado. Adquirimos imagens *spot* com resolução de 2,5m e contamos com um termo de cooperação com o Imazon e o Instituto Centro de Vida (ICV). Pretendemos disponibilizar essas imagens para que essa dinâmica do desmatamento seja ainda mais detalhada.

Diálogos – Como a gestão florestal contribui para controlar o desmatamento?

“Há uma vontade política muito clara do governo estadual no combate ao desmatamento”

Luis Daldegan – Primeiramente, há uma vontade política muito clara do governo no combate ao desmatamento.

Na prática, temos a melhoria de estrutura da Sema, apoio às companhias de policiamento ambiental, apoio ao policiamento aéreo com helicópteros, entre outros ganhos.

Esses recursos são fundamentais para nossa atuação.

Também há busca de parcerias com outros setores, como os proprietários rurais, porque todo mundo quer estar na legalidade. Lançamos mão de outras ferramentas como o Plano Estadual de Combate ao Desmatamento, o zoneamento, o Plano de Mudanças Climáticas e as propostas de pagamentos por serviços ambientais. Isso tudo chama muito a atenção dos proprietários, que vão se moldando para que haja diminuição do desmatamento. Mas, ainda há uma grande interrogação em relação aos pequenos desmatamentos, às pequenas propriedades e aos assentamentos.

Diálogos – É necessário outro olhar para os assentamentos?

Luis Daldegan – Na verdade, não é preciso exatamente outro olhar. Temos que enxergar o assentamento como uma oportunidade de produção sustentável e de qualidade de vida. Para isso, é preciso quebrar alguns paradigmas. É evidente que assentamentos em floresta nos moldes que foram feitos até hoje, com mau uso dos recursos, só serviram para desmatar. É preciso pensar em assentamentos diferenciados, que sejam pequenos centros urbanos, e trabalhar manejos sustentáveis para produtos madeireiros e não madeireiros em toda a área. Acima de tudo, é preciso trabalhar com tecnologia, com capacitação da população local, pois os agentes transformadores têm que ser agentes locais.

Diálogos – Sobre a descentralização da gestão florestal, o senhor apontou vantagens que aconteceram no período de adaptação. Houve desvantagens?

Luis Daldegan – A primeira grande desvantagem ou o primeiro grande obstáculo que a gente enfrenta é a desconfiança. Ainda há uma desconfiança muito grande de que o estado não consiga fazer, efetivamente, essas ações e executar uma gestão florestal competente. Quero primeiramente frisar o seguinte: há 30 anos o governo federal está com a gestão florestal do País inteiro na mão. A autorização para o desmate, a fiscalização, etc.

Tudo era feito pelo governo federal e vimos o que aconteceu na floresta amazônica esse tempo todo. Então, quebrar essa barreira da desconfiança é o grande desafio que os estados têm, não só em Mato Grosso, mas nos outros estados. Há três anos assumimos a gestão florestal e o avanço foi maior do que se teve em 30 anos.

“Há três anos assumimos a gestão florestal e o avanço foi maior do que se teve em trinta anos”

O segundo fator é a dependência tecnológica. O País ainda não tem à sua disposição um satélite de alta resolução que possa nos ajudar no monitoramento, na parte do licenciamento das propriedades. O Estado de Mato Grosso foi o que mais investiu, é o que está mais preparado e, infelizmente, é o que mais recebe críticas. Houve uma vontade política do governador Blairo Maggi em assumir isso, apesar de todos os ônus. Além disso, temos grandes parcerias com o setor produtivo de base florestal e com as organizações não governamentais que têm nos ajudado em todo o trabalho, tanto na parte de cooperação técnica, como na parte de mobilização e transparência. Então, esses atores são os grandes descentralizadores da gestão florestal e não o governo federal.

Diálogos – Quanto a economia madeireira representa para o estado?

Luis Daldegan – É a quarta atividade econômica e a que tem absorvido mais mão de obra especializada. Isso porque as empresas que não fecharam estão se aperfeiçoando e melhorando os parques tecnológicos, até por uma questão de competitividade de mercado.

Muitos madeireiros estão buscando certificação, inclusive a do Forest Stewardship Council (FSC). Eu diria que o mais importante não é nem a certificação, mas a conformidade ambiental que, ao ser aplicada no manejo, é muito mais importante do que o selo em si. O selo vem vendendo uma janela de mercado para ter maior lucro e nem sempre isso acontece. O fundamental é ter conformidade ambiental. Já o mercado vai se regulando sozinho.

Diálogos – Existe algum levantamento de quanto é legal e quanto é ilegal da produção do setor madeireiro?

Luis Daldegan – Toda madeira que é transportada e vendida no estado tem sua guia. Eu diria que hoje temos 70% dentro da conformidade. Falta adequar os outros 30%.

Diálogos – Como o Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso (MT Floresta) está avançando?

Luis Daldegan – O Fundo MT Floresta tem que ser reavaliado porque, infelizmente, não saiu do papel. É preciso repor a floresta no estado e temos um déficit muito grande que até hoje o governo federal não pagou. É necessário criar um programa mais direcionado à bioenergia e outro mais direcionado ao pequeno produtor.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e promover espaço de negociação entre os diferentes atores. Quais são os desafios nesse sentido?

Luis Daldegan – A busca do consenso tem que ser uma continuidade. O Projeto Diálogos está realmente conseguindo seu objetivo de mostrar que o consenso só acontece de fato quando é bom para todos os envolvidos. Tem que ser bom para o setor produtivo de base primária, para o governo, para as organizações não governamentais e para a sociedade.

O MT Legal é um programa que tem como objetivo promover a regularização das propriedades rurais e da atividade produtiva no estado por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Com ele, os produtores que estão na ilegalidade terão um instrumento ágil e de reduzido custo para entrarem na legalidade, pois assumem o compromisso por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Para aderirem ao programa, os proprietários ou possuidores rurais deverão requerer o licenciamento ambiental de seus imóveis. O ocupante da terra poderá recompor a reserva fazendo o replantio ou compensar essa área através da aquisição de outra de mesma importância ecológica, desde que o desmate tenha ocorrido até dezembro de 1998, ou ainda desonerar-se dessa obrigação doando ao estado área dentro da unidade de conservação ou mediante depósito do valor da área na conta do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Femam), destinado à regularização fundiária de unidade de conservação para aqueles que desmatarem até junho de 2005.

O programa é coordenado pelo governo do estado e envolveu nas discussões as secretarias estaduais do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Rural, a Procuradoria Geral do Estado, a Intermat, a MT Regional e o Ministério Público Estadual, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Federação da Agricultura de Mato Grosso, a Ordem dos Advogados do Brasil-MT e a equipe técnica do MT Legal da Assembleia Legislativa.

FOCO NA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

À frente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, Luciane Copetti implementou projeto de regularização fundiária, chamado Lucas do Rio Verde Legal, que ganhou reconhecimento internacional e inspirou Mato Grosso a adotar um projeto semelhante.

Diálogos – O Projeto Lucas do Rio Verde Legal é uma referência de política pública para o estado. Quais os fatores que proporcionam esse reconhecimento?

Luciane Copetti – A base econômica do município é a agricultura e nosso diferencial está justamente em adotar uma estratégia que tem como ponto de partida a preservação ambiental nas propriedades rurais. Assim, o Projeto Lucas do Rio Verde Legal tem foco na formação de políticas públicas de gestão ambiental baseadas no respeito ao Código Florestal Brasileiro, com o objetivo de incentivar a regularização ambiental de todas as propriedades rurais no perímetro do município.

Para isso, foi preciso organizar as políticas públicas já existentes e traduzir todo o aparato legal para uma linguagem acessível ao produtor rural. Afinal, um dos grandes gargalos que temos atualmente é a complexidade da legislação, com várias leis, instruções normativas e documentos de difícil entendimento. O produtor deve entender o que precisa ser feito e por quê. Agora eles sabem como devem proceder para conservar água, mananciais, as áreas de preservação permanente (APP) e entendem que as leis devem ser aplicadas para o benefício deles próprios.

Outro aspecto importante é que o Projeto Lucas do Rio Verde Legal iniciou com foco na área rural, mas também foi levado para o espaço urbano. O impacto ambiental acontece nas cidades com esgotamento sanitário e geração de lixo em proporção muito maior do que ocorre na propriedade rural.

Diálogos – A argumentação com os agricultores foi tranquila?

“No início, houve resistência, mas hoje os papéis se inverteram e os produtores procuram a secretaria para se regularizar”

Luciane Copetti – No início, não foi fácil. Houve resistência, pessoas nos questionando sobre o objetivo desse projeto, mas hoje os papéis se inverteram e os produtores procuram a secretaria para se regularizar. Essa motivação é resultado de um intenso trabalho de dia-a-dia, com uma posição muito firme da prefeitura. O estado e a União são responsáveis pela política de gestão, mas é no município que as coisas acontecem. Então, o sucesso do projeto é resultado do esforço do gestor público municipal, que é o prefeito.

Diálogos: Quais os principais argumentos que provocaram essa mudança de postura do agricultor?

Luciane Copetti – A legislação ambiental é o foco, mas a primeira coisa que nós pontuamos é: qual é nossa responsabilidade como cidadãos para conservar esse recurso natural? O contexto internacional de mudanças climáticas nos leva a perguntar o que deixaremos para as futuras gerações. Todo esse clamor, aliado ao cumprimento da legislação, é o que está fazendo a diferença.

Diálogos – O Lucas do Rio Verde Legal inspirou o programa MT Legal. Qual a principal ligação entre os dois projetos?

Luciane Copetti – O cadastro ambiental rural. No ano passado, quando passamos para a segunda fase do projeto já tínhamos um diagnóstico do município que mostra exatamente quais os principais pontos a serem trabalhados e quais políticas deveriam ser implementadas em cada setor, região e comunidade.

Acreditamos que, ao fazer um planejamento de trabalho, o primeiro passo é saber para qual problema temos que achar solução. Por isso, a primeira ferramenta que mostramos ao governador Blairo Maggi foi esse cadastro que contém todas as propriedades rurais, destacando que a responsabilidade da secretaria de Meio Ambiente não era fazer a regularização fundiária, mas a regularização ambiental.

Vale lembrar que essa identificação das propriedades é feita sem que o produtor se desloque até a secretaria. É feita por imagem de satélite que permite uma ampla leitura da propriedade e da dinâmica de desmate em um período de dois anos. Desta forma, quando somos procurados já temos o levantamento de informações pronto.

Diálogos – Qual a expectativa do município para o término do asfaltamento da BR-163?

Luciane Copetti – A expectativa é grande, afinal temos um projeto de industrialização do município e o transporte da produção é um grande gargalo. Temos incentivado o meio ferroviário, mas com certeza a conclusão da BR-163 é o grande suporte para conseguirmos viabilizar esse projeto. Na verdade, precisamos escoar essa produção pela água que é o mais indicado. Porém, tomando como referência a região toda, a BR-163 beneficiará Guarantã do Norte, Novo Progresso e outros municípios que estão no entorno. Afinal, não queremos que as pessoas que vieram para a região voltem para o Sul, temos que ajudá-los a sobreviver. Diminuir os custos e fazer com que a política pública de gestão de desenvolvimento sustentável chegue até aqui são algumas ações necessárias.

Diálogos – Além do asfalto, o que Mato Grosso precisa para melhorar o escoamento da produção?

Luciane Copetti – Precisamos melhorar tudo: ferrovia, hidrovia, rodovia. A BR-163 corta o estado de norte a sul, há também as estradas estaduais (as MT), mas em precárias condições.

Essa necessidade levou a prefeitura de Lucas do Rio Verde a criar outro projeto que se destacou no estado. O primeiro quilometro asfaltado por meio da parceria público-privada, entre governo estadual, municipal e produtores rurais, foi feito aqui em Lucas.

Hoje, essa iniciativa é modelo para o Brasil. Por quê? Não dá para esperar só pelo governo. Assim, temos um custo de produção menor e a ideia do prefeito é firmar novas parcerias e asfaltar novas estradas municipais.

Diálogos – Qual a sua avaliação sobre a governança na região da rodovia BR-163?

Luciane Copetti – Em primeiro lugar, gostaria de destacar que a visão das pessoas que estão na região já mudou muito, principalmente os gestores municipais, que buscam alternativas. Por outro lado, se o gestor público não visualiza alternativas, é óbvio que ele vai enxergar na madeira a fonte de sustento do seu município. Isso ocorrerá mesmo que a madeira não tenha origem legal, pois de uma forma ou de outra há geração de renda para aquele município.

Diálogos – Lucas do Rio Verde tem um plano diretor e o estado está finalizando seu zoneamento. Há sobreposições entre os dois trabalhos?

Luciane Copetti – O nosso plano dialoga com o estadual, pois mesmo que estejamos com uma agricultura consolidada devemos observar, além dos quesitos ambientais, os aspectos econômicos e sociais. Desta forma, vamos trabalhar todas as informações de forma complementar. Porém, é importante ressaltar que o zoneamento tem que se adequar à nossa realidade, pois já temos um trabalho estruturado.

“Os prefeitos necessitam entender qual é o papel deles no projeto de desenvolvimento”

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e promover espaço de negociação entre os diferentes atores. Quais são os desafios nesse sentido?

Luciane Copetti – Dialogar é muito importante, mas devemos ser cautelosos para não gerar expectativa de algo que pode não acontecer.

Em um primeiro momento, deve ser feito um trabalho com o gestor público. Os prefeitos ne-

cessitam entender qual é o papel deles no projeto de desenvolvimento. A partir de então, algumas perguntas básicas devem ser feitas: como fazer com que a comunidade participe dessa discussão? Quais são os principais problemas a serem elencados? O que a lei determina?

Os membros da comunidade, na maioria das vezes, não sabem qual a importância de se preservar uma área de 100 metros onde há nascente, por exemplo. Portanto, se eles entenderem os motivos e quais são as suas responsabilidades, será mais fácil viabilizar o desenvolvimento nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Isso já acontece em Lucas do Rio Verde, mas temos exemplos de municípios vizinhos onde ainda existem problemas sérios. Em Nova Ubiratã, são mais de dois mil assentamentos na cidade, que é localizada no arco de fogo, onde não há viabilidade econômica ou conhecimento da legislação.

Optar por achar soluções em salas fechadas e não dialogando com a comunidade é um erro grave de estratégia. Multa, prisão e diversas ações que coíbem não geram bons resultados como aquelas iniciativas preventivas e educativas. Por isso, em um projeto devem estar previstas educação ambiental para produtor rural e sala de aula para as crianças, que são o futuro. Um questionamento fundamental a ser feito é: o que o gestor público vai deixar para as futuras gerações? Por isso, o Estado de Mato Grosso pensa que a política pública para o desenvolvimento deve passar por essa reformulação ambiental. O objetivo é utilizar os recursos naturais de forma compatível. E isso não é ilusão, isso não é discurso político.

O Projeto Lucas do Rio Verde Legal nasceu de uma parceria entre a prefeitura de Lucas do Rio Verde e a The Nature Conservancy (TNC), formalizada em junho de 2006. Outros atores se juntaram à iniciativa, como três grandes empresas implantadas localmente (Syngenta, Fiagril, e Sadia), a Promotoria de Justiça e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

O objetivo principal da iniciativa consiste em regularizar as propriedades rurais do município, inserindo-as na base do Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental de Mato Grosso, demonstrando assim a origem socialmente e ambientalmente legal dos produtos.

Entre os principais produtos do Projeto Lucas do Rio Verde Legal estão o mapeamento fundiário do município, o diagnóstico ambiental para cada propriedade rural, a capacitação e o manual de recuperação de áreas degradadas, o fórum e o manual de boas práticas trabalhistas.

CAPÍTULO 2

AGRONEGÓCIO

AGRONEGÓCIO

Agronegócio: é preciso ensinar qual o caminho certo

Marcos Ximenes

Sustentabilidade deve ser buscada em todos os biomas

Donald Sawyer

A saída está no pagamento por serviços ecológicos

John Carter



AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 2 - AGRONEGÓCIO

AGRONEGÓCIO: É PRECISO ENSINAR QUAL O CAMINHO CERTO

Marcos Ximenes é pesquisador e diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Ximenes também é professor da Universidade Federal do Pará e pós-doutor em ciências sociais, com foco em Economia de Recursos Naturais – Biomassa, pela Universidade do Missouri (EUA).

Diálogos – O que é uma prática sustentável no agronegócio?

Marcos Ximenes – Certa vez, em uma conversa com produtores de soja em Mato Grosso, eu disse: “se destruir a natureza for pecado, nenhum produtor de soja entra no céu. No entanto, alguns produtores podem ter alguma chance com o argumento de que destruíram somente estritamente necessário”. Para mim, a sustentabilidade é isso. O produtor de soja ou de carne desmata porque naturalmente essas atividades concorrem com a floresta. O que pode ser evitado é a destruição excessiva. Existem cuidados e práticas que propiciam a conservação e elas devem ser levadas em consideração. Porque um produtor cria apenas 0,8 cabeças de gado por hectare e outro consegue manter quase quatro cabeças em um mesmo espaço? Porque a erosão carrega o solo de uma propriedade em pouco tempo e em outras áreas isso não ocorre?

Outro ponto é a regulamentação e o cumprimento da legislação. Os 80% de reserva legal nas áreas em que há essa exigência devem ser cumpridos. Se houver zoneamento e essa porcentagem for flexibilizada para 50%, também é preciso respeitar. Só que para isso, é preciso dar condições para que os produtores cumpram essa legislação. Uma destas condições é a estruturação de um sistema de licenciamento e fiscalização que possa, de um lado, dar respostas com custo e tempos razoáveis e, do outro, cobrar estas licenças. A outra possibilidade é mudar os padrões produtivos para que sejam mais condizentes com a diversidade produtiva que uma propriedade na Amazônia propicia. A monoprodução conspira contra a eficiência nesta região.

Diálogos – O senhor considera essa flexibilização razoável?

Marcos Ximenes – Em algumas áreas em fase de consolidação do cumprimento da reserva legal, sim. Isto é, em áreas altamente propícias à produção, a flexibilização é possível mediante o processo de zoneamento com critérios técnicos rigorosos e também com um credenciamento público. É preciso questionar se é adequado fazer essa flexibilização e se for o caso, deve-se fazer um planejamento para trabalhar com 50%, não cometer pecados excessivos e compensar em outras áreas. A pior situação é aquela em que ninguém cumpre a legislação, tanto a fundiária, quanto a ambiental, e há uma completa incapacidade dos agentes públicos em fiscalizar e oferecer subsídios para que a legislação seja cumprida.

A situação mudará quando um conjunto de ações for colocado em prática: órgãos financiadores fortes cobrando padrões produtivos sustentáveis, mercado exigente, o governo criando os mecanismos adequados e as instituições acadêmicas dando suporte, investigando, etc. Na minha opinião, essa soma de esforços resolve o problema, pois ninguém vai fazer um milagre sozinho. A sociedade tem que trabalhar e resolver esse processo.

Diálogos – O Ipam desenvolve um trabalho sobre responsabilidade socioambiental no agronegócio, especificamente na pecuária, em Marabá, no sul do Estado do Pará. Como é feita a aproximação com os produtores?

Marcos Ximenes – Nós fizemos uma seleção de 26 produtores que apresentavam interesse e sensibilidade para a regularização de suas propriedades e atividades. Mesmo dentro desse universo de produtores sensíveis à questão ambiental, alguns têm dificuldade em absorver um novo padrão produtivo. Ouvi alguns dizerem sobre ter que recuperar as áreas de reserva legal degradadas: *“eu não sou produtor de floresta e não sei plantar árvores. Eu e meus antepassados somos criadores. Não quero produzir florestas”*. Outros afirmaram ainda não entender o governo: *“como que ele quer plantar mato em áreas que já são pasto? Quer voltar atrás nas coisas”*. Colocações como essas deixam claro que para eles a floresta é uma coisa selvagem a ser conquistada. Ao tirá-la, eles acreditam estar civilizandando o espaço, tornando-o produtivo. De acordo com essa linha de pensamento, eles são agentes do bem, trabalhadores produtivos e responsáveis por grandes parcelas da economia regional. Em certos casos, essa visão é até correta, mas os custos ambientais e sociais são enormes. Nesse sentido, estamos trabalhando com projetos pilotos para sensibilizá-los para práticas ambientais.

Em Mato Grosso, os projetos deram muito certo. No início, tínhamos muitas incertezas porque começamos a trabalhar em fazendas de grande repercussão. Tivemos muito cuidado para que todos entendessem que não estávamos trabalhando para ‘sojeiros’, mas que estávamos estudando as atividades destes para compreender como seria possível usar técnicas e estratégias mais sustentáveis. Foi assim que o Ipam construiu as suas recomendações de boas práticas para a soja e pecuária, que subsidiou o cadastro e lhe garantiu sucesso.



Desta iniciativa surgiu uma ONG dos próprios empresários, chamada Aliança da Terra, que desenvolve trabalhos com o Ipam. A Aliança da Terra que criou o cadastro de compromisso social que já ultrapassa dois milhões de hectares e que tem contribuído para o sucesso do nosso projeto. Neste cadastro, os empresários se comprometem a recuperar as áreas respeitando as boas praticas e o padrão legal, o que é um ganho muito grande.

Diálogos – Como esse trabalho é realizado?

Marcos Ximenes – O trabalho no Sudeste do Pará envolveu 26 empresários fornecedores diretos e 93 fornecedores indiretos da Bertim, empresa que atua em rede no setor do agrogócio, e que tinha financiamento do International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial. Os produtores se sensibilizaram porque percebem que a degradação ambiental já afeta a produtividade: as fazendas já estão perdendo água pelo desgaste da terra. Eles também estão sentindo a pressão do mercado e o crédito está restrito.

Nos projetos do sul do Pará, a principal condicionante são os créditos. O Banco Mundial fornece crédito para a Bertim e condiciona a empresa a exigir padrões éticos dos produtores de carne.

Diálogos – Há muitas críticas em relação ao financiamento por parte de bancos aos produtores de carne. Como o senhor avalia essa prática?

Marcos Ximenes – Pode-se interpretar essa questão de diversas maneiras. Muitos avaliam como sendo um horror um banco financiando produtores de carne.

Nós achamos o seguinte: eles estão fornecendo créditos, mas estão cobrando um padrão ético em contrapartida. Como a humanidade não vai parar de comer carne tão cedo, antes que se destrua tudo, vamos lá e ajudamos a criar este padrão ético para os produtores seguirem. Às vezes, é fácil fazer apenas campanhas voluntaristas. Não condenamos ninguém que faça, às vezes até ajudamos, mas só isso não é suficiente.

Diálogos – O senhor acha que a pecuária é a grande vilã do desmatamento?

“Como a humanidade não vai parar de comer carne tão cedo, antes que se destrua tudo, ajudamos a criar este padrão ético para os produtores seguirem”

Marcos Ximenes – Sim. A pecuária é vilã do desmatamento, não tenho dúvida. Entre 70% a 75% do desmatamento são motivados por essa atividade, que é a mais atrativa e que concorre com a cobertura vegetal.

O capital procura atividades que remuneram mais na Amazônia. Na região, diante da falta de cobrança de cumprimento da lei, a

pecuária é a que oferece essa vantagem. Gostamos de ver o Ministério Público recentemente fazendo esta cobrança. O desafio agora é mostrar que regulamentar e civilizar a pecuária pode trazer ganhos ambientais muito grandes. Por meio de critérios de manejo, é possível aumentar a produtividade e a rentabilidade. É só estabelecer alguns limites de expansão e definir critérios de zoneamento nas áreas onde é possível preservar.

Diálogos – Que tipo de restrição vocês enfrentam nesses projetos?

Marcos Ximenes – A grande restrição é a recuperação florestal, porque, ao recuperar a área florestal que foi desmatada além do limite da lei, o empresário perde renda. Ele vai substituir boi por floresta. Por isso, trabalhamos com critérios de compensação e estudamos mecanismos pelos quais, ao substituir boi por floresta, a renda também esteja garantida.

Estamos falando em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) e também envolvendo outros mecanismos de manejo que podem gerar renda. Para encontrar caminhos que viabilizam a recuperação florestal, contamos com pessoas experientes em floresta e também com o setor empresarial. Se conseguirmos que todos os produtores tenham um índice de pelo menos três cabeças de gado por hectare, reduziríamos por três a área demandada para a mesma quantidade de gado.

Diálogos – Como está sendo desenvolvido esse trabalho, qual é a proposta de compensação?

Marcos Ximenes – Vou dar um exemplo: se sou um fazendeiro e possuo uma terra excelente para criar gado e desmatei 80%, ou seja, 60% além dos 20% permitido por lei, é um sacrifício muito grande perder essa área. Pelo mecanismo, eu posso ter outra área que vou conservar em compensação à minha área desmatada, ou recuperar minha área, transformando pasto em floresta e recebendo por créditos de carbono acumulado.

“Se conseguirmos demonstrar que preservar é um negócio melhor do que criar boi, será uma grande vitória. Pelos nossos cálculos isso é possível”

Diálogos – E o caso contrário, eles podem receber por não desmatar?

Marcos Ximenes – Nós temos simulações nesse sentido. Se conseguirmos demonstrar que é um negócio melhor do que criar boi, será uma grande vitória. Pelos nossos cálculos, isso é possível. No entanto, é preciso coordenação do estado para que essa alternativa funcione. Ainda falta coordenação de ações e capacidade para fazer cumprir a legislação. Por exemplo, se um fazendeiro desmata e tem um pedacinho de terra para fazer compensação, depois um segundo proprietário tem outro pedacinho acolá, do ponto de vista ambiental, o efeito disso é pequeno. Serão apenas fragmentos. Mas, se o estado coordena uma ação dentro

de um processo de zoneamento e destina uma área para compensação, pode-se criar um espaço contínuo em um local mais propício para manter conservado. Assim, teremos um processo de compensação mais eficaz. Infelizmente, os governos não estão estruturados e não têm verba. O que existe atualmente são recursos internacionais que chegam por meio de cooperações bilaterais ou por organizações não governamentais. O dinheiro público é muito escasso para dar conta do processo todo.

Diálogos – O Ipam lida com os projetos envolvendo pequenos e grandes produtores. Existe algum mal-estar nesta situação?

Marcos Ximenes – Existem diferenças de interesse entre pequenos e grandes produtores e por isso as estratégias para lidar com eles também são distintas, mas é preciso trabalhar com os dois. O pequeno agricultor é aquele que tem uma produção familiar, de subsistência. Os grandes produtores normalmente são empresas. Existe também um setor intermediário, que é o fazendeiro médio. Este também tem uma articulação familiar, mas essa não é a mão de obra direta. São situações bem diferentes. O público que podemos trabalhar são os fazendeiros médios. Reitero que não podemos isolar ninguém, porque o que existe é uma cadeia em que devemos buscar relações mais justas. Temos que identificar problemas que existem, de um lado ou de outro, tentar coordenar estas relações, para que o pequeno não seja explorado e obtenha contratos mais justos quando se relacionar com os maiores.

Diálogos – Os projetos também contemplam contratos mais justos na exploração florestal?

Marcos Ximenes – Sim. Buscamos contratos justos entre madeireiros e assentados. Estamos elaborando os planos de manejo em assentamentos, para apresentar todo o método. Desta forma, o produtor venderá madeira sem destruir a área florestal. Pela forma tradicional, o madeireiro e os grileiros dominam o assentamento, compram a madeira desejada pelo preço que querem, sem nenhum critério, e destroem a floresta. Assim, em pouco tempo, a área de assentamento está totalmente desmatada. Se o desmatamento do pequeno produtor trouxesse uma vida melhor para ele e sua família, poderíamos até cogitar essa possibilidade, mas esse não é o caso. Essa relação com o madeireiro provoca só destruição e as pessoas continuam muito pobres e dependentes politicamente. É terrível.

Diálogos – No Pará há muita especulação de terras para criação de gado. Qual a dimensão desta realidade nesta área?

Marcos Ximenes – Nas frentes pioneiras, o sinal da ocupação é o desmatamento. A questão da especulação é um lado do problema. Já por outro lado, conhecemos casos de fazendeiros que tinham a reserva legal integral e essas áreas foram invadidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que, pela tradição brasileira enxergaram ali uma área sem utilidade, um latifúndio. Eu, por exemplo, tenho um sítio de 80 hectares, que é declarado latifúndio por exploração, por que eu não o desmatei. Essas contradições são terríveis e esses

são os fatores de avaliação reais dentro do jogo social. Se o empresário reconstitui a floresta dele na reserva legal com esse entendimento, ele vai ter um ônus muito grande para dar segurança a essa área. A discussão entre o governo e produtores sobre produtividade da terra é interessante para criar outro sinalizador para a especulação. Esta discussão afastada da polarização política e do oportunismo pode ser muito interessante. Adicionalmente, acho que o governo tem que investir fortemente na regularização fundiária. Hoje, temos um entulho documental que tem sido deixado pelo caminho. Eu não entendo por que o Estado tem receio de regularizar as áreas.

Será possível que várias gerações já passaram por ali e não podem concretizar propriedades dessas terras? Tudo isso cria uma confusão e insegurança muito grande com relação à propriedade. Se a pessoa tem um documento que vem do seu avô, mas é precário, na mente dela, o único modo de assegurar que a terra é sua é desmatar, cercar e criar boi. Assim, essa ocupação será respeitada, porque boi é respeitado. A pergunta é: como podemos quebrar esse jogo?

Diálogos – O que o governo precisa fazer?

Marcos Ximenes – Precisa ser sério, estar aparelhado para fazer o licenciamento, cobrar os padrões do licenciamento, acabar com a corrupção dos governos federal e estadual que intimida as pessoas e cria violência. Além disso, o entendimento de reforma agrária é meio atravessado. Por exemplo, o governo faz um assentamento e entrega um lote de 100 hectares para cada pessoa. Eu não sei onde está escrito que 100 hectares é algo bom. Então nós encontramos situações como a de uma viúva assentada que cria boi em quatro lotes. Ela é bem humilde e consegue se manter modestamente nesse espaço com suas vaquinhas. Ela está irregular, pois só pode ter um lote. O que acontece é que uma pessoa na mesma situação que a viúva se apresenta ao órgão federal dizendo que deseja regularizar a situação e a resposta que ela tem é: *“Olhe, você fique quieta sobre isso aqui porque é proibido”*. Essa é uma situação real e lastimável. Nós queremos amparar pessoas pobres que querem ter acesso trabalhando a terra, mas o mecanismo de assentamento ainda é um mecanismo de criar infelizes. O governo coloca as famílias distantes, em lugares remotos, sem infraestrutura e elas ficam vulneráveis na mão de grileiros. Nós estamos dando assessoria para o Incra na região da BR-163 para assentamentos em área de várzea, onde a situação é ainda pior.

Diálogos – O Plano BR-163 Sustentável não ajudou nesse sentido?

Marcos Ximenes – Uma das grandes construções dos parceiros não governamentais naquela área foi a criação de um ambiente de diálogo. O Plano BR-163, na minha avaliação, é nacionalmente exemplar. Tivemos uma proposta de construção de uma rodovia em que as comunidades eram contra e, depois de um processo de discussão, elas passaram a ser a favor mediante um plano de desenvolvimento. Isso foi um processo singular em discussão para criar infraestrutura na Amazônia que nunca aconteceu. O governo deveria dar um



prestígio muito grande a isso e fazer esse plano avançar. Hoje, as comunidades reclamam que os planos não foram cumpridos e o governo reconhece essa deficiência. Isso frustra.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso entre o acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre os diferentes atores na região. Dentro da sua área de atuação, o senhor considera esse objetivo relevante para a região?

Marcos Ximenes – Esse trabalho é muito importante. No âmbito do Projeto, o Ipam trabalhou na região para propiciar que todos os agentes presentes otimizem seus interesses em favor da conservação. Eu acho que o grande dilema é o seguinte: de um lado, os empresários têm desconfiança do governo nos procedimentos legais e a crença de que as vias corruptas são ágeis. E por outro, o governo não consegue encaminhar os processos com agilidade e resolver as coisas legalmente dentro dos órgãos. Os procedimentos são caros, exigem estrutura adequada e pessoas qualificadas. Os governos na Amazônia apenas iniciam a criação destas estruturas. Adicionalmente, a institucionalidade brasileira no campo ambiental tem fortes demandas de participação. Isso significa que, sem um processo de organização social para definição de agentes e dos interesse destes, fica difícil operar os processos de regularização. Por este motivo, o trabalho que tem sido feito pelo Projeto Diálogos de criar espaços de negociação é muito importante. Nós temos trabalhado neste sentido e ainda há muito a ser feito.

Em 2006, foi firmado um acordo entre as indústrias ligadas à soja – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) – e entidades da sociedade civil (Greenpeace, Conservação Internacional-Brasil, WWF-Brasil, Ipam e TNC), conhecido como Moratória da Soja. Com isso, as empresas se comprometem a não comprar soja oriunda de áreas na Amazônia que foram desmatadas depois do dia 24 de julho de 2006. Para implementar o acordo, foi criado o Grupo de Trabalho da Soja (GTS), que monitora os trabalhos da moratória.

Segundo o GTS, foram feitos avanços importantes nos três anos dessa iniciativa, mas o grupo de trabalho considera que ainda não foram criadas condições suficientes de governança no bioma para que seja possível suspender a moratória.

SUSTENTABILIDADE DEVE SER BUSCADA EM TODOS OS BIOMAS

Donald Sawyer é doutor em Sociologia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). Sawyer também é assessor do Instituto Sociedade, População e Natureza (Ispn).

Diálogos – Como o senhor avalia iniciativas de diálogos como a Mesa Redonda da Soja Sustentável, a Moratória da Soja e o Pacto do Desmatamento? Elas são efetivas?

Donald Sawyer – Considerando que há muita fragmentação e isolamento, pouco respeito entre as partes e insuficiente compartilhamento dos conhecimentos, evidentemente as iniciativas de diálogos são bastante positivas. Em relação ao projeto da Mesa Redonda, no entanto, participei de algumas conversas no WWF-Brasil quando esse trabalho estava começando e fiquei muito preocupado porque não havia uma visão clara aonde se queria chegar, nem como. Era uma ideia muito abstrata de diálogo. Acho que por trás de tudo existia um interesse em manter o suprimento da soja na Europa, especialmente na Holanda, sem maiores riscos de interrupção ou de prejuízos para as indústrias que dependem desse produto.

“Alguns grupos se recusaram a participar da Mesa Redonda porque achavam que o agronegócio deveria ser ‘varrido’ do mapa. Isso não é realista”

Para os holandeses manterem o nome do país, era importante manter o comércio sem “sujeiras”. Quanto ao lado brasileiro, para mim, a linha mestra estava clara: tínhamos de conter o agronegócio, em geral, e a soja, em particular, dentro das áreas já desmatadas. Não é o caso de fazer oposição sistemática ao agronegócio porque não é possível imaginar o Brasil ou o mundo sem ele. Alguns grupos se recusaram a participar da Mesa Redonda porque achavam que o agronegócio deveria ser “varrido” do mapa. Isso é pouco realista. Se toda a agricultura no Brasil fosse camponesa, o desmatamento seria ainda maior porque a produtividade seria menor e, conseqüentemente, mais áreas seriam utilizadas. Então, o agronegócio é necessário, mas novos desmatamentos deveriam ser evitados. Nas áreas desmatadas, há muitas pastagens que poderiam ser aproveitadas para lavouras.

Já sobre a Moratória da Soja, posso dizer que ela surgiu com um pecado grave: pensar que só existe meio ambiente na Amazônia e que o Cerrado serve apenas para desenvolvimento e, por isso, não tem importância. Não dá para resolver o problema só na Amazônia e sacrificar outros biomas. O Cerrado é importantíssimo também.

Diálogos – Na sua avaliação, há um caminho em que o agronegócio e o desenvolvimento sustentável são possíveis?

Donald Sawyer – Sim, desde que não seja só na Amazônia. Temos que pensar em todos os biomas, na sustentabilidade sistêmica, considerando a parte social e as interações entre as funções ecológicas.

Diálogos – Como atender à crescente demanda mundial pelos produtos do agronegócio sem causar impactos socioambientais na Amazônia e em outros biomas? O senhor visualiza uma saída?

Donald Sawyer – A saída é aproveitar melhor as áreas já abertas e desmatadas. O problema é que isso não é tão fácil porque ainda compensa mais desmatar áreas novas do que recuperar as degradadas. Cerca de 80% da área desmatada são pastagens com baixíssima produtividade, com uma cabeça de gado por hectare. Daria para usar parte dessa área para lavouras e aumentar a produtividade da pecuária com genética, com pasto melhorado e técnicas de manejo que já existem. A cana, a soja e o algodão, por exemplo, já têm padrões elevados de produtividade. Agora, devemos reduzir a erosão e a poluição dos fertilizantes e dos agrotóxicos nas lavouras. Para as *commodities* que abastecem o mercado mundial, seria possível promover a utilização mínima necessária de produtos químicos. Também seria importante reduzir as emissões do agronegócio que estão além dos impactos ambientais.

Diálogos – Quais são essas emissões do agronegócio?

Donald Sawyer – A agricultura industrializada utiliza insumos trazidos de longe. Compra-se a maior parte dos fertilizantes da Rússia, por exemplo. Depois exporta-se para Roterdã, (Holanda) e para a China, entre outros. Toda a produção e transporte desses insumos geram muitas emissões. No caso das lavouras, os fertilizantes geram o óxido nitroso, um gás de efeito estufa muito potente. A pecuária gera emissões de metano, outro potente gás de efeito estufa. Quando as chuvas são torrenciais, se não há uma cobertura vegetal consistente, o risco de erosão é grande. Desta forma, é necessário reduzir a erosão, aumentar a produtividade e a eficiência. Assim é possível compatibilizar o agronegócio com o meio ambiente, o bem-estar social, os direitos dos agricultores familiares e dos povos de comunidades tradicionais que habitam esses biomas.

Diálogos – Com relação às políticas governamentais, existem iniciativas que objetivam a redução do desmatamento, mas, ao mesmo tempo, o crédito agrícola promove a expansão da agricultura. Qual sua avaliação sobre essas políticas?

Donald Sawyer – Nesse sentido, as políticas públicas são bastante inconsistentes. Em primeiro lugar, o problema é que o objetivo principal é a redução do desmatamento na Ama-

zônia. No Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a meta de redução do desmatamento é para aquela região, como se o resto não importasse. Porém importa, e muito!

Mesmo dentro da Amazônia, o governo pensa principalmente na BR-163 e ignora Rondônia ou outros lugares onde está ocorrendo muito desmatamento. Dessa forma, o controle do desmatamento tende a ser mais localizado, mais restrito espacialmente. Embora alguns pensem que a redução do desmatamento ocorreu por causa de políticas de controle, tudo indica que a maior parte foi por mudanças no mercado. Atualmente, temos a crise econômica que dificulta a exportação. Enquanto o agronegócio é considerado algo vital para o desenvolvimento do País, como pode ser observado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também há apoio menos explícito, como o crédito agrícola. Rola-se a dívida, quer dizer, ela é refinanciada para manter o agronegócio.

Diálogos – Há uma percepção de que a diminuição do desmatamento é consequência do baixo preço das *commodities*. O senhor acredita nessa relação direta? É possível identificar um resultado da ação do governo no índice de desmatamento?

Donald Sawyer – É difícil separar as duas coisas. Ao observar as séries históricas, o desmatamento nas áreas de fronteira está muito relacionado à expectativa de ganho. Por um lado, tem muito a ver com a especulação imobiliária, que depende das tendências de mercado. Quando não há dinheiro, fica muito difícil desmatar, e, por isso, não há dúvidas de que a queda no desmatamento está ligada às condições econômicas. Entretanto, isso não quer dizer que as políticas não tenham efeito. Elas têm sim, mas se há perspectiva de ganhar muito dinheiro, os agentes econômicos não dão tanto peso para o risco da fiscalização. Se o ganho é pequeno, a fiscalização tem uma importância maior. Assim, é a combinação dos dois fatores.

Diálogos – Quem deve pagar pelo custo ambiental de expansão do agronegócio e da infraestrutura da Amazônia? Como?

Donald Sawyer – Os beneficiários deveriam arcar com os custos, porém, é uma equação complicada. Ela depende de como se define o custo ambiental. Os produtores dizem que se eles vão cuidar do meio ambiente, então a sociedade deveria pagar.

Até certo ponto isso tem lógica, mas existem pelo menos dois “poréns”: em primeiro lugar, é complicado argumentar que alguém deve ser pago para deixar de fazer o mal. Surge, então, um problema ético de remunerar alguém para não produzir um problema. O segundo ponto é saber de onde virá o dinheiro. Pode haver dinheiro suficiente para financiar projetos pontuais. No entanto, para pagar todos os serviços ambientais necessários para a real redução das emissões

“É complicado argumentar que alguém deve ser pago para deixar de fazer o mal”

por desmatamento e degradação, seriam necessários bilhões. No fim, o consumidor ou o contribuinte iriam pagar por isso.

Diálogos – O senhor acredita que o asfaltamento da BR-163 influenciará os custos da produção?

Donald Sawyer – Eu não sou especialista no assunto e imagino que quem propôs o asfaltamento fez os devidos cálculos e viu que seria mais barato exportar via Santarém, no Pará, em vez de mandar pelos portos da região Sudeste. Quem estava muito animado com isso, disposto até a pagar, desistiu muito rapidamente de contribuir para os custos do asfaltamento. Isso aconteceu certamente por causa da queda dos preços internacionais e de outros fatores de conjuntura econômica. Quanto aos impactos da estrada em termos demográficos, quando vim ao Brasil em 1968 para fazer pesquisa sobre a Belém-Brasília, eu vi que os impostos não são automáticos. Também fiz muita pesquisa em Rondônia, onde logo depois do asfaltamento da BR-364 a imigração despencou. A BR-319, que foi aberta há quase 40 anos, não gerou uma grande imigração na região. Assim, não é automática uma explosão demográfica devido ao asfaltamento de estrada. Tem a ver basicamente com a concorrência entre os diversos lugares. A estrada tanto pode atrair gente para uma região como pode facilitar a saída. Pode acontecer também da rodovia implicar em processos de ocupação por atividades de pecuária ou lavoura mecanizada que expulsam populações.

Diálogos – Como é possível manter a responsabilidade socioambiental para além da propriedade no processo de escoamento da produção?

Donald Sawyer – Provavelmente pagando imposto. É a contrapartida fiscal dessa atividade econômica. Nesse caso, seria possível ter arrecadação, recursos suficientes no setor público para cuidar de educação, de saúde, de meio ambiente. Não seria uma responsabilidade particular, individualizada, mas por meio do setor público mesmo.

Diálogos – É possível adequar o agronegócio ao mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd)?

Donald Sawyer – Na minha opinião, não é possível na escala necessária para realmente fazer a diferença em termos das emissões.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso entre o acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre os diferentes atores na região. Dentro da sua área de atuação, o senhor considera esse objetivo relevante para a região?

Donald Sawyer – Não é exatamente uma questão de consenso. O diálogo é possível, mas imaginar que isso gere realmente consenso, acho exagerado. Dá para compatibilizar

atividades a princípio conflitantes, especialmente quando temos um território tão vasto quanto o Brasil, a Amazônia ou a área de influência da BR-163. Mesmo para os agricultores familiares e os povos de comunidades tradicionais, é importante ter infraestrutura de transportes e comunicações, acesso a mercados e a diversos serviços possíveis quando se tem uma rede urbana. É importante defender os direitos desses grupos para que não sejam expulsos de suas terras e prejudicados pelo agronegócio.

Em alguns casos, isso significa até promover conflito porque o grande perigo é o conflito silencioso e invisível, que afeta muita gente sem ser anunciado. O diálogo pode acontecer até no sentido de identificar os conflitos latentes para que possam ser resolvidos e não apenas ignorados.

O projeto Mesa Redonda da Soja Sustentável foi lançado em agosto de 2003. Quem apresentou o modelo foi Patrick Cooper, do WWF Internacional, que dirige o programa Forest Conversion Initiative (Iniciativa Conversão de Florestas). O objetivo da iniciativa é assegurar que florestas, mananciais, habitat de espécies-chave de elevado valor de preservação nas ecorregiões focadas, não mais sejam ameaçadas pela expansão do óleo de palma e da soja. No Brasil, o projeto é liderado pelo WWF-Brasil.



A SAÍDA ESTÁ NO PAGAMENTO POR SERVIÇOS ECOLÓGICOS

John Carter é empresário do agronegócio, além de sócio-fundador e diretor-geral da organização Aliança da Terra, que busca incentivos para a conservação ambiental no agronegócio. Nascido nos Estados Unidos, no Estado do Texas, mora no Brasil desde 1997, na região do Xingu (MT), onde administra duas fazendas de gado comercial.

Diálogos – Qual sua avaliação sobre as iniciativas de diálogos, como a Mesa Redonda da Soja Sustentável?

John Carter – A Mesa Redonda da Soja tem um papel importante por criar regras para a agricultura na fronteira amazônica. São regras adequadas para o Brasil e que também podem ser aplicadas em outros lugares do mundo.

Diálogos – É possível conciliar a produtividade do agronegócio com a responsabilidade socioambiental?

John Carter – É possível sim, contudo, o maior gargalo para que isso aconteça é que as regras são criadas por pessoas da cidade e não do campo. Baseadas em ideias urbanas, elas se esquecem da realidade econômica: até hoje ninguém pagou um centavo pela conservação do mundo ou para deixar um hectare em pé. O setor agropecuário precisa ter voz mais ativa nesse sentido.

Agora que nós estamos quase acabando com as áreas nativas, o mundo está preocupado e, claro, buscando soluções para diminuir o desmatamento. A questão econômica, da mesma forma, continua esquecida. A força que empurra a mata para baixo é enorme e simplesmente criar uma moda chamada socioambiental não resolve o problema. Ele precisa ser resolvido na ponta do lápis, de alguma forma em pagamentos pelos serviços ambientais. A sociedade tem de achar uma solução para pagar quem não desmatou pelo serviço feito: manter uma porcentagem enorme da propriedade em mata. A Mesa Redonda, inclusive, é um lugar bom para o começo dessa discussão.

Diálogos – O senhor visualiza uma saída para atender à crescente demanda mundial pelos produtos do agronegócio sem causar impactos socioambientais na Amazônia e em outros biomas?

John Carter – Com as mudanças climáticas e o aquecimento global, vamos ter de produzir mais com menos quantidade de terra. Nós sabemos da importância da mata e da necessidade de produzir alimentos para sustentar uma população crescente que vai dobrar nos próximos 100 anos. Com a tecnologia de hoje, se houver boa-fé e vontade dos setores gover-

namental, produtivo e ambientalista, tenho certeza absoluta que a solução será alcançada nos próximos cinco anos.

Diálogos – De onde vem essa certeza?

John Carter – A cada dia ocorrem mais reuniões, existe mais espaço na mídia sobre o assunto e a população está exigindo uma solução. O Brasil tem uma capacidade fenomenal de dobrar a produtividade sem abrir mais um hectare, embora esse fato não elimine o perigo de desmatamento. As ferramentas estão postas na mesa, as peças do quebra-cabeça estão juntas, agora é preciso achar a melhor forma de distribuir as despesas dos serviços ambientais. É o momento de decidir se a conta vai ser paga pelo consumidor, varejo, frigorífico ou produtor. A solução, sem dúvida, vai ser uma distribuição dessas despesas na cadeia toda, mas o produtor precisa ser recompensado de alguma forma pelo serviço prestado.

Diálogos – Quem deve arcar com o custo ambiental da expansão do agronegócio e da infraestrutura da Amazônia?

John Carter – Algumas contas são de responsabilidade do produtor. Afinal, quem possui terra tem o dever de cuidar dela. A utilização de boas práticas de conservação do solo, de manutenção de mata ciliar são deveres de qualquer produtor do mundo.

O Brasil tem uma legislação muito mais avançada do que outros países, porém a parte econômica ficou esquecida. Agora, temos de encarar a verdade: a mata não vai ficar em pé simplesmente com uma lei. A minha opinião, e da Aliança da Terra, é que deve haver um reajuste mundial no preço de comida, de *commodities* no geral. É simplesmente uma despesa por manter essa mata conservada. O setor frigorífico não tem margem suficiente para pagar; o varejo tem uma margem maior, mas não quer arcar com isso; o consumidor, eu não tenho a menor dúvida, vai ter de pagar mais para comer no futuro.

Diálogos – No caso do Brasil, especificamente, o consumidor já paga muitos impostos. Então seria mais uma carga para ele. O senhor não acha muito?

John Carter – Quanto é muito? Ninguém sabe ainda. A Aliança, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), tentou quantificar o custo ambiental por propriedade. Um ponto importante de fato refere-se aos impostos, principalmente os de importação de produtos brasileiros. Se os países europeus e os Estados Unidos querem ajudar na conservação da Amazônia, seria necessário um desconto nas tarifas de importação, um jeito fácil e direto de beneficiar quem faz a coisa certa.

“O consumidor vai ter de pagar mais para comer no futuro.(...) Comida não é cara porque ninguém nunca pagou o preço de conservação”

Nós queremos lutar por essa fonte de pagamento de serviços ambientais, baseada em governos, para beneficiar quem produz na Amazônia. Comida não é cara, porque ninguém nunca pagou o preço de conservação. Em outras áreas os custos, são embutidos no preço, mas isso ainda não aconteceu no setor produtivo.

Diálogos – Se de um lado, o governo incentiva ações de redução do desmatamento, por outro, estimula a expansão da agricultura com o crédito agrícola. O senhor acredita que há contradição nessas políticas?

John Carter – É preciso achar o equilíbrio entre os projetos de conservação e de expansão da agricultura. A comunicação entre os órgãos do governo parece um pouco falha. Quem está acessando crédito deve pagar menos juros; quem está legal na Amazônia deve receber desconto; quem quer dinheiro para plantar soja em Mato Grosso e está dentro da legalidade deve receber pelo fato de obedecer à lei. Essas medidas parecem não merecer bônus, mas quem conhece a realidade sabe que seria um incentivo para atrair outros produtores para a legalidade. A criatividade é necessária e o governo está mostrando sinais positivos nesse sentido por meio do Ibama, dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Eles estão mais abertos, mudaram muito nos últimos três anos. O Brasil está mais avançado nesse assunto do que a maioria dos países e nós temos de apoiar o governo para alcançar esse nível de sustentabilidade que todo o mundo quer.

Diálogos – Qual seria a explicação para a dívida existente no setor, apesar do apoio dado pelo governo ao agronegócio? Os incentivos são insuficientes?

John Carter – O setor produtivo precisa de apoio do governo, principalmente nas áreas de expansão, onde a logística é terrível. Por isso, há um custo mais alto na produção de créditos, insumos. O governo brasileiro está fazendo a coisa certa para expandir mais uma vez o PIB ligado ao setor produtivo, porque ninguém vai plantar em Mato Grosso sem incentivo. Não estou falando em área de mata, mas de Cerrado.

“É praticamente impossível para o produtor fazer tudo o que a lei exige e manter as contas no verde”

A logística é difícil, mais complicada do que, por exemplo, a produção de soja no Paraná. Então, em vez de punir o produtor, é preciso dar um crédito para ajudá-lo a fazer a coisa certa, que representa um custo maior. Quem vive dessa atividade sabe que, para fazer tudo em conformidade com a legislação em áreas de transição em Mato Grosso, é necessária ajuda divina, ser quase um santo. É praticamente impossível para o produtor fazer tudo o que a lei exige e manter as contas no verde.

Diálogos – Há uma percepção de que redução do desmatamento é consequência do baixo preço das commodities. O senhor acredita nessa relação direta?

John Carter – Eu tenho certeza de que depois de vários anos de preços baixos e de alguns problemas na produtividade, o produtor está endividado. Ninguém tem capital disponível para investir em aberturas de novas áreas. Então, temos que prestar atenção porque nos próximos dois ou três anos, até mesmo um ano, os preços das *commodities* vão começar a subir de novo e haverá mais capital disponível para abrir novas áreas.

Diálogos – O senhor considera possível identificar resultados da ação do governo na diminuição do índice de desmatamento?

John Carter – Sim, sem dúvida. A pressão e as ações governamentais ajudaram, mas é preciso uma mudança de estratégia para não punir quem tenta produzir honestamente. O governo tem de mudar a forma de agir com o produtor. Deve entrar mais com a mão estendida para ajudar e fiscalizar as áreas públicas, como as unidades de conservação, por exemplo, que têm problemas sérios de desmatamento ilegal e estão fora do setor produtivo. O governo fez uma pressão positiva para diminuir o desmatamento sim, ninguém pode negar, mas isso aconteceu na mesma época em que as *commodities* estavam em baixa.

Diálogos – Quais são as expectativas com o asfaltamento da BR-163 no tocante ao custo para a produção?

John Carter – É consenso que o asfaltamento da BR-163 vai fortalecer os estados de Mato Grosso e do Pará. O escoamento de grãos vai subir ao norte, em vez de voltar para o Paraguai e Santos. Isso é muito importante para o Brasil, para o cidadão brasileiro. Falar que vai aumentar o desmatamento, não basta. Já existe desmatamento na BR-163, as cidades estão crescendo, há pessoas morando no meio do mato. É uma questão social. Com toda a tecnologia que existe e a boa vontade do mundo em ajudar, não é possível que, em 2009, não exista uma forma de asfaltar e também de diminuir o desmatamento ilegal.

Diálogos – Além do asfalto, o que é necessário, em termos de infraestrutura, para o escoamento? A infraestrutura portuária de Santarém, no Pará, suporta esse aumento de produção?

John Carter – Eu acho que não suporta, mas a questão não é somente Santarém. Tem São Luís, no Maranhão; tem a BR-158, por onde futuramente uma maior porcentagem dos grãos do estado deve sair depois que o asfalto for concluído em trechos entre Ribeirão Cascalheira, em Mato Grosso, com Vila Rica, na divisa com o Pará. Com a ferrovia Norte-Sul, talvez seja criado um ramal, em formato de T, que entre na região de Gaúcha do Norte e Sorriso, em Mato Grosso. A produção de grãos no estado cresce todo ano, agora é necessário



descobrir como alavancar a logística com projetos que garantam que o impacto ambiental seja reduzido.

Diálogos – Como seria possível manter a responsabilidade socioambiental para além da propriedade no processo de escoamento da produção? O senhor considera isso possível?

John Carter – Essa pergunta deve ser feita para o governo. O governo precisa agir porque essa questão é da União. Tenho certeza absoluta que se o setor produtivo tiver incentivo, agirá com um nível de profissionalismo inacreditável. Existe uma série de mapeamentos e organizações não governamentais atuando no norte de Mato Grosso, como a Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e Instituto Centro de Vida (ICV), que podem apoiar iniciativas governamentais. O governo, por sua vez, com o dinheiro do Fundo da Amazônia, criado para captar recursos para ações de preservação da floresta, deve investir em equipes de fiscalização. O dinheiro existe, agora é só criar essa rede de fiscalização. Não é uma tarefa impossível, só falta boa vontade.

Diálogos – Em uma determinada entrevista o senhor afirmou que poucas organizações não governamentais ambientalistas aceitavam o risco de apoiar o produtor rural e o dono da floresta em terra privadas. Por quê?

John Carter – Isso está mudando. Entendeu-se que é preciso apoiar o produtor porque sem o envolvimento dele estamos perdidos. São várias unidades de conservação, terras indígenas, etc., esparramadas no meio de áreas privadas. Se o produtor não conseguir controlar o fogo, por exemplo, serão queimadas as áreas de conservação. A estratégia dos ambientalistas nos últimos 30 anos foi a da “bomba atômica”: criar problemas, jogar na mídia, falar que a onça pintada vai ser extinta, que o vilão do ano é a soja. No ano passado, foi a pecuária. Blairo Maggi – governador de Mato Grosso e produtor de soja – ganhou o “prêmio” Motoserra de Ouro, do Greenpeace.

Os índices de desmatamento até 2004 eram absurdos: 18 mil quilômetros quadrados por ano. Isso mostrou que as estratégias das organizações não governamentais não deram certo, não provocaram a diminuição do desmatamento. Deram certo na criação de unidades de conservação, sem dúvida, e foi uma vitória muito importante, mas o produtor precisa de apoio, e ele foi colocado como o vilão da história. Então foi difícil para os ambientalistas engolirem esse comprimido amargo. Agora, o terceiro setor está mudando, apoiando, embora ainda um pouco distante.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso no acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre os diferentes atores na região. Dentro da sua área de atuação, o senhor considera esse objetivo relevante?

John Carter – Sim, é muito relevante e tenho certeza que vai gerar frutos positivos. Nós temos de criar pontes entre cada setor, um objetivo comum em que cada ator saiba o seu papel. A verdade é que, para deixar a Amazônia e outras áreas de mata tropical em pé, é preciso gerar um valor, algum pagamento para esse serviço prestado, e sem diálogo nada vai acontecer. Desta forma, começamos a educar o consumidor e a sociedade sobre o problema. Com as perspectivas de aumento na temperatura global em um nível perigoso nos próximos 80 ou 90 anos, chegou a hora de a comunidade mundial ter a Amazônia como projeto piloto.

O projeto piloto Xingu é executado em parceria entre a Aliança da Terra, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), produtores e uma instituição financeira que disponibilizou recursos para a recuperação de mais de 40 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP). Abrange 10 propriedades da Bacia Hidrográfica do Xingu pertencentes ao Cadastro de Compromisso Socioambiental. Acredita-se que com carbono absorvido na recuperação dessas áreas, os chamados créditos de carbono, pode se transformar em uma renda a mais para o produtor rural. O projeto foi dividido em etapas. Primeiramente, foi selecionada a área a ser recuperada, demarcada pela equipe da Aliança da Terra e Ipam. Com a área determinada, os funcionários receberam um treinamento sobre as técnicas que podem ser utilizadas na recuperação das APP. Hoje, com as áreas já plantadas a equipe da Aliança da Terra e Ipam fazem vistorias para acompanhar o crescimento da vegetação e auxiliar os produtores na manutenção da área.



CAPÍTULO 3

GESTÃO FLORESTAL

SERVIÇOS ECOLÓGICOS

É preciso remunerar para reduzir o desmatamento

Isabella Teixeira

Governo precisa avançar na discussão sobre serviços ecológicos

Mauro Armelin

Iniciativas estaduais apostam em pagamentos por serviços ecológicos

Maurício Phillip

MANEJO FLORESTAL

Setor madeireiro aposta em manejo florestal

Hélio Moreira

Manejo florestal deve ser prioridade de investimento

Johan Zweede

A visão das comunidades sobre o manejo florestal

Rubens Gomes

Governo tem papel decisivo no fomento ao manejo florestal

Antônio Carlos Hummel



SERVIÇOS ECOLÓGICOS

CAPÍTULO 3 – GESTÃO FLORESTAL

É PRECISO REMUNERAR PARA REDUZIR O DESMATAMENTO

Izabella Teixeira é doutora em Planejamento Energético e bióloga. Desde 2008, ocupa o cargo de secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente.

Diálogos – Quais são os principais aspectos contemplados no Plano Nacional sobre Mudança do Clima?

Izabella Teixeira – Do ponto de vista político, percebe-se uma mudança de postura do governo brasileiro, não somente em relação às metas voluntárias para redução do desmatamento, mas também um olhar sobre as políticas públicas em prática no Brasil. O Plano Clima tem um aspecto inovador porque reúne as iniciativas na área de energia, de florestas e de outros diversos setores, e procura “fotografar” como o Brasil trabalha essas políticas e pensar qual é a contribuição de cada um para a questão de mudanças climáticas no planeta. Neste sentido, quando falamos que a matriz energética brasileira contribui pouco é porque o setor de energia do Brasil não é preponderante nas emissões de gás de efeito estufa, como ocorre em países desenvolvidos. Assim, o Plano mostra não só o panorama do setor de energia, mas o desempenho da indústria, as demandas e ofertas. Ele sinaliza uma visão geral de como é que nós podemos aperfeiçoar esse diálogo, essa interlocução entre o setor de energia e a agenda climática. Do mesmo modo acontece em relação aos transportes e à indústria. Esperamos avançar ainda em outras políticas, como a agrícola, por exemplo.

O Plano também sinaliza como teremos de trabalhar para avançar em uma leitura mais estratégica, não apenas de “medicação”, mas também de adaptação aos efeitos de mudanças climáticas. Além disso, ele tem um ganho nacional: procura alinhar as iniciativas e colocar a questão em um primeiro patamar de discussão do governo.

Diálogos – No plano de expansão energética está prevista a ampliação da matriz de energia por termoeletricas. É uma energia considerada “suja”. De que forma isso está em contradição com o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima?

Izabella Teixeira – Temos de levar em conta dois aspectos nessa situação. O primeiro, se considerarmos termoeletrica *lato sensu*, posso afirmar que a energia nuclear é termoeletrica. Do ponto de vista de termoeletricidade, ela não tem efeitos negativos sobre a questão climática. O problema da indústria nuclear, no caso do metal, é sobre resíduos tóxicos ou que não têm ainda respostas tecnológicas viáveis economicamente para neutralizá-los no tempo de vida útil da radioatividade. O segundo aspecto é quando se considera termoeletrica associada a combustíveis fósseis, esses sim são problemáticos. Também devemos lembrar que existe uma gradação entre gás natural, óleo, combustível, carvão mineral, enfim, esses mais sujos. O gás natural é menos impactante do ponto de vista de poluição e de emissão de carbono equivalente.

Não é à toa que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) já tem entendimentos com o Ministério de Minas e Energia (MME), que também é parte do grupo que estabeleceu o Plano Clima.

A ideia é avançarmos em uma política de substituição do combustível fóssil de térmicas mais sujas, do ponto de vista de gás de efeito estufa, como o óleo diesel, carvão e gás natural. É uma forma de reduzir o potencial de emissão.

“Ao fazer a opção por combustível sujo, as emissões associadas ao uso do carvão mineral e óleo combustível têm de ser neutralizadas”

Diálogos – Outra discussão está relacionada à mitigação dessas emissões, como trabalhar nesse sentido?

Izabella Teixeira – Ao fazer a opção por esse combustível sujo, as emissões associadas ao uso do carvão mineral e óleo combustível têm de ser neutralizadas. É o que determina uma instrução normativa editada pelo Ibama recentemente e que tem sido objeto de um debate estratégico. Isso não é diferente do que vemos em países desenvolvidos, como o Reino Unido, que está procurando mitigar o impacto ambiental que decorre do uso dessas fontes energéticas. Então o Brasil está na contramão? Não. O País está em um processo para fazer com que a matriz energética brasileira seja a mais limpa possível. Devemos levar em conta dois aspectos importantes: um está relacionado com a segurança energética, com a diversidade da matriz. Nós passamos por uma crise de energia e isso mostra o quanto o Brasil pode ficar vulnerável, então, a diversidade é algo associado ao conceito de segurança.

O outro aspecto é a eficiência energética, também contemplada pelo Plano Clima. Nós brasileiros já experimentamos essa eficiência tanto na hora de consumir um mínimo de energia, com a crise, quanto na procura de avanços tecnológicos, inclusive nos equipamentos de repotenciação de hidrelétricas, entre outros. Então, no âmbito do governo, o Plano Clima é indutor e facilitador do diálogo para se aperfeiçoar a matriz energética brasileira em função das razões climáticas.

Diálogos – O Brasil tem uma capacidade grande de aproveitamento dos ventos para gerar energia. Há estudos sobre assunto? Alguma previsão para aproveitamento eólico?

Izabella Teixeira – O Brasil tem mapas eólicos e potencial estimado. Existe atualmente uma discussão, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas Energéticas e no próprio MME, para ampliar a participação de energia renovável/eólica nos leilões de energia. Isso também é fruto das discussões em relação à questão climática, então quando digo que o plano é indutor de um processo de negociação política, afirmo três questões: uma é que nós avançamos nas discussões de mitigação associadas às chamadas fontes sujas; a segunda é que nós também melhoramos efetivamente o aproveitamento energético no País, substituindo inclusive fontes sujas por limpas; a terceira é que vamos olhar para uma maior participação das renováveis na matriz energética brasileira. Essa é uma linha do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Não é por razão diferente que, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) existe um programa chamado Minha casa, minha vida, o PAC habitação. O MMA negociou a inclusão da energia solar para aquecimento residencial como parte dos objetivos do Plano Clima.

Diálogos – A senhora acredita que as metas estabelecidas no Plano em relação ao combate ao desmatamento são viáveis? Qual a participação do governo na redução ou até no aumento do desmatamento?

Izabella Teixeira – As metas são viáveis. Elas foram discutidas pela Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas e todos os setores envolvidos. Há um esforço do Ministério do Meio Ambiente e da Casa Civil, que coordena o Plano de Combate ao Desmatamento, para o cumprimento dessas metas.

É importante observar que o Brasil instituiu o Fundo Amazônia e ele recebe recursos por desempenho. Não ganhamos para diminuir o desmatamento da Amazônia, mas podemos receber recursos por termos diminuído, por metas alcançadas. É interesse estratégico do governo brasileiro reduzir o desmatamento na Amazônia e o Governo Lula tomou medidas nessa direção. Os objetivos são consistentes? Sim, há um esforço monumental para fazer isso acontecer. Existe inclusive a discussão da versão atualizada do Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) que devemos lançar brevemente.

Além disso, não é apenas combater o desmatamento. Temos que introduzir ou consolidar práticas sustentáveis de remuneração daqueles que têm áreas e florestas. Recentemente, o Presidente Lula entregou os primeiros cheques remunerando as cadeias de castanha e da borracha sobre o pagamento de preços mínimos para esses produtos. Então, as cooperativas começam a receber recursos. Isso garante a compra ao produtor, algo que antes não acontecia. Assim é eliminada a prática do subpreço ou a falta de estímulo para a produção. Há a ainda a discussão de pagamento por serviços ambientais.

Diálogos – Então, qual a posição do governo em relação ao pagamento por serviços ecológicos?

Izabella Teixeira – É totalmente favorável. O governo encaminhou a proposta de projeto de lei ao Congresso Nacional em julho de 2009. Isso é uma ação absolutamente estratégica da concepção dos objetivos de proteção das florestas tropicais no Brasil. É preciso pagar pelos serviços ecológicos que os ecossistemas florestais trazem para a humanidade, é justo. Nós temos experiências em projetos piloto recentes que mostram resultados. Em maio, o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc entregou, em parceria com a The Nature Conservancy e com o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, os primeiros cheques de pagamento por serviços ambientais para agricultores familiares que mantêm as suas matas na região do Guandu, que é o rio que abastece a cidade. Isso mostra que há condições de se trabalhar a partir da receita do Comitê de Bacia.

Diálogos – Existem estudos provando a redução do desmatamento nessa área?

Izabella Teixeira – Os agricultores estão não só reduzindo, mas recuperando as áreas de preservação permanente e reserva legal para serem remunerados.

“A política concreta, como o pagamento pelos serviços ambientais que o projeto de lei prevê, permite remunerar com mecanismos claros”

Diálogos – Existe uma crítica de que este debate é muito político e que não chega à ponta. Como concretizar o pagamento dos serviços para quem vive na floresta?

Izabella Teixeira – A política concreta, como o pagamento pelos serviços ambientais que o projeto de lei prevê, permite remunerar com mecanismos claros. Porém, isso é ainda uma discussão. Agora, por exemplo, a remuneração de produtos extrativistas, com o preço mínimo, é uma política pública consolidada.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) instituiu os preços mínimos, garante o mercado, a compra, e ainda estabelece que parte desses produtos deva compor a merenda escolar. Há um vínculo por parte da produção a outro programa do governo, e uma compra. Então, não estamos mais em uma pauta teórica, como há 10 anos. Contudo, ainda há muito a fazer, como avançar em modernização do manejo florestal comunitário em reservas extrativistas, por exemplo. A intenção é que as comunidades de reservas extrativistas possam fazer manejo em suas florestas e serem remuneradas por isso. Significa estimular a manutenção das florestas e remunerar justamente, no preço de mercado, aqueles que preservam e têm ali um ativo, não só ambiental, mas econômico.

Diálogos – Outra crítica é sobre uma possível mercantilização em torno da preservação com a adoção de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) ligados ao mercado de carbono. Qual a sua opinião sobre isso?

Izabella Teixeira – Eu adoraria que as pessoas preservassem o meio ambiente por se preocuparem com ele de fato, assim não estaríamos nos patamares atuais de desflorestamento e degradação ambiental.

A questão climática veio para ficar como uma variável que determina uma incerteza nos cenários ambientais e econômicos. Essa variável passa a ser determinante em qualquer cenário de modelagem econômica no mundo. A pauta não é mais restrita a ambientalistas ou a cientistas interessados em salvar o planeta. Ela é global e interessa às relações comerciais, políticas, ambientais, sociais, institucionais e de governança de todos os países. Então, é natural a procura por mecanismos econômicos para dar suporte à implementação dessas novas estratégias em uma economia mais sustentável. Não estamos falando de lucro de A ou de B, mas de uma ordem econômica. Adoraria que fosse assim, mas ninguém vai plantar ou salvar o planeta por salvar. Então, acho que quem mantém a floresta em pé deve ser remunerado. Essas pessoas têm um ativo e são responsáveis pela preservação desse ativo. Elas gastam para garantir que ele fique, por exemplo, 60 anos, 70 anos intocável. Trata-se de colocar a sustentabilidade ambiental em uma lógica financeira. Isso também tem a ver com a redução da pobreza, porque garante, por exemplo, que agricultores familiares com áreas preservadas possam ter renda agregada associada a um serviço ambiental que a sua atividade econômica propicia.

Então, se o Redd vai favorecer a mercantilização ou não, a lógica econômica sobre proteção sinaliza que se deve pagar pelo desmatamento evitado. O custo e a oportunidade de desmatar não podem substituir os de não desmatar. Nos últimos 20 anos, há inúmeras discussões sobre como a floresta em pé é muito mais valiosa do que desmatada, não só do ponto de vista de qualidade de vida, mas econômico. Vários modelos praticados no mundo e muitas análises revelam que é preciso remunerar para evitar o desmatamento. Não há como fugir dessa política.

Diálogos – Essa remuneração seria apenas para quem deixa de desmatar ou teria de necessariamente estar aliada ao desenvolvimento de outra atividade?

Izabella Teixeira – Um agricultor familiar que, por exemplo, mantém a floresta da sua área em pé, está gastando porque poderia substituir por outra plantação e ser remunerado por isso. Se eu remunerar e ele tem uma agricultura que eu possa combinar, há agregação de renda para essa pessoa. Do ponto de vista econômico parece uma solução bastante razoável. Idem do ponto de vista social e ambiental, porque há a floresta e uma oportunidade de negócio. Ao preservar os ecossistemas, a fauna e a diversidade são mantidas e há redução da incerteza associada à degradação ambiental, cujo custo é repartido entre a sociedade. Quando ocorre uma inundação, por exemplo, em uma área de preservação permanente, quem reparte o custo somos nós contribuintes. Basta ver o que aconteceu em Santa Catarina. A sociedade paga o custo negativo de uma emergência ambiental. Assim, se é possível prevenir, por que temos de ser reativos e pagar uma conta mais alta? É uma discussão que merece amadurecimento.

Diálogos – Se simplesmente paga-se a pessoa para manter a floresta em pé e ela resolve não fazer mais nada, não exerce nenhuma outra atividade, viraria assistencialismo?

Izabella Teixeira – Por que assistencialismo? Se eu sou dono de uma propriedade, tenho de pagar imposto, manter a área, morar ali e cuidar. Não é só deixar a floresta em pé, ir embora e esquecer. Basta conversar com quem tem Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) para saber o custo de manutenção e proteção. Então não é uma situação passiva, ao contrário, é oferecido o pagamento àquele que preserva.

Nos municípios, a lógica é semelhante. Há experiências consolidadas em vários locais com o ICMS ecológico, que na verdade é o reconhecimento de que os municípios com áreas preservadas podem e devem ser remunerados por meio de um imposto. Nesse caso, trata-se de uma melhor distribuição do ICMS arrecadado pelo estado. O resultado dessa experiência é que os municípios começam a ter interesse na preservação, proteção e recuperação. Eles estão criando unidades de conservação, melhorando os serviços ambientais associados. Isso significa qualidade das águas, biodiversidade conservada e protegida. O plano diretor da cidade começa a ser pensado com essas salvaguardas ambientais. Não é simplesmente passar o trator, cimentar área de brejo, construir praça ou rodovia.

Diálogos – No caso das florestas públicas, como está a discussão em torno da repartição dos benefícios entre os diferentes níveis de governo?

Izabella Teixeira – A Lei de Florestas Públicas (Lei nº11.284/2006) define essa repartição. A primeira concessão florestal é a da Floresta Nacional Jamari, em Rondônia, que começará a ser paga no segundo semestre de 2009. Para isso, o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando em duas frentes e uma delas é como viabilizar a repartição por intermédio desses recursos que entram no Fundo Nacional de Florestas. Além disso, é preciso definir como será o processo de aprovação de projetos no fundo federal pelo Serviço Florestal e ICMBio.

Outra discussão que merece ser observada é o repasse dos recursos para estados e municípios. Não queremos que eles sejam apenas alocados como, por exemplo, ocorre com os *royalties* de petróleo que, muitas vezes, os municípios e estados recebem, mas não se sabe como os recursos foram aplicados porque os objetivos não estavam definidos. No caso dos objetivos ambientais, vamos trabalhar em uma regulamentação específica, em parceria com estados e municípios, para ter a concepção dos objetivos da lei absolutamente alcançados.



Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso no acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre os diferentes atores na região. Dentro da sua área de atuação, a senhora considera esse objetivo relevante?

Izabella Teixeira – Sou sempre a favor de espaços para diálogos, negociações políticas, conciliações e diversidades. Estamos em um país extremamente diverso do ponto de vista cultural, político, social e ambiental. Espaços que possibilitam evoluir na construção de bases políticas mais sólidas em torno da proteção da Amazônia, assim como a diversidade de opiniões, são importantes. É quando também aprendemos algo com a natureza: a diversidade biológica. Temos de reconhecer as diferenças, as divergências e, assim, evoluir para uma pauta mais sólida do ponto de vista da política ambiental. E ainda mais que isso, temos que contribuir para o incremento da eficiência ambiental nas políticas públicas. A questão da sustentabilidade é praticada pelo governo, mas não está associada a uma política dele, é uma política de Estado. Ela transcende os anos de governo até porque trabalha com uma escala de tempo muito diferenciada. Além disso, toda discussão sobre a sustentabilidade e a agenda ambiental não é prerrogativa da área ambiental, não temos monopólio disso. Ao contrário, o melhor resultado da política ambiental é quando todos tiverem o conceito de eficiência ambiental em suas práticas diárias. Aí o Brasil estará em outro patamar.

Em julho de 2009, o governo federal enviou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.487/09, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. Segundo a justificativa apresentada, *“o pagamento ou a compensação por serviços ambientais tem como principal objetivo transferir recursos para aqueles que ajudam a conservar ou produzir tais serviços”*. O texto apresenta os recursos naturais a serem preservados, tais como *“o solo, os recursos hídricos, a biodiversidade, a fauna e a flora, os recursos florestais, os oceanos, os recursos pesqueiros, a atmosfera e as fontes de energia”*. O projeto de lei ainda prevê a criação do Bolsa Verde, projeto que tem como objetivo destinar recursos a produtores familiares que investirem na conservação ambiental.

GOVERNO PRECISA AVANÇAR NA DISCUSSÃO SOBRE SERVIÇOS ECOLÓGICOS

Mauro Armelin é engenheiro florestal e mestre em Ciências Florestais. Coordenou o projeto Consumo Sustentável de Madeira e o grupo Compradores de Produtos Florestais Certificados na ONG Amigos da Terra e, entre 2002 e 2004, assumiu a Coordenação do Projeto Negócios Sustentáveis no Ministério do Meio Ambiente. Desde 2005, compõe a equipe do WWF-Brasil, onde é o atual coordenador do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável.

Diálogos – Qual é a sua avaliação do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima elaborado pelo governo federal?

Mauro Armelin – É uma questão ampla, mas em uma avaliação focada, vejo um plano parcial, sem interface com áreas importantes do governo. O Plano tem pouca influência no PAC e pouca preponderância no Plano Decenal de Produção Energética. Assim, vejo um plano muito estático, com pouca permeabilidade e que, independente de ter uma série de componentes inovadores, não irá influenciar as agendas dos outros ministérios. Precisamos ter o plano e, ao mesmo tempo, fazer com que os outros ministérios e áreas de governo se apropriem dele. Apesar de tudo isso, é uma boa iniciativa.

Diálogos – No plano de energia está prevista a ampliação da matriz de energia para o sistema elétrico com alternativas consideradas sujas. De que forma essas metas estão em contradição com o Plano Clima?

Mauro Armelin – Estão totalmente em contradição, porque os planos não conversam entre si. Um plano de ampliação da matriz energética não pode planejar apenas o período de 10 anos, como o que foi apresentado. Tem que ter uma visão de 100 anos. No caso da opção pelas termoeletricas, enxerga-se um caminho rápido, pois em um ano o governo constrói a usina e a coloca em operação. No entanto, está completamente errado basear um sistema inteiro de um país em energia termoeletrica. Nesse ponto, lembro-me de uma frase da ex-ministra do meio ambiente, a senadora Marina Silva, que dizia que a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra e que a Idade do Petróleo não vai acabar por falta de petróleo, mas por uma mudança de comportamento. O petróleo está aí, porém agora tem que ser encarado mais como um recurso estratégico usado em determinados momentos da história, mas sempre pensando em consequências desse uso, como poluição, aquecimento global, etc.

Outro ponto que vale destacar é que o plano energético brasileiro é bastante baseado em construção de hidrelétricas e enxerga essa opção como uma energia mais limpa, quando na realidade as usinas geram uma série de impactos também.



Diálogos – O senhor considera viáveis as metas estabelecidas no combate ao desmatamento?

Mauro Armelin – As metas são viáveis desde que o governo se empenhe em prover os instrumentos necessários para que todos os órgãos possam trabalhar. Contudo, o Plano de Combate ao Desmatamento teve o mesmo problema ao qual me referi sobre Plano Nacional sobre Mudanças do Clima.

Nas duas primeiras versões, o Plano ficou restrito somente aos órgãos da área ambiental do governo. Não influenciou a tomada de decisão do Ministério da Agricultura, nem do Inbra, por exemplo. Se houvesse uma preocupação geral, de repente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) poderia nem existir mais. Ele seria incorporado por todos os outros ministérios que causam impactos ambientais, como uma secretaria especial. Por outro lado, a vitória desse último Plano é que, mesmo com implementação falha, pela primeira vez houve maior articulação entre os vários setores do governo.

Dessa forma, as metas são possíveis de serem alcançadas, entretanto, atingi-las depende muito da dedicação do governo. Nesse contexto, a questão econômica no combate ao desmatamento também deve ser levada em consideração. Foi mais fácil combater enquanto havia uma demanda contida por *commodities* agrícolas. Agora a situação está mudando e deve-se trabalhar com esse novo contexto mundial que se constrói. Atualmente, os Estados Unidos e a Europa estão comprando muito menos, porém a China está se mostrando um grande importador e todo mundo sabe que os compradores chineses se preocupam pouco com a origem do produto. É preciso estar preparado.

Diálogos – O senhor acredita que as ações do governo federal foram responsáveis pela diminuição do desmatamento ou essa redução está relacionada apenas ao preço das *commodities*?

Mauro Armelin – Acredito que são vários fatores, entre eles as ações do governo. Por exemplo, na Terra do Meio, no entorno da BR-163, depois do assassinato da Irmã Dorothy, a presença do Estado reduziu o desmatamento em mais de 80%. Não dá para afirmar que isso aconteceu em toda a Amazônia, porque o governo não está presente em toda a região.

É importante destacar também que o governo tem que ter essa sensibilidade de olhar e detectar se o cenário está ou não favorável para a expansão do desmatamento e entender a dinâmica. Dependendo da dinâmica do momento, o governo tem que saber se aplica em fiscalização ou investe em monitoramento. Por exemplo, quando o mercado está aquecido, as condições para o desmate começam a se desenvolver novamente, então, é hora de acender a luz vermelha, investir em fiscalização, correção, comando e controle e outros eventuais instrumentos que o Estado pode lançar mão.

Diálogos – Quais foram essas ações do governo na área da Terra do Meio e da BR-163 e qual o motivo da eficácia?

Mauro Armelin – A criação de unidades de conservação foi uma das ações. Essa medida teve eficácia porque mesmo que as unidades de conservação estejam apenas no papel, elas já mudam o cenário do desmatamento. Claro que isso é em um curto período e não vamos achar que o problema foi resolvido apenas com a criação. Outro fator é a presença do Estado mesmo, que leva cidadania à região. Quando começa a existir uma presença do Estado, mostra-se que não é mais uma terra sem lei. Chegam serviços básicos como os cartoriais para emissão de carteira de identidade e registro de nascimento, por exemplo. De maneira geral, essas ações demonstram que existem formas de monitorar, de punir e que o governo quer “comprar essa briga”. Infelizmente, essa experiência é um piloto. O governo precisa ter mais fôlego, mais afinco para tornar isso viável amplamente.

“O governo não discute pagamento por serviços ambientais de forma clara e direta”

Diálogos – Qual a sua opinião sobre a posição do governo federal em relação aos mecanismos de pagamento dos serviços ecológicos?

Mauro Armelin – O governo não discute pagamento por serviços ecológicos de forma clara e direta. Ele está muito devagar nesse sentido. Por enquanto, a conversa está focada apenas em Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (Redd) e isso demonstra a persistência de uma visão reducionista de que a nossa floresta, os nossos ecossistemas se reduzem a carbono. Na minha opinião, o carbono é um cartão de visita que está na moda. Temos que ir muito além dele: a água produzida, a biodiversidade conservada, entre outros, devem estar contempladas nessa visão.

Mesmo com relação ao carbono, o governo tem uma posição muito forte e não aceita o pagamento como um serviço. Acredito que o governo ainda tem que avançar bastante, não pode ter uma visão curta e nem ficar paralisado pelo medo de assumir compromissos alegando que os pagamentos ofendem a soberania nacional.

Diálogos – Outro ponto é que se fala muito sobre os serviços ambientais relacionados à floresta e não sobre serviços ecológicos hidrológicos. Existem experiências nesse sentido?

Mauro Armelin – Esse ponto é bem interessante. Já existem exemplos de como remunerar esse serviço. O Consórcio da Bacia do Rio Piracicaba desenvolveu mecanismos há mais de 10 anos. Uma iniciativa super inovadora que não pesa no bolso de ninguém. Houve um acréscimo de 1% na conta de água no município de Piracicaba para recuperação vegetal da Bacia do rio Corumbataí e do rio Piracicaba.



A bacia hidrográfica está provendo um serviço para o município, então nada mais justo que os proprietários rurais que fazem margem com o rio, e que afetam a bacia, recuperarem as matas ciliares e as áreas de reserva legal. São medidas simples, não têm custo elevado e dão resultados efetivos.

Diálogos – Existe uma crítica de que o debate em torno do pagamento pelos serviços ecológicos é muito político e não chega à ponta. Como materializar o pagamento do serviço para quem vive na floresta?

Mauro Armelin – O debate, realmente, é político e feito em alto escalão: em convenções internacionais, com línguas que poucos brasileiros entendem. O próximo desafio é justamente fazer com que o pagamento chegue para aqueles que de fato conservam a floresta.

“Todos têm um papel (pequenos e grandes produtores) e devem ser remunerados pelas suas contribuições”

Inclusive, algo que o WWF-Brasil defende com “unhas e dentes”, é que esse pagamento não seja só para os pequenos, mas também para o grande fazendeiro que também é um ator dentro dessa conservação. Queremos trabalhar com todos esses atores, independente do tamanho, de escala de produção, porque todos têm um papel e devem ser remunerados pelas suas contribuições. Como o pagamento será feito, vai depender muito do governo abraçar as ideias de mercado, tanto para carbono quanto para outros serviços ambientais providos pela floresta, e passar para a prática de levar a cidadania, por meio do pagamento em dinheiro, além de trabalhar na melhoria do sistema de assistência técnica dos pequenos.

Diálogos – Como permitir acesso aos pagamentos?

Mauro Armelin – É preciso que o governo, ou mesmo a sociedade civil organizada, monte um projeto piloto de como o sistema de pagamento por serviços ambientais vai operar. Há uma série de estudos que mostram como isso pode ser feito. Para tanto, é necessário pegar uma área pequena como piloto e o governo se disponibilizar a testar. Pode ser muito mais viável por meio dos governos estaduais que sentem a pressão da população mais próxima. Existem iniciativas que podem servir de exemplo, como a na Reserva do Juma, do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação Amazonas Sustentável. O Governo do Acre também está desenvolvendo estudos e lançou sua política de valorização do ativo florestal e recuperação do passivo florestal. Essas políticas prevêm uma série de mecanismos, entre eles, o pagamento para essas populações que ajudam a proteger. Mas, o desafio não é fácil. Não consigo enxergar o governo federal fazendo isso, pois não tem agilidade suficiente.

Diálogos – Há possibilidade de que isso aconteça na região da BR-163?

Mauro Armelin – Acredito que não. O Governo do Pará ainda não tem esse processo suficientemente amadurecido para a iniciativa. Já o governo federal, quando se trata de investimentos em infraestrutura, muda a prioridade conforme os contornos políticos do momento. Na verdade, acho que a BR-163 foi esquecida pelo governo. Ele está mais preocupado com a BR-319 e com estrada interoceânica, que será a saída para exportação pelo Pacífico. A BR-163 foi um debate importante e criativo que, infelizmente, parou há cinco anos, em 2003. Por isso acho que se acontecer algum projeto piloto de pagamento por serviços ambientais, será por meio da iniciativa de alguma organização não governamental.

Diálogos – Qual é sua opinião sobre a crítica de que o pagamento pelos serviços cria uma mercantilização em torno da preservação?

Mauro Armelin – Essa é a posição do governo. Ele tenta escapar desse debate de créditos, carbono e mercado, falando que, ao criar créditos de carbono com floresta, os governos dos países desenvolvidos vão comprar esses créditos e não vão reduzir suas próprias emissões. Acredito que não é assim, porque devem ser criados mecanismos para regular o mercado. Por exemplo: governos dos países desenvolvidos têm que reduzir 80% das suas emissões. Desse total, eles podem reduzir 20% em outras localidades onde fica mais barato e, desses 20%, é possível delimitar que 5% ou 3% sejam de florestas. Isso não é nem colocar um limite, é para obrigar que uma parte dos créditos seja de floresta para ajudar os países florestais a se desenvolverem com esses créditos, como é o caso do Brasil. Então, ao criar mecanismos para controlar, não tem perigo de ocorrer a mercantilização sem redução. Eu defendo, inclusive, que os créditos advindos de floresta não tenham um teto. Esse modelo pode ser uma ferramenta de injetar recursos em países florestais que tenham notadamente sua economia em desenvolvimento. Sempre lembrando que os países desenvolvidos não podem deixar de diminuir suas emissões em seus territórios.

Diálogos – No caso das florestas públicas, como está a discussão em torno da repartição dos benefícios entre os diferentes níveis de governo?

Mauro Armelin – Ficou muito claro na Lei de Gestão de Florestas Públicas que o subsolo, os recursos hídricos e o carbono não estão dentro da licitação. A empresa que ganha a concessão de determinada área tem permissão para exploração florestal, já o carbono continua sendo propriedade do governo. Tanto é que a proposta defendida pelo governo brasileiro é que a contabilidade da redução deve ser feita para o País inteiro. Caso contrário, se forem tomadas medidas mais fortes de comando e controle, por exemplo, no Acre, aqueles que estão promovendo o desmatamento ali poderão fugir para Rondônia. Dessa forma, continuaria a emissão na mesma ordem, só mudaria de estado ocorrendo o que chamamos tecnicamente de vazamento das emissões.

Com a redução de desmatamento das áreas de concessão florestal computadas dentro de um cálculo nacional, haverá um bolo único que evitará o vazamento.



Diálogos – Nessa repartição de benefícios, quem receberá pelo uso das terras públicas destinadas à concessão florestal?

Mauro Armelin – A Lei de Gestão de Florestas Públicas já prevê essa definição. Se houver comunidades dentro da área, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade fará uma reserva extrativista. Se a floresta é de alto valor para conservação, ela também será destinada para o ICMBio criar uma unidade de conservação de uso restrito, conforme a necessidade ou a característica que o Instituto avalie que aquela área se encaixe no Sistema de Unidade de Conservação (Snuc).

Se não for virar resex ou nenhuma outra unidade, se decide que a área serve para produzir madeira e abre-se o processo de concessão florestal.

Na Lei de Gestão de Florestas Públicas já está previsto que os dividendos oriundos das concessões serão repartidos entre município, estado e órgãos do governo federal, como o Serviço Florestal Brasileiro e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos, que é construir consenso para preservar o acesso aos recursos naturais na Amazônia e na região da BR-163 e promover espaço de negociação entre os atores. Qual a relevância desse objetivo considerando esse contexto dos serviços ecológicos?

Mauro Armelin – O Projeto Diálogos é um projeto com função de criar um novo pacto social em torno de uma estrada. Pretende mostrar que os diversos setores e atores sociais daquela região podem conviver de forma tranquila.

É preciso divulgar que a estrada pode não beneficiar só o pecuarista. Se também tiver os instrumentos necessários de fomento à produção dos agricultores familiares, nas comunidades, esses atores também poderão se beneficiar.

Ao mesmo tempo, por meio do estabelecimento de um pacto social, o Projeto cria uma oportunidade de conservação da área da BR-163 e de reverter uma verdade estabelecida para a Amazônia: cinco a 10 quilômetros de floresta perdidos de cada lado da rodovia a cada cinco anos.

A importância clara do Projeto Diálogos foi, justamente, instrumentalizar atores sociais, por meio de oficinas, para que vissem que a verdade de cada um acaba quando começa a verdade do outro.

De acordo com o relatório *O Estado Mundial da Agricultura e Alimentação 2007*, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), é urgente a necessidade de elaboração de programas e projetos para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Segundo o documento *“os programas de pagamento por serviços ambientais constituem um esforço para obter os incentivos adequados, proporcionando resultados concretos, tanto para os produtores quanto para os usuários, que refletem benefícios sociais, ambientais e econômicos reais”*.

A FAO defende que a elaboração de políticas públicas nacionais para esses pagamentos deve passar por quatro etapas: determinar quais os serviços ambientais são passíveis de contrapartida, quem receberia o pagamento, a quantia a ser paga e o mecanismo de repasse. O repasse direto aos produtores é uma das alternativas apontadas pelo relatório e já aplicada em outros países. Entre as possíveis fontes de financiamento para incentivar produtores, o relatório sugere a venda de créditos de carbono e a taxação de produtos agrícolas obtidos de forma sustentável, um tipo de certificação.



INICIATIVAS ESTADUAIS APOSTAM EM PAGAMENTOS POR SERVIÇOS ECOLÓGICOS

Maurício Moleiro Philipp é funcionário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema/MT), onde atualmente exerce a função de coordenador de Mudanças Climáticas.

Diálogos – Como o governo estadual tem avançado na elaboração do Plano Estadual de Mudanças Climáticas?

Maurício Philipp – O processo de elaboração do Plano Clima, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema), teve início com a criação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, instituído por lei em 15 de abril. A proposta do Fórum é reunir toda a estrutura de governo e estimular a inclusão do tema mudanças climáticas nos programas governamentais. Pretende-se que o Fórum seja extremamente democrático, reúna academia e organizações não governamentais. Para que isso ocorra, mantemos uma cooperação com o International Council for Local Environmental Initiatives (Iclei) – Governos Locais para a Sustentabilidade e com a Embaixada Britânica no Brasil.

É importante destacar que o Iclei é uma associação internacional de governos locais e organizações governamentais nacionais e regionais que assumiu um compromisso com o desenvolvimento sustentável. A entidade já tem uma participação efetiva nas Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) e vem desenvolvendo um trabalho nessa agenda com os governos locais. Por meio do termo de cooperação com o Iclei e com a Embaixada Britânica, será contratada consultoria para começar a discutir a minuta de políticas de mudanças do clima no estado. Essa discussão vai ser realizada no âmbito do Fórum. A partir das discussões técnicas do Fórum serão legitimadas políticas estaduais para essa agenda. O Plano Estadual é uma delas.

Diálogos – Quais são os temas prioritários relacionados à mudança climática?

Maurício Philipp – De acordo com o primeiro Inventário Nacional das Emissões, o padrão das emissões brasileiras está relacionado ao uso do solo e florestas. Os dados revelam que 75% das emissões brasileiras estão relacionadas ao setor agropecuário e desmatamento. Nesse sentido, Mato Grosso é um local onde as emissões de gases de efeito estufa (GEE) estão concentradas. O estado possui o maior rebanho bovino do País e, portanto, tem emissões relacionadas ao gás metano. Assim, a política e o Plano de Mudanças Climáticas terão necessariamente que contemplar alguma medida de mitigação nesse sentido.

A questão agrícola também é ponto prioritário, pois está relacionada às emissões de óxido nitroso no solo. Entretanto, é evidente que temos outros setores relacionados à energia e

ao transporte. Todos esses pontos serão contemplados na política, bem como a questão da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd). Em Mato Grosso, 64% da cobertura florestal ainda precisa, além dos mecanismos de comando e controle, de instrumentos eficazes para serem conservadas. Acredito que a Redd é uma grande possibilidade para garantir a conservação florestal.

Diálogos – O governo tem uma meta de quando o Plano Estadual de Mudanças Climáticas estará implementado?

Maurício Philipp – Acredito que até novembro de 2009 possamos ter uma política consolidada e aprovada, contemplando medidas de adaptação e mitigação, incentivo à pesquisa, orientações sobre como deve ser o inventário estadual e os inventários de propriedades e de indústrias. A estimativa é que até o final do ano a política esteja discutida e aprovada.

Já o Plano, deve levar um pouco mais de tempo para ficar pronto. Precisamos definir claramente a dimensão do problema, pois ele deve criar uma sinergia com outras ações que estão sendo desenvolvidas, como o Plano de Controle do Desmatamento.

Diálogos – Como o senhor avalia a posição do governo federal referente ao pagamento pelos serviços ambientais (PSA) no que se refere ao regime internacional do clima?

Maurício Philipp – Essa questão ainda não está muito clara para mim. Sei que a proposta de criação do Fundo Amazônia foi apresentada pelo governo brasileiro durante a Conferência do Clima realizada em Bali, em 2007. Hoje, o Fundo Amazônia parece estar consolidado, mas acredito que ainda é um caminho a ser construído.

Com relação ao mecanismo Redd, ainda há muita indefinição sobre como serão as formas de financiamento e o governo brasileiro não vai decidir isso sozinho. Acho que ele não pode inibir ações dos governos locais e até mesmo de comunidades tradicionais e produtores rurais no âmbito do mercado voluntário. Ainda assim, o pagamento por serviços ambientais e o Redd têm que estar em consonância com as políticas de governo federal.

Diálogos – Existem iniciativas dos governos estaduais e do governo federal que defendem um modelo único de PSA para Amazônia brasileira. É o melhor caminho?

“As iniciativas dos governos subnacionais relacionadas aos pagamentos por serviços ambientais surgem em função da demora de uma decisão mais clara do governo federal”

Maurício Philipp – As iniciativas dos governos subnacionais surgem em função da demora de uma decisão mais clara do governo federal. Em Mato Grosso, existe uma articulação para fazer um projeto piloto de Redd, por exemplo, na região noroeste. O Governo do Amazonas já

tem o projeto Juma, desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, em Novo Aripuanã, região sul do Amazonas. Assim, avalio que, por enquanto, os avanços estão meio tímidos, mas chegará um momento em que o governo federal terá que sentar à mesa e definir posições claras para levar à Convenção do Clima, em dezembro de 2009.

Diálogos – Na sua visão, o governo deveria buscar que os pagamentos por serviços ambientais (PSA) fossem contemplados no novo acordo climático?

Maurício Philipp – Sim. O governo pode promover um ordenamento dos pagamentos, mas não inibir ou criar dificuldades para que essas negociações ocorram no novo acordo. Mesmo porque é uma oportunidade de criar um mecanismo para deter o desmatamento. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que existe no Protocolo de Kyoto, é ineficaz na parte florestal e só contempla a questão do florestamento e reflorestamento. Porém, temos remanescentes florestais com um estoque de carbono armazenado muito grande e isso tem que ser recompensado de alguma forma. Os remanescentes guardam também biodiversidade, conservam o solo, mantêm uma circulação do ciclo hidrológico. Tudo isso tem que ser levado em consideração para se criar condições de conservação da floresta.

Diálogos – No caso dos assentamentos do Incra, como poderia ser viabilizado o pagamento para essas áreas?

Maurício Philipp – O governo estadual tem que fazer um estudo de impacto dos assentamentos, mas com a própria receita do estado ou da União poderia haver pagamento nesse sentido. Principalmente em áreas que tem recursos hídricos suficientes para garantir o abastecimento. Nada impede também que os assentados se organizem e pleiteiem recursos. É legítimo que povos indígenas, assentados, populações tradicionais reivindiquem esses recursos, afinal são merecedores dessa compensação pelo serviço que prestam à comunidade de uma forma geral. Ao olharmos o mapa da dinâmica do desmatamento, as áreas indígenas são as que se sobressaem com o verde conservado.

Acontece que ainda estamos em um processo inicial. Por iniciativa de organizações não governamentais, já foram feitas algumas discussões com comunidades indígenas, no entanto, elas ainda precisam se tornar empreendedoras nesse processo.

Diálogos – Como o governo estadual poderia se envolver mais?

“O governo estadual deve aproveitar essa oportunidade de Redd para tentar viabilizar a regularização fundiária das unidades de conservação”

Maurício Philipp – Mesmo diante deste cenário de pouca definição de como os mecanismos funcionarão, acho que o governo estadual deve aproveitar essa oportunidade de Redd que está sendo desenhada para tentar viabilizar e promover a regularização fundiária das unidades de conservação.

Muitos projetos fomentaram a criação das unidades de conservação, mas não a regularização fundiária e essa é uma vertente a ser trabalhada pelo Poder Público, tanto na esfera estadual, quanto municipal e federal.

Diálogos – Uma outra crítica sobre o Redd e PSA é que eles podem se constituir em forma de mercado que dá oportunidades para os grandes proprietários ganharem dinheiro, sem necessariamente ocorrer uma mudança de forma de produção. Existe esse risco?

Maurício Philipp – O estado pode intervir de alguma maneira e observar como o proprietário faz sua produção: se está em consonância com o zoneamento, se é uma área que tem indicação de conservação e verificar se existem boas práticas agrícolas e de pecuária. Talvez seja necessário criar algumas normas que contemplem também a parte produtiva.

A criação de uma política climática deve melhorar o sistema produtivo, principalmente na pecuária. Uma iniciativa pode ser o aumento da taxa de lotação por hectare, pois atualmente a média fica em torno de uma cabeça, por hectare. Substituir uma floresta para colocar um boi nesse hectare é algo complicado. Nesse caminho, a elaboração de políticas deve apontar para um melhor aproveitamento das áreas já abertas.

Diálogos – Está prevista a repartição de benefícios no programa Redd no noroeste, uma das estratégias do governo do estado para conter o desmatamento por meio do pagamento?

Maurício Philipp – Na verdade, temos apenas uma discussão inicial em que já nos deparamos com alguns problemas como, por exemplo, a questão fundiária. Imagino que nenhum investidor vai aplicar recursos onde não há segurança na questão fundiária. Outro ponto é definir quanto de carbono existe estocado nessas florestas. Devemos focar em ações preparatórias para que, quando o modelo estiver em processo de discussão ou consolidado, possamos ter argumentos e dizer aos investidores: a situação fundiária é clara, é bem resolvida e nós temos “x” de carbono por hectare nesta floresta. Em resumo, temos que inventariar, valorar para continuar com esta discussão e definir a repartição de benefícios.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é a criação de consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre atores do setor privado, governo e sociedade civil organizada. O senhor acha essa iniciativa importante em Mato Grosso?

Maurício Philipp – É um caminho a ser construído. É preciso colocar todos os atores envolvidos, aportar toda a capacidade técnica, crítica e analítica para construir esse caminho, que é complexo. A iniciativa é muito interessante e a discussão com todos os atores é essencial para decisões legítimas. Por exemplo, aqui no estado, conforme levantamento do Instituto Centro de Vida (ICV), a maior parte dos remanescentes florestais está nas mãos de proprie-



tários rurais, portanto um programa de Redd que não os contemple vai deixar de envolver grande parte dos remanescentes também.

No caso das mudanças climáticas, chegar a um acordo é mais fácil porque, apesar dos desafios, existem muitas oportunidades. Em função da gravidade do problema, a possibilidade de consenso é maior.

O Governo de Mato Grosso sancionou, no dia 23 de junho de 2009, o projeto de lei que cria o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas. Como finalidade específica do Fórum está a promoção da articulação dos órgãos e entidades públicas com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e com a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas. A parceria busca formatar e implementar políticas públicas relativas às mudanças climáticas globais.

De acordo com a lei, outro objetivo é o de apoiar a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais para aplicação em programas e ações relacionados ao tema. O Fórum deve estimular a realização de estudos e pesquisas de educação e capacitação para promover o desenvolvimento sustentável do estado.

O Fórum é presidido pelo governador de Mato Grosso e é composto por representantes das secretarias estaduais, autarquias, fundações e empresas públicas com atribuições voltadas às mudanças climáticas.

MANEJO FLORESTAL

CAPÍTULO 3 – GESTÃO FLORESTAL

SETOR MADEIREIRO APOSTA EM MANEJO FLORESTAL

Hélio Moreira da Silva é paranaense e há 20 anos vive da atividade madeireira. Atualmente, gerencia duas empresas no Estado de Mato Grosso, uma em Cotriguaçu, na região noroeste, e outra em Apicás, no norte. Ambas as empresas têm foco na exportação de pisos e decks para Europa e Estados Unidos.

Diálogos – Qual a importância do manejo florestal para a região norte de Mato Grosso, principalmente em municípios como Apicás?

Hélio Moreira – Queira ou não, a economia do município depende da madeira. Porém, todos nós que trabalhamos no setor já fazemos o manejo florestal, porque não queremos contribuir para o desaparecimento da floresta. Graças a Deus já conseguimos uma boa quantidade de áreas para destinar ao manejo, e dessa forma, o madeireiro poderá continuar usando madeira madura e grossa daqui há 20 ou 25 anos. Antes, o fazendeiro derrubava a floresta e queimava o pasto e depois o madeireiro tirava a madeira. Agora, é diferente porque o fazendeiro está ganhando muito ao manter a floresta em pé e isso já é mais rentável do que criar boi. Aqui, na nossa região, está se remunerando cerca de R\$ 1.500,00 por hectare, mais do que a pecuária.

Diálogos – Há parceria entre madeireiros e fazendeiros?

Hélio Moreira – Sim. Funciona da seguinte maneira: o fazendeiro faz o manejo e depois vende a madeira para gente. Eu mesmo não tenho terra e por isso compro do manejo deles. Como há uma demanda na região para vários tipos de madeira, nós conseguimos absorver todo o manejo.

Diálogos – Estudos mostram que o manejo funciona para algumas propriedades e regiões específicas. O senhor considera que o manejo em larga escala também é viável?

Hélio Moreira – Sim, mas antes deve ser solucionado um problema sério que é a burocracia.

Eu também atribuo essa deficiência à falta de funcionários experientes na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema), que ainda não conta com pessoal preparado. O engenheiro florestal recém-formado é bom na teoria, mas não na prática.

“Os produtores que persistem em agir na ilegalidade têm como motivação a demora na aprovação dos projetos de manejo”

Reconhecemos que a Sema não está funcionando como deveria, os processos são muito lentos e temos dificuldade para a aprovação de um manejo. Percebemos que eles estão se esforçando para melhorar, mas, para isso, é preciso formar equipes.

Diálogos – O senhor falou que em Apicacás já existe um movimento a favor do manejo florestal. Como o setor empresarial tem buscado isso?

Hélio Moreira – Posso dizer que quase todo o empresariado se conscientizou de que esta é a saída. Os produtores que persistem em agir na ilegalidade têm como motivação a demora na aprovação dos projetos de manejo. Não estou justificando, mas é o que acontece. Às vezes, é uma meia dúzia que está passando por dificuldades na demora da aprovação do manejo e acaba saindo um pouco do trilho. Quando percebemos, imediatamente alertamos o madeireiro. Estamos vigiando para que isso não ocorra, pois essa conduta tem péssima repercussão para o setor e se ocorre alguma fiscalização severa todos podem ser prejudicados.

Diálogos – Para a sociedade, os dois vilões da área ambiental são os sojeiros e os madeireiros. Como o setor encara esse estigma?

Hélio Moreira – Até pouco tempo o próprio Incra incentivava o desmatamento. Era preciso derrubar 50% do lote sem se importar em saber se a madeira seria aproveitada ou não. O interesse era abrir pasto, plantar arroz ou qualquer outra coisa para conseguir a terra. Assim, as pessoas se acostumaram com esse ritmo e continuaram a achar que o bom era tirar a madeira, derrubar, queimar e fazer pasto.

“Se o governo nos deixar cuidar da floresta, além de não derrubá-la, seremos olheiros. O que faltava era saber utilizar a floresta”

Agora isso mudou. É mais rentável fazer o manejo sustentável e até o fazendeiro está fazendo isso. Estamos tentando provar que não somos vilões, mas a solução. Se o governo nos deixar cuidar da floresta, além de não derrubá-la, seremos olheiros. O que faltava era saber utilizar a floresta.

Diálogos – A certificação já é um instrumento viável para valorizar a produção?

Hélio Moreira – Atualmente é viável, mas já foi um empecilho. Chegar ao Conselho de Manejo Florestal (FSC),

sigla em inglês, significava muita despesa que não compensava o pouco de valor agregado. Atualmente, 90% dos madeireiros querem pelo menos o selo Tropical Forest Trust (TFT) porque ninguém mais compra sem ao menos um selo ou uma garantia que tenha uma cadeia de custódia, de que a madeira não saiu de uma área ilegal.

Quando disse aos meus clientes dos Estados Unidos e da Europa que estava em processo de certificação, eles demonstram contentamento, afinal, são cobrados. O Greenpeace e o WWF desses países acompanham e querem saber a origem da madeira. O certificado é a garantia de que tudo foi feito da forma certa e, de fato, valoriza o produto. Um exemplo são os *decks* que vendemos há cinco anos para uma empresa da França. Após a certificação, consigo um preço cerca de 10% maior do que as empresas que vendem sem certificação.

Diálogos – E no caso de empresas menores, para mercado interno, também é viável?

Hélio Moreira – Também já é viável, pois prefeituras de cidades grandes, como São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a exigir o comprovante de legalidade da madeira. Desta forma, para que a empresa possa concorrer dentro do País, também tem que mostrar que é legal. Os vilões caem fora, pode ter certeza. Por outro lado, se ficam poucas empresas, a madeira é mais cara para o consumidor.

Diálogos – Atualmente, o produtor que faz a opção pelo manejo encontra muitas dificuldades para trabalhar?

Hélio Moreira – Quem quer trabalhar na legalidade consegue. Faço parte do sindicato e estamos empenhados para que todos estejam legalizados. Só os vilões pulam fora. O pequeno madeireiro que não dispõe de muitos recursos para fazer o manejo sozinho, compra apenas o que vai utilizar.

Todos que ficam no sindicato têm respaldo de alguma forma, afinal, não adianta só ficar “pendurado” em organizações não governamentais.

Diálogos – Qual a postura das prefeituras dos municípios da região? Elas auxiliam no processo de certificação?

Hélio Moreira – Em Cotriguaçu e Apiacás, as prefeituras estão participando porque sabem que a madeira é o que move o município. Existem algumas iniciativas como a criação de postos de fiscalização na saída dos municípios com policiamento dia e noite. Esse apoio é fundamental para zelar pela fonte de renda do município.

Diálogos – Um estudo do Instituto Centro de Vida (ICV) mostrou que mesmo com a criação de um parque é possível ter áreas para o manejo florestal. Esse estudo indica uma realidade ou isso é conflitante?

Hélio Moreira – A área que temos nessa região para exploração da madeira ainda é pequena e, por isso, acreditamos que dá para manejar uma parte do Parque do Juruena. É preciso criar uma lei para liberar uma área que não afete a fauna e a flora para o manejo e deixar outra parte como santuário ecológico.

Certa vez também foi cogitado manejar uma área indígena, proposta interessante tanto para integração do índio no meio branco, como fonte de renda para eles, o que, no meu ponto de vista, é muito importante.

No caso do Parque do Juruena, ainda não sentimos os efeitos da criação. Penso que uma alternativa de renda seria investir em ecoturismo, em hotéis, na melhoria do transporte e da logística para levar o pessoal ao parque. É uma questão de saber explorar.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é promover espaços de negociação entre governo, sociedade civil e iniciativa privada visando atingir consenso no acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira. O senhor avalia que houve avanços nesse sentido nos últimos anos?

Hélio Moreira – Eu não tenho nenhuma dúvida. Para provocar mudanças, temos que unir forças, buscar alianças. Quanto mais cabeças pensando, organizando e planejando, melhores os resultados. Aqui mesmo em Apicacás, depois que começamos a dialogar, os conflitos foram acabando. Antes as organizações não governamentais eram inimigas que vinham cobrar, dedurar, mostrar o erro. Hoje, todos trabalham em equipe e, na minha opinião, isso é muito importante. Para trabalhar na legalidade, tem que ser assim.

A certificação Conselho de Manejo Florestal (FSC), sigla em inglês, é um processo voluntário em que se realiza avaliação de um empreendimento florestal (empresarial ou comunitário). A verificação é conduzida por uma organização independente (certificadora), que avalia o cumprimento de questões ambientais, econômicas e sociais. Os princípios do FSC são baseados em responsabilidades e direitos de posse e uso da terra, direitos dos povos indígenas, relações comunitárias, direitos dos trabalhadores, uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta, impactos ambientais e planos de manejo, entre outros.



MANEJO FLORESTAL DEVE SER PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

Johan Zweede é pioneiro no ensino de técnicas para a exploração sustentável dos recursos florestais da Amazônia. Em 1999, fundou o Instituto Floresta Tropical (IFT), em Paragominas, no Pará, que em 14 anos de existência treinou mais de 3.500 pessoas para exercer a atividade de manejo florestal.

Diálogos – O IFT e outras entidades trabalham no sentido de disseminar a prática do manejo na Amazônia. O senhor acha que há o devido interesse pela atividade na região?

Johan Zweede – Para entender o que vem acontecendo na Amazônia e porque o manejo florestal ainda é um desafio, precisamos voltar no tempo. Trata-se de uma questão histórica e cultural.

Quando cheguei à região, nos anos 1960, os ribeirinhos sabiam viver em harmonia com a floresta e, até mesmo, as indústrias madeireiras faziam o uso racional desse recurso, sem desmatamento. Porém, lembro-me bem quando as estradas Belém-Brasília, depois a Transamazônica e a BR-163 foram abertas e pessoas de diferentes regiões começaram a colonizar a Amazônia. Os colonizadores eram do Nordeste e do Sul do País e não conheciam a floresta. Estavam acostumados à pecuária e consolidaram essa prática na Amazônia.

Naquela época, também ocorreu outro grande problema: para estabelecer o direito à terra era necessário fazer o uso e melhoramento dela, o que implicava em desmatamento. De modo que se criou a cultura da floresta no chão, pois ela representava uma barreira para o desenvolvimento. É importante observar que nas áreas onde não houve grande migração dos colonos, as florestas estão intactas. É o caso da Calha Norte do rio Amazonas, onde as populações locais usam a floresta, pescam, caçam e há também madeireiros, mas não há desmatamento.

“Esbarramos novamente no problema cultural da sociedade e do setor madeireiro, que não trabalha com uma visão de longo prazo”

Diálogos – Qual sua avaliação dos resultados de disseminação do manejo florestal que o IFT está realizando?

Johan Zweede: O IFT está em seu décimo terceiro ano e já treinou mais de 3.500 pessoas. Todas as empresas que visavam à certificação foram treinadas pelo IFT e, por isso, existe um corpo técnico na Amazônia preparado para aplicar projetos de manejo. No entanto, esbarramos novamente no problema cultural da sociedade e do setor madeireiro, que não trabalha com uma visão de longo prazo e está habituado a usar os

recursos naturais até a exaustão. Os empresários não querem investir em algo que poderá ser usado daqui há 20 anos. O ciclo do manejo na Amazônia é de 30 anos, o que é considerado muito tempo. Porém, tendo em vista que na Escandinávia fala-se em 120 anos, três décadas é muito pouco. É preciso mudar essa realidade por meio de um grande esforço de sensibilização da sociedade como um todo, dos madeireiros, donos de terra e, até mesmo, das crianças nas escolas.

Apesar de tudo, há boas perspectivas de aumento do manejo com a aprovação de políticas públicas que estimulam a atividade. Temos a lei de concessão florestal, que prevê mais controle do uso da terra e vai estimular empreendimentos interessados em manejo. Já nas áreas particulares, enfrentamos problemas relativos à escassez de documentação fundiária.

Diálogos – Além da necessidade de mudança cultural, quais são os desafios políticos e tecnológicos que a aplicação da prática do manejo enfrenta?

Johan Zweede – Não há desafios tecnológicos, mesmo se considerarmos o manejo em larga escala. A maior empresa da América Latina foi certificada aqui e explorava uma área florestal enorme por ano.

Quando o IFT começou a fazer suas primeiras demonstrações de manejo aos madeireiros, notamos que eles não se interessavam por procedimentos para medir as árvores, produzir mapas e fazer planejamento. A partir desse cenário, o IFT convidou pesquisadores para produzirem um estudo técnico sobre custos e benefícios da exploração convencional em comparação com as técnicas de manejo. O resultado comprovou que, com as técnicas, o custo é menor do que a exploração tradicional.

Diálogos – E quais os desafios políticos?

Johan Zweede – Um grande desafio é resolver as questões e os interesses ligados à destinação e à documentação de terras. Também é preciso mais vontade política para destinar recursos públicos para fomento, destacando ações de extensão. No Sul do Brasil, por exemplo, há extensão. Ao chamar um extensionista, o agricultor recebe orientações sobre as melhores práticas a serem seguidas, mas para o manejo florestal não existe esse apoio.

Nesse caso, o IFT está fazendo um papel que eu não sei se é da instituição. Será que essa responsabilidade não pertence a um órgão do governo? O governo faz cursos de computação e desenvolve atividades para treinar técnicos, mas não investe em capacitação na área florestal.

Isso demonstra que a floresta e o manejo florestal ainda não são prioridades. É necessário mostrar que agricultura intensiva na Amazônia funciona e que a extensiva não. A floresta é extensiva, mas é preciso ser vista com perspectiva de valor de manejo.



Diálogos – Com uma disseminação mais efetiva e mudanças de perspectiva na prática do manejo, deverá crescer a procura por mão de obra qualificada. Quais os esforços do governo nesse sentido?

Johan Zweede – O IFT tem um papel fundamental de capacitação e treinamento e, por isso, temos muita demanda e fazemos diversos convênios. No ano passado, os cursos abertos ao público foram bastante concorridos. Para cada vaga, havia cinco candidatos, comprovando que há muito mais demanda do que o IFT pode atender. Mesmo assim considero fundamentais a divulgação da importância do manejo e a legalização do setor, que infelizmente não é respeitado como deveria, a exemplo do que acontece na Escandinávia, Finlândia, Suécia e Noruega. Nesses países, o setor florestal é visto como um investimento sólido e interessante.

Mas, vale perguntar quais incentivos possui o setor madeireiro da Amazônia? O setor de celulose no Paraná e em São Paulo, por exemplo, recebia incentivos, mas o setor madeireiro no Norte, não. Para plantar seringal ou dendê, por exemplo, existe apoio, mas eu não conheço nenhum madeireiro que tenha conseguido financiamento para manejo. Onde existe agricultura e pecuária intensivas e bem feitas, é ótimo, mas a pecuária e a soja nunca vão empregar tantas pessoas como o setor madeireiro pode empregar. É urgente o entendimento de que o setor florestal pode dar lucros e gerar empregos para a região, ao mesmo tempo em que é bom no que diz respeito a valores de biodiversidade e ao clima.

O papel do governo é incentivar, pois o manejo florestal é real. Além disso, é preciso separar os empresários do setor florestal que estão na legalidade daqueles que são ilegais. Geralmente, ambos são tratados da mesma forma, o que desestimula quem está em conformidade com a lei e recompensa perversamente os que não estão. Uma grande mudança nesse sentido pode impulsionar bastante o manejo, apoiar um setor que cresceu muito no Brasil nos últimos 30 anos, mesmo sem ter incentivos do governo.

Diálogos – Qual o papel das empresas para que o manejo se torne uma realidade na região?

Johan Zweede – O papel das empresas e das associações é fundamental na separação entre os que querem ser madeireiros em longo prazo e aqueles que são “aventureiros”. Por outro lado, as associações devem fazer ajustes nos procedimentos. Estão cobrando muito de pequenos madeireiros, que não têm apoio do governo. Dessa forma, volto a destacar os desafios dos gestores públicos.

“A demanda de madeira certificada é bem maior do que a oferta”

Diálogos – Há quem avalie que a certificação é uma espécie de barreira, no que se refere à questão tarifária. O senhor concorda com isso?

Johan Zweede: Não concordo com isso. Se a empresa trabalha dentro da lei, a certificação não é difícil. Porém, se os empregados não possuem carteira assinada e trabalham sem equipamento de proteção individual e tecnologia, por exemplo, realmente custa mais caro.

Afinal, por que as empresas certificadas, que estavam exportando apenas 15% da produção, passaram a exportar 75%? A demanda de madeira certificada é bem maior do que a oferta. Empresas que nem pensavam em mudar e eram totalmente convencionais, destruindo a floresta, hoje não querem saber de não certificação ou de voltar ao sistema convencional de exploração. Então, não há barreira.

Diálogos – O mercado de madeira certificada já tem força para atrair madeireiros para a legalidade?

Johan Zweede – Sim. Antes do aparecimento dos problemas fundiários havia filas de madeireiros na região que já estavam conscientes da necessidade de certificação, mas eles não tinham documentação fundiária e não puderam progredir. No leste do Pará, por exemplo, não há mais florestas conservadas e, por isso, é preciso esperar as concessões florestais para poder avançar na prática do manejo florestal.

Cabe destacar que o IFT mapeou os danos ocasionados pela exploração convencional e descobriu que ela causa o dobro de impacto no solo, sem contar os desperdícios de madeira. Com tantos impactos, a recuperação das áreas demora mais de 100 anos e o desperdício da área danificada é de 10%. São danos provocados por exploração com cortes sem técnica, deixando a árvore oca no chão, sem cortar galhos, ou ainda pedaços de árvore muito difíceis de serem transportadas até os pátios de carregamento. Assim, o desperdício de madeira é de 24%. Esses são dados reais e, portanto, afirmo que o manejo é a aplicação do bom senso. Para tanto, não é preciso muita tecnologia, apenas treinamento. O sistema convencional sobrevive apenas porque o custo de obtenção da madeira tropical é muito baixo – o que deve mudar em um futuro próximo.

Diálogos – Por que a produção de madeira ilegal ainda é maior na região?

Johan Zweede – O mercado exterior, como Estados Unidos e Europa, tem criado mecanismos para diminuir o consumo de madeira, justamente para evitar isso. Contudo, aqueles madeireiros que vendem para o mercado interno, Nordeste ou Sudeste, estão produzindo

muito e vendendo caminhões e mais caminhões de madeira, grande parte ilegal. Eu não quero entrar em detalhes, mas, infelizmente, existem custos que são reduzidos. É inviável competir com a madeira que não tem certos custos e que não paga certos impostos. Então, esse já é um problema burocrático, não mais de manejo.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e espaços de negociação entre diferentes atores da região, envolvendo as esferas de governo, da iniciativa privada e os movimentos sociais. Como o senhor avalia esse processo de construção coletiva?

Johan Zweede – É muito relevante, já que o IFT é apenas uma pequena peça do quebra-cabeça. Então, Diálogos, Imazon, Serviço Florestal Brasileiro, Embrapa, governos, devem trabalhar juntos para alcançarmos o desenvolvimento sustentável. A única forma de ganharmos este jogo é estar juntos em prol de um objetivo comum.

A Europa levou 250 anos para ter conscientização florestal. Já a América do Norte precisou de 150 anos. No Brasil, há alguns entraves iniciais à construção de um contexto favorável. O ordenamento fundiário da Amazônia e a diferenciação entre as empresas que trabalham legalmente e as que estão fora da lei são alguns entraves ao manejo. Para solucionar esses gargalos, acredito que as concessões nas florestas públicas terão papel fundamental e podem mudar a realidade do manejo no País. Haverá apoio do governo e da sociedade civil em prol de uma meta comum. Porém, nas terras privadas também é preciso haver uma linha de trabalho séria e benefícios para isso.

De acordo com Johan Zweede, o primeiro passo para um bom projeto de manejo florestal é o bom senso, pois os números provam que o custo da exploração convencional é mais alto. Uma estrada convencional é construída com custo mais alto, as máquinas e os equipamentos são depreciados e desgastados rapidamente, o que não ocorre na exploração manejada.

Ele explica que, antigamente, quem explorava madeira mandava fazer a estrada que levava até a floresta sem qualquer preocupação. O motosserrista, por sua vez, cortava árvore sem critério algum. Não havia treinamento nem planejamento. O que existia era muito desperdício. Infelizmente, esta ainda parece ser a realidade na maior parte da região.

Por outro lado, no manejo florestal o planejamento da exploração é detalhado: primeiro deve-se fazer o mapeamento da floresta medindo as árvores, seguido do corte de cipós – uma medida importante para a diminuição dos danos durante a exploração. Logo após, há o planejamento e a construção de estradas, onde bueiros e pontes são feitos da maneira correta.

Para seguir adiante, é preciso treinar o operador de acordo com o planejamento. O motosserrista entra na floresta treinado para práticas adequadas, escolhendo a direção em que vai cortar a árvore para causar menos impacto, fazendo testes para ver se a árvore é oca, sem danificar outras árvores, que ficarão na floresta para a próxima colheita. No manejo, as estradas são planejadas e conservadas. Em seguida, há uma série de medidas que visam à proteção da floresta manejada, além de práticas para monitorar a floresta, com a instalação de parcelas permanentes, que servem para medir como a floresta está agindo ao longo do tempo e quando ficará pronta para o próximo corte.

Finalmente, em determinados casos, a floresta pode precisar de uma ajuda para se regenerar, o que se faz por meio dos tratamentos silviculturais – e madeiras nativas podem ser plantadas onde existem grandes clareiras, dando valor e enriquecendo a floresta.



A VISÃO DAS COMUNIDADES SOBRE O MANEJO FLORESTAL

Rubens Gomes é presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma rede socioambiental que reúne cerca de 600 associações, institutos, sindicatos e grupos comunitários da região. Fundador da organização não governamental Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (Oela), há 15 anos, ensina jovens aprendizes a confeccionar instrumentos musicais na zona leste de Manaus (AM).

Diálogos – O que a Lei de Gestão de Floresta Pública (Lei nº 11.284/06) representa para o manejo florestal comunitário?

Rubens Gomes – É um primeiro passo. A lei gera um ambiente extremamente favorável porque o Estado brasileiro passa a ter um instrumento de destinação das florestas públicas e essas destinações geram grandes oportunidades para as comunidades manejarem suas próprias florestas. Outro ponto extremamente positivo é que essa legislação criou o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que faz com que o Estado passe a ter responsabilidade na identificação das florestas públicas do País. Ao fazer o cadastro, pode-se constatar se há ocupação indevida ou não. Em caso positivo, há possibilidade de retomar áreas e fazer as correções devidas. Com certeza, o cadastro é uma grande conquista para a sociedade com relação à gestão de florestas públicas.

Diálogos – O GTA participou dos debates sobre a Lei de Gestão de Floresta Pública. Como o senhor avalia esse processo de construção?

Rubens Gomes – A discussão, tanto sobre a Lei de Florestas Públicas quanto sobre a Política Nacional de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário, não foi unilateral. A metodologia foi uma das mais participativas já adotadas no Brasil. Conseguimos mobilizar, em dois anos, 1.200 organizações. Isso não andou de boca em boca nas comunidades, porque não temos essa capacidade de mobilização. Entretanto, envolvemos os maiores movimentos no debate, com grande participação das organizações dos segmentos de interesse. A nossa Amazônia é muito grande e, por isso, é muito difícil fazer uma mobilização tão intensa. Mas, temos certeza que os maiores movimentos participam.

Diálogos – Os representantes do Estado adotaram uma posição de abertura ao debate ideológico?

Rubens Gomes – Nosso principal interlocutor nesse processo foi o Ibama, um órgão que é importante não apenas para controlar e fiscalizar, mas principalmente para fomentar. Porém, acredito que a maior dificuldade para promover o debate e para alcançar os resultados mais concretos partiu dos próprios ministérios, que não se falam e nem planejam

corretamente. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vai para um lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai para outro, e, por sua vez, o Ministério da Cultura caminha para um terceiro rumo. Acho que os maiores embates foram entre eles e não com a sociedade civil.

Diálogos – Qual sua opinião sobre a Concessão de Floresta Pública?

Rubens Gomes – Esse processo é legítimo, principalmente porque foi criado de modo transparente, com controle social e um marco regulatório muito bem definido no âmbito da Lei de Florestas Públicas. Contudo, a concessão não depende só do Serviço Florestal Brasileiro. Nas florestas nacionais, dever ser elaborado o plano de manejo, o conselho gestor precisa estar instalado e funcionando, além de uma série de requisitos que são deveres do Estado, mas que ele não cumpriu ao longo de 20 anos.

“O menor preço não é o fator predominante para ganhar a concessão. Os aspectos técnicos e sociais também são considerados na contagem dos pontos”

Essa nova legislação ambiental foi pensada para ser uma das mais modernas do mundo. O processo de concessão de florestas em outros países sofreu muitos problemas, que foram estudados cuidadosamente para que não se repetissem na experiência brasileira. No fim, podemos dizer que é realmente uma das leis mais modernas porque existe uma concorrência, mas o menor preço não é o fator predominante para ganhar a concessão. Os aspectos técnicos e sociais também são considerados na contagem dos pontos. Esse deve ser o retrato de uma nova sociedade brasileira.

Um processo desse tipo é legítimo e importante. A oferta de produtos florestais de bases sustentáveis pode ser uma experiência a ser aplicada em outras partes do mundo. A sociedade deve lembrar que, nos últimos 500 anos, os recursos florestais do Brasil foram retirados sem que houvesse pagamento algum. Essa é a primeira vez que, por causa da concessão de florestas, uma empresa vai pagar ao Estado pelo metro cúbico de madeira extraído.

Diálogos – Há risco de privatização das florestas?

Rubens Gomes – Não. A sociedade pode ficar tranquila porque, mesmo quando concedida à exploração, a floresta continua existindo e sendo pública. A floresta continua com o mesmo processo de manejo que a mantém em pé com cuidado, porque a partir daquele momento tem alguém responsável.

As florestas que são destruídas, normalmente são aquelas “sem dono”, onde o explorador entra e bagunça. Quando a área é demarcada, sabe-se a quem procurar no caso de um incidente, um acidente ou de um crime ambiental. Então, o responsável passa ser aquela

empresa, que não é proprietária, mas apenas tem a concessão do uso dos recursos florestais, previstos no edital, no caso, a madeira. Ela não pode, por exemplo, fazer mineração, nem vender créditos de carbono.

Diálogos – Na sua opinião, a Política Nacional de Manejo Comunitário e Familiar, que deve ser lançada pelo governo, pode contribuir com o manejo florestal?

Rubens Gomes – A Política Nacional de Manejo Comunitário e Familiar está em trâmite na Casa Civil e o Estado tem sido extremamente moroso nessa questão, mas parece que vai sair. Isso já é consequência da própria legislação de florestas públicas. Se o Estado brasileiro permitir que seja de fato implementada a Lei de Florestas na sua totalidade, vamos gerar um ambiente bastante favorável na produção florestal sustentável, principalmente produção madeireira, na região amazônica.

A Lei de Gestão identifica que 76% das florestas públicas da Amazônia já são destinadas ao manejo comunitário. O número chamou muita atenção quando o Cadastro Nacional de Florestas Públicas ficou pronto. Tanto a Lei de Florestas quanto a Política Nacional de Apoio ao Manejo Comunitário proporcionarão um plano anual para as florestas públicas comunitárias. Assim como temos um processo de concessão no setor produtivo empresarial, teremos um plano anual para as florestas comunitárias que privilegie a infraestrutura adequada, capacitação, treinamento, assistência técnica, financiamento e presença do Estado junto às comunidades.

Diálogos – Quais as expectativas para a assinatura do decreto dessa Política Nacional de Manejo Comunitário e Familiar?

Rubens Gomes – Estou vendo os meus amigos festejarem, mas enquanto o Presidente Lula não assinar, eu não festejo. Sei que o decreto não está igual ao projeto que a Comissão Nacional de Floresta (Conaflor) fechou com a sociedade. Certamente houve alterações. Estou apreensivo como liderança de movimento e como cidadão.

Diálogos – O senhor acredita que a política contempla soluções aos problemas do manejo florestal comunitário na Amazônia, tais como, assistência técnica, crédito, valorização dos produtos e acesso ao mercado?

Rubens Gomes – Todos esses tópicos estão incluídos na proposta que apresentamos. Esperamos que continuem, porque sem algum deles, não “fecha a conta”. Devem estar previstos assistência técnica, legislação mais adequada, bom plano de manejo e regulação da questão fundiária, dando as terras às comunidades e não aos grileiros. Se esses elementos forem mantidos no decreto, nós temos condições de caminhar. Entretanto, é preciso que a política venha junto com um plano anual e com a intervenção do Estado. É preciso pensar a Amazônia no seu tamanho exato, com suas particularidades.

É preciso presença constante do Estado ou alguém que faça esse papel. As organizações não governamentais são parte dessa estratégia, mas, para isso, é necessário que o Estado dê condições para que elas possam ajudar a tratar a Amazônia da forma que a região precisa. Já vimos que o Estado sozinho não consegue.

Diálogos – O que o senhor diria a respeito das críticas à efetividade dessa política?

Rubens Gomes – A política só poderá ser efetiva se houver diálogo entre os vários setores do Estado. Se eles não falarem a mesma língua, não haverá efetividade. Não adianta o Ministério do Meio Ambiente ir para um lado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário ir para o outro, por exemplo. Quem tem responsabilidade com o campo e com a floresta precisa falar a mesma língua. O Incra tem um papel importante, assim como o Ministério do Meio Ambiente ou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

“O combate à madeira ilegal realmente sairá vitorioso quando aumentarmos a oferta de produtos de base sustentável”

Diálogos – O senhor acredita que com essas medidas será possível combater o desmatamento ilegal?

Rubens Gomes – Acredito que o combate à madeira ilegal realmente sairá vitorioso quando aumentarmos a oferta de produtos de base sustentável. Atualmente, da forma que estamos fazendo, não há ambiente favorável para boas práticas porque não há regularização fundiária. Temos mais dificuldade de ser legal do que de ser ilegal. Sendo assim, a maior oferta será de madeira ilegal. Na hora em que houver concessões para exploração legal, começará a ter mais oferta desse tipo de madeira no mercado. Aí sim, a gente começa a combater madeira ilegal com oferta de madeira legal. Isso é um reflexo da funcionalidade da lei.

Diálogos – O manejo comunitário pode ser uma alternativa econômica à pecuária e à agricultura familiar?

Rubens Gomes – O manejo é, sem sombra de dúvida, a maior alternativa econômica que a Amazônia pode ter, não só no ponto de vista da preservação e do combate às mudanças climáticas, mas na geração de riquezas. Costumo dizer que floresta manejada é uma unidade de conservação, pois tem quem cuide e trate. Floresta precisa de tratamento, incentivos culturais, planejamento, proteção. Com manejo, especificação e certificação, há mais controle social interno e externo. Se elas não tiverem manejo, nem certificação FSC, serão convertidas em pasto.

Então, pode-se dizer que, onde há floresta, é preciso facilitar o manejo, desenvolver tecnologia para a transformação desses recursos, que podem ser transformados em bens. Temos que lutar com essa realidade perversa de que a Amazônia, em pleno século XXI, ainda está

operando com o modelo de desenvolvimento do período colonial. Somos meros portadores de matéria-prima, é um absurdo isso. Não geramos riquezas pra nós, nem há inclusão econômica e social. Isso é fruto da falta de conhecimento. As pessoas não sabem o que fazer, então, depreciam. Quando o amazônico souber transformar isso em um produto e agregar valor, ele começará a valorizar a floresta, que começará a se manter e as pessoas melhorarão a qualidade de vida.

Diálogos – Quanto ao processo de conscientização e sensibilização, o senhor acredita que houve avanços na construção de estratégias efetivas de participação social na preservação ambiental?

Rubens Gomes – Acho que avançamos bem. Não diria que há consciência ecológica, porque o amazônico ainda não precisa de consciência ecológica, quem precisa é quem está fora da Amazônia, nas cidades. Quem está na floresta, sabe como lidar com ela porque tem uma relação diferente, a trata com respeito. É uma relação de vida, bem diferente. Quem tem que ter respeito somos nós, urbanos. Por exemplo, estima-se que o Estado do Pará gere R\$ 2 bilhões ao ano só de carbono ilegal oriundo de exploração madeireira. As consequências não são apenas no clima, mas também para os povos da floresta. A qualidade e a condição de vida deles estão diminuindo.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é criar consenso sobre o acesso aos recursos naturais na Amazônia e espaços de negociação entre diferentes atores na região: governo, iniciativa privada e movimentos sociais. Dentro da sua área de atuação, o senhor considera esse objetivo importante para a região?

Rubens Gomes – É fundamental. Precisamos ter projetos como este para alcançarmos o resultado que buscamos. Se esses atores não conversam, não buscam alternativas para os problemas, não há solução. Temos que buscar sensibilização. Esse processo é mais do que necessário.

A Lei de Gestão de Floresta Pública (Lei nº 11.284/06) foi elaborada com a participação das comunidades que vivem na floresta e é considerada por especialistas uma das mais modernas do mundo. De acordo com o texto da lei, a concorrência não tem o menor preço como fator predominante e os aspectos técnicos e sociais também devem ser considerados na contagem dos pontos para as empresas que disputam direito de exploração. A legislação aumenta a possibilidade de oferta de produtos de base sustentável para a sociedade e foi formulada para ser uma ferramenta eficiente de combate à exploração ilegal de madeira.

GOVERNO TEM PAPEL DECISIVO NO FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL

Antônio Carlos Hummel é diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, funcionário do Ibama e mestre em Ciências de Florestas Tropicais. Hummel trabalhou por mais de seis anos na Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama.

Diálogos – Quais são os principais aspectos contemplados na Lei de Gestão de Florestas Públicas e o que ela representa para o avanço do manejo florestal?

Antônio Carlos Hummel – O primeiro aspecto a ser enfatizado é a criação do Serviço Florestal Brasileiro, órgão responsável pela gestão e acompanhamento de tudo o que diz respeito às florestas públicas no Brasil. Também é diretamente responsável pelos processos de concessão florestal, de fomento ao manejo florestal e de outras práticas sustentáveis. Vale a pena destacar mais um ponto importantíssimo: essa lei sinalizou para a sociedade que as florestas que estão em terras públicas devem permanecer como florestas.

Diálogos – E qual a sua opinião sobre a concessão da floresta pública?

Antônio Carlos Hummel – É uma estratégia muito importante para dar legalidade e oportunidade ao setor florestal de buscar fontes legais de abastecimento da indústria. A indústria madeireira de produtos florestais, especialmente na Amazônia, representa muito para o PIB da região e, historicamente, o processo de ilegalidade sempre foi muito grande. Esse processo se baseia, principalmente, no fácil acesso às terras públicas, ou seja, na grilagem. Então o raciocínio era: se por meio da grilagem o acesso aos recursos é tão fácil, por que buscar a legalidade?

Outro aspecto se refere aos índices de desmatamento. Se existe oferta de madeira que vem do processo de avanço do desmatamento, legalizado ou não, tem também matéria-prima que não é de manejo florestal. O mais importante nessa questão toda é que, desde 2003, o governo brasileiro criou vários mecanismos que melhoraram muito o controle da atividade florestal na Amazônia.

Diálogos – Então o governo está fiscalizando melhor?

Antônio Carlos Hummel – Está fiscalizando melhor, mas, antes, foram tomadas algumas medidas bastante “duras”, inclusive por mim, no Ibama. A suspensão de todos os planos de manejo florestal que estavam em terras públicas federais foi uma delas. A medida paralisou o setor, gerou uma série de consequências, como o fechamento de estradas, mas sinalizou para a sociedade que era necessário um “freio de arrumação”. Esse “freio” foi muito forte e, inclusive, teve efeito na própria Lei de Gestão de Florestas Públicas.



O governo também melhorou os processos de controle ao lançar o Documento de Origem Florestal e acabar com o descontrole na exploração do mogno. Hoje, o Brasil é exemplo mundial. Finalmente, nunca houve tanta fiscalização tão atuante no campo. Então, eu sempre digo que, nos últimos seis anos, nós melhoramos muito os instrumentos de comando e controle. Com a Lei de Gestão de Florestas Públicas e outros instrumentos, é possível melhorar também a questão do fomento florestal.

Diálogos – Pode-se afirmar que a legislação brasileira sobre desenvolvimento sustentável e proteção ambiental é avançada e, inclusive, considerada uma das melhores do mundo?

Antônio Carlos Hummel – Com certeza a legislação ambiental brasileira é avançada, inclusive em número de normas. A grande dificuldade é o cumprimento delas. Nesse sentido, o grande marco na Amazônia foi mesmo o “freio de arrumação”, que aconteceu quando se verificou que a atividade produtiva na região – seja do setor pecuário, de exploração madeireira ou mesmo de alguns manejos “legalizados” – eram produtos do processo de grilagem florestal. Esse processo estava instalado na Amazônia. Agora, o grande esforço do governo é a Operação Arco Verde, que mostra que ao lado do comando e do controle deve vir também o fomento florestal e o incentivo a práticas sustentáveis pelas comunidades. É preciso remunerá-las de alguma forma pelos serviços ambientais prestados.

Diálogos – Quais as expectativas com a assinatura do decreto da Política Nacional de Manejo Comunitário e Familiar?

Antônio Carlos Hummel – O decreto ainda não foi assinado porque está em processo de negociação. De qualquer forma, deve ter também um plano de apoio ao manejo florestal comunitário. No entanto, com ou sem decreto, a certeza é que o governo, para promover uma política de práticas sustentáveis para a região amazônica, tem de considerar que grande parte das terras públicas federais, estaduais, ou mesmo as ditas privadas, estão nas mãos de comunidades, de produtores familiares. O decreto é apenas mais um elemento no sentido de reconhecer que alguma coisa tem de ser feita.

Diálogos – O senhor acredita que essa nova política vai viabilizar a inclusão da atividade florestal sustentável nos assentamentos rurais na Amazônia?

Antônio Carlos Hummel – Os assentamentos na Amazônia são um grande desafio porque, antes de tudo, temos de dar uma legalidade ambiental a eles. Primeiro, os assentamentos têm de cumprir a própria legislação fundiária que os criou e, também, cumprir a legislação ambiental, com o licenciamento do empreendimento. Legislação não falta. Nós temos de organizar as comunidades que estão dentro dos assentamentos para fazer produção florestal sustentável, prepará-las para gerenciar negócios. Normalmente, essas pessoas não são da região amazônica e chegam com a ideia de criar, produzir, plantar arroz. É preciso conciliar isso tudo dentro de uma proposta de desenvolvimento rural no assentamento.

Diálogos – Na sua opinião, quais as alternativas econômicas para a região?

Antônio Carlos Hummel – Qual é a alternativa ao modelo atual? Valorizar a floresta. O manejo florestal hoje é pouco competitivo quando comparado a outros usos do solo, a incentivos e a créditos.

“Não dá para imaginar que o manejo florestal resolva todos os problemas do pequeno produtor e das comunidades”

Entretanto, não dá para imaginar que o manejo florestal resolva todos os problemas do pequeno produtor e das comunidades. É apenas uma das estratégias de desenvolvimento rural sustentável que por si só não resolve o problema existente.

Em determinadas situações, temos a agropecuária em consórcio com o manejo florestal, por exemplo. No entanto, é preciso compreender que as alternativas para a Amazônia são várias e todas complementares umas às outras.

Diálogos – Qual a importância do manejo florestal empresarial na região da BR-163?

Antônio Carlos Hummel – É extremamente estratégico. Primeiro, do ponto de vista de geração de renda e emprego, como concorrente. Ao longo da BR-163, há três grandes atividades: a pecuária, que assume um papel muito forte de entrar e derrubar florestas; a exploração madeireira, normalmente de cunho predatório e o garimpo que, dependendo do trecho da rodovia, ocorre de forma pontual. Há um esforço grande do governo na região em prol do manejo empresarial para a exploração nas concessões florestais.

Diálogos – Quais são os obstáculos que impedem a implementação do manejo empresarial em grande escala na região? O que poderia ser feito para resolver isso?

Antônio Carlos Hummel – Os grandes motivos para que o manejo empresarial não tenha avançado mais foram: em primeiro lugar, a dificuldade de acesso a terras legalizadas; em segundo, a falta de mão de obra qualificada, apesar de muita gente ter sido capacitada em manejo florestal e; em terceiro, a ilegalidade ainda é muito grande na exploração de madeira. A questão é: como é possível competir com a madeira ilegal? Como agora melhorou o controle, a ilegalidade está muito mais cara, as pessoas estão pensando 200 vezes antes de cometer um crime. Isso está acontecendo porque agora está se mexendo no bolso e colocando na cadeia também. Recentemente, em Mato Grosso houve uma operação do Ibama com a Força Nacional, em que foram presas em flagrante várias pessoas que estavam desmatando e explorando ilegalmente a madeira.

Diálogos – O senhor acredita que o manejo seja um instrumento de manutenção das reservas legais e da floresta na Amazônia?

Antônio Carlos Hummel – Há duas estratégias de manutenção da floresta na Amazônia. Uma delas são as chamadas áreas protegidas, as unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável. A outra, eu não tenho dúvida, é o manejo florestal. Cabe agora ao Serviço Florestal gerar tecnologia e, por meio das concessões florestais, dar acesso a terras legalizadas para viabilizar o manejo. É necessário trabalhar também algumas políticas públicas. Como é possível fazer manejo florestal se, por exemplo, a pecuária, em tese, não paga impostos e o manejo paga? Falta equilíbrio. Quem deixa a floresta em pé deve receber algum tipo de incentivo, a exemplo do que ocorre em outros cantos do mundo. No Brasil, para a floresta ser mantida em pé, também é preciso algum mecanismo que garanta, principalmente, benefícios para as comunidades.

Diálogos – Quem pagaria a conta? A sociedade toda?

Antônio Carlos Hummel – Para dar, o governo tem de tirar de alguém. É assim em qualquer lugar do mundo. Em países como a Costa Rica, tira-se de outros setores, da conta-petróleo. O mais importante é conseguir estratégias eficientes para manter a floresta em pé, criar algum tipo de incentivo.

Diálogos – O Brasil é considerado um dos países onde mais se cobra impostos, então quando se fala em pagar algo, logo se pensa em mais um tributo.

Antônio Carlos Hummel – Nós não precisamos criar impostos. Já existem mecanismos que podem ser utilizados para isso, como o ICMS. Quanto se cobra desse imposto na madeira do manejo florestal? Eu não poderia diminuir dois ou três por cento e equilibrar com o que não se paga para a carne no Brasil? Agora, não é tão simples porque as questões tributárias são resolvidas por meio de leis. A gente tem de criar mecanismos legais, mas, ao mesmo tempo, trabalhar também os pagamentos pelos vários serviços ambientais.

Diálogos – Como o setor madeireiro pode contribuir para a conservação da floresta?

Antônio Carlos Hummel – Primeiro, assumindo um pacto de legalidade. Não dá mais para simplesmente dizer “eu não cometo ilegalidade”. É preciso fazer realmente um pacto ético para adquirir só madeira legal. Segundo, as empresas precisam adotar o princípio do manejo florestal sustentável. E terceiro, fazer boas propostas, se organizar para participar dos editais de concessão florestal lançados pelo Serviço Florestal.

Diálogos – O senhor acredita que a certificação é um instrumento viável para valorizar a produção? Quais as vantagens e desvantagens para quem quer explorar os recursos madeireiros?

Antônio Carlos Hummel – A certificação florestal tem várias vantagens extremamente importantes. A primeira delas é apontar para a necessidade do manejo florestal, pois é um

instrumento de valorização dessa prática. Outra vantagem é o aumento do controle da ilegalidade, pois facilita a fiscalização. A certificação não é uma ação governamental, é independente, é um instrumento de mercado, do consumidor, para valorizar os produtos que entram na casa dele. Dá garantia ao comprador de que o produto é legal e obedece às técnicas corretas.

“Não tenho dúvida de que em torno de 70% da madeira que sai hoje para o Centro-Sul e para exportação têm origem legal”

Diálogos – A produção de madeira ilegal ainda predomina na região?

Antônio Carlos Hummel – Eu não acredito que a produção ilegal ainda seja maior que a legal. Os números são difíceis de apurar porque existe um grande comércio “formiga” na Amazônia: o comércio local. Mas, não tenho dúvida de que em torno de 70% da madeira que sai hoje para o Centro-Sul e para exportação têm origem legal. Isso aconteceu em função dos processos de controle, antes era em torno de 30%, e olhe lá.

Diálogos – O senhor acredita que o mercado de madeira certificada pode ajudar a atrair madeireiros para a legalidade?

Antônio Carlos Hummel – Com certeza. A certificação aumenta nossa eficiência no controle, atrai madeireiros para a legalidade e não a vejo como barreira não alfandegária. Atualmente, compete ao governo mostrar-se capaz de dar legalidade a essa madeira que é exportada pelo País. Nós avançamos muito, temos transparência, sistemas eletrônicos, estamos melhorando ainda mais e a certificação pode auxiliar nesse processo. São ações complementares. O esforço do governo de mostrar que é possível comprar madeira legal do Brasil vem junto com a certificação e com a melhoria dos processos de controle que o Ibama conseguiu nos últimos anos.

Diálogos – Qual é o esforço que o governo deve fazer para ter mão de obra qualificada e atender a uma possível demanda?

Antônio Carlos Hummel – Nos últimos nove anos, eu também coordenei esse processo. Tivemos um projeto bastante importante na Amazônia que foi o Promanejo. Ele auxiliou na implantação de três centros de treinamento e mais de 14 mil pessoas foram capacitadas. Junto com a iniciativa privada e organizações não governamentais, houve um trabalho de sensibilização em manejo florestal. Ao mesmo tempo, foi criado o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia, o Cenaflo, hoje vinculado ao Serviço Florestal. Uma das grandes preocupações do Serviço Florestal é como construir uma rede de capacitação em manejo para a região. Está prevista, inclusive, a instalação de um centro de treinamento em práticas florestais sustentáveis na BR-163, possivelmente na região de Itaituba, no Pará.



É importante destacar que manejo florestal não é só prática de campo. As comunidades precisam, por exemplo, ser capacitadas para se organizar e gerenciar um empreendimento, comercializar, se relacionar com os entes privados. É um desafio muito grande, mas eu acho que o Serviço Florestal, via Cenaflor, pode dar respostas a médio e curto prazo.

Diálogos – O objetivo do Projeto Diálogos é construir um consenso entre o acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira e promover espaços de negociação entre os diferentes atores na região. Dentro da sua área de atuação, o senhor considera esse objetivo relevante?

Antônio Carlos Hummel – Com certeza. A obtenção de consenso por meio do diálogo, da moderação, é a coisa mais atual que nós temos hoje. Precisamos dialogar para chegar a um modelo de desenvolvimento florestal imaginado para a região. Há seis anos era diferente, mas hoje se consegue obter consenso muito mais rapidamente. Houve um avanço muito grande desde o momento em que o governo tomou a decisão, em 2003, de realizar a descentralização da gestão florestal no País. Antes, como dialogar se os estados estavam excluídos? A descentralização está prevista na Constituição de 1988, mas antes da Lei de Gestão de Florestas Públicas, em 2003, não era aplicada, salvo em alguns estados do Centro-Sul, como Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é um órgão autônomo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente criado com a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, promulgada em 2 de março de 2006.

Seu principal objetivo é regulamentar o acesso às áreas florestas, com o foco em gerar benefícios sociais e ambientais. É um gestor do sistema nacional de florestas públicas. Tem como missão criar, desenvolver e manter um sistema nacional de informações florestais e administrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), também previsto na Lei de Florestas.

